

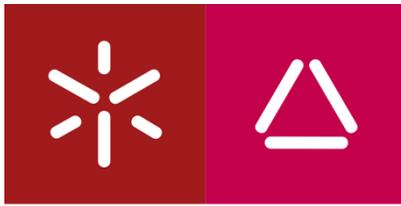


Marco Alexandre Rodrigues e Matos

**Valorização do Património Arqueológico e  
Histórico do Município de Vila Pouca de  
Aguiar.**

Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais





**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Marco Alexandre Rodrigues e Matos

**Valorização do Património Arqueológico e  
Histórico do Município de Vila Pouca de  
Aguar.**

Projeto de Mestrado

Património Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação da

**Professora Doutora Ana Maria dos Santos Bettencourt**



## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial  
CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>



Assinado por: Marco Alexandre  
Rodrigues e Matos  
Identificação: B112059397  
Data: 2023-04-21 às 10:08:13

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial  
CC BY-NC

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão de uma etapa é sempre um momento propício e oportuno para avaliar o trabalho desenvolvido e considerar quem, direta ou indiretamente neste colaborou, tornando o caminho até ao seu desfecho, mais fácil e cómodo.

À Professora Doutora Ana Maria dos Santos Bettencourt, pela orientação científica e por ter sido inexcedível em todas as solicitações, o meu agradecimento. O seu conhecimento, a sua disponibilidade total, acompanhamento, paciência e incentivo foram determinantes neste trabalho. Aos diversos professores e colegas do curso de Mestrado em Património Cultural com quem privei nas várias sessões de aulas, conferências e trabalhos, a partilha de experiências pessoais e profissionais foram, indubitavelmente enriquecedoras.

Aos vários colegas que conheci no decorrer do curso de arqueologia, em reuniões e congressos científicos e nas inúmeras escavações arqueológicas, por contribuírem pela paixão pela arqueologia.

Aos colegas do município de Vila Pouca de Aguiar, em particular do Museu Municipal Padre José Rafael Rodrigues pelo companheirismo e pela colaboração diária na preservação e divulgação do património histórico e arqueológico do concelho.

Aos diversos amigos, que facilitam e possibilitam os momentos de ócio, lazer e divertimento indispensáveis à vida.

Aos meus pais que, sem exceção me apoiaram e orientaram em todas as fases da minha vida e se sacrificaram para que nada faltasse. Foram e são os melhores pais que um filho pode ter.

À minha irmã Sara, pela presença constante, ao Rui e ao Manuel.

Ao João, à Nazaré, à Isabel, ao César, à Andreia e ao Mário, obrigado por me tratarem como família e por toda a amizade ao longo destes anos.

À minha mulher Sofia, por dar todo o seu amor e dedicação à família, por ser uma lutadora incansável e segurar todas as pontas, e ter a paciência e resiliência para os desafios que diariamente urgem. Às minhas filhas Francisca e Leonor, fontes inesgotáveis de amor e alegria.

À vida, que tem sido generosa.

“De repente rasga a espessurado silêncio uma voz de franqueza desembainhada: — Para cá do Marão, mandam os que cá estão!... Sente-se um calafrio.

A vista alarga-se de ânsia e de assombro. Que penedo falou? Que terror respeitoso se apodera de nós? Mas de nada vale interrogar o grande oceano megalítico porque o nune invisível ordena:

— Entre!

A gente entra, e já está no Reino Maravilhoso.”

Miguel Torga

*/n* Um Reino Maravilhoso

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## Valorização do Património Arqueológico e Histórico do Município de Vila Pouca de Aguiar

### RESUMO

O concelho de Vila Pouca de Aguiar é herdeiro de um património – cultural e natural – de valor ímpar. Os sítios arqueológicos identificados, e os bens materiais a estes associados, comprovam uma ocupação humana que se inicia, pelo menos, desde a Pré-História Recente e, com maior ou menor expressão contínua noutros períodos históricos.

O presente trabalho tem como base este milenar património histórico e arqueológico e visa desenvolver estratégias de valorização do mesmo. Inventaria 22 elementos patrimoniais do território aguiarense e, através da análise SWOT dos mesmos, oferece estratégias para melhoria da sua visibilidade e acessibilidade, e contempla a criação de percursos e itinerários turísticos de diferentes tipologias e temáticas.

Elaboram-se propostas que contribuem para tornar o património em estudo um recurso turístico, naturalmente interligado com outros sítios de interesse patrimonial, contribuindo, assim, para promover a região, os seus produtos endógenos e, por consequência, prolongar a estadia dos visitantes e dos turistas no concelho. Procura-se, também, contribuir para o desenvolvimento local e regional tanto a nível económico, como social e cultural.

Palavras-chave: Património cultural; turismo cultural; turismo arqueológico; Vila Pouca de Aguiar.

## Valuing the Archaeological and Historical Heritage of the Municipality of Vila Pouca de Aguiar

### ABSTRACT

The municipality of Vila Pouca de Aguiar is heir to a heritage – both cultural and natural – of unique value. The archaeological sites identified, and the material goods associated with them, prove human occupation that goes back, at least, since the Late Prehistory and, with greater or lesser expression, continues through other historical periods.

The present work focuses on this millenary historical and archaeological heritage and aims to develop strategies for enhance it. It catalogues 22 heritage elements of the Aguiar territory and, through a SWOT analysis of those elements, offers strategies to improve their visibility and accessibility, and contemplates the creation of routes and tourist itineraries with different typologies and themes.

Elaborated proposals contribute to make the heritage under study a tourist product, naturally interconnected with other sites of heritage interest, thus contributing to promote the region, its endogenous products- and, consequently, prolong the stay of visitors and tourists in the county. It also seeks to contribute to local and regional development at the economic, social, and cultural levels.

Keywords: Cultural heritage; cultural tourism; archaeological tourism; Vila Pouca de Aguiar.

## ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	vii
ÍNDICE GERAL.....	viii
ÍNDICE DAS FIGURAS.....	xi
ÍNDICE DE QUADROS.....	xvii
ÍNDICE DAS TABELAS.....	xviii
ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xix
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E OBJETIVOS.....	4
Introdução.....	5
1. Património Cultural.....	5
1.1 Definições e conceitos operatórios.....	5
1.2 Enquadramento legal e mecanismos nacionais e internacionais de proteção do património cultural.....	7
2. Património Arqueológico.....	9
2.1 Características e singularidade.....	9
2.2 Enquadramento legal.....	10
3. O Turismo.....	11
3.1 Definição e conceitos operatórios.....	11
3.2 História e evolução.....	13
4. O Turismo em Portugal.....	17
4.1 O Turismo no Porto e Norte de Portugal.....	18
4.2 O Turismo no Alto Tâmega e no concelho de Vila Pouca de Aguiar.....	20
5. O Turismo Arqueológico.....	22
5.1 Considerações gerais.....	22
5.2 Património Arqueológico como produto turístico.....	23
5.3 Exemplos de valorização turística do património arqueológico nacional.....	25
5.4 A valorização de contextos arqueológicos em Vila Pouca de Aguiar.....	34
6. Objetivos.....	35

PARTE II. METODOLOGIA.....	36
1. Trabalho inicial de gabinete.....	37
2. Trabalho de campo.....	37
3. Trabalho avançado de gabinete.....	38
PARTE III. O CONCELHO DE VILA POUÇA DE AGUIAR.....	39
Introdução.....	40
1. Caracterização física e ambiental.....	40
2. Contexto histórico e arqueológico - síntese.....	45
PARTE IV. INVENTÁRIO - ELEMENTOS PATRIMONIAIS.....	52
Introdução.....	53
1. Fichas de inventário.....	54
1.1 Cidadelha de Jales / Castelo dos Mouros.....	55
1.2 Fraga do Quelho.....	61
1.3 Mamoa do Alto do Cotorino.....	66
1.4 Bouça dos Pardieiros.....	71
1.5 Castelos / S. Martinho.....	76
1.6 Três Castelos.....	81
1.7 Ponte das Romanas.....	85
1.8 Ponte da Ola.....	89
1.9 Monte do Castelo.....	93
1.10 Areal.....	98
1.11 Sepultura da Parada.....	102
1.12 Monte Minhéu.....	106
1.13 Castelo de Pensalvos.....	111
1.14 Crasto de Pensalvos.....	116
1.15 Castelo de Aguiar de Pena.....	121
1.16 Povoado do Castelo de Aguiar.....	125
1.17 Complexo Mineiro Romano de Tresminas.....	131
1.18 Castelo da Ferramenta.....	137

1.19 Cidadelha de Aguiar.....	142
1.20 Cruz do Coro.....	146
1.21 Ponte do Arco.....	152
1.22 Estátua Menir do Marco.....	158
PARTE V. DISCUSSÃO DOS RESULTADO E PROPOSTAS DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO IDENTIFICADO.....	163
Introdução.....	164
1. Discussão de resultados.....	164
1.1 O património histórico e arqueológico no tempo e no espaço.....	164
1.2 Polos turísticos.....	167
1.3 Análise SWOT dos 22 elementos patrimoniais e comentário.....	169
2. Propostas de valorização.....	171
2.1 Roteiro arqueológico.....	171
2.2 Rotas / Itinerários turísticos.....	175
2.2.1 Conceitos.....	175
2.2.2 Proposta de itinerários turísticos para Vila Pouca de Aguiar.....	176
2.2.2.1 Itinerário dos Castros / Povoados fortificados.....	177
2.2.2.2 Itinerário turístico do património cultural da freguesia de Bornes de Aguiar.....	186
2.3. Propostas de redes e parcerias.....	189
2.4 Informação – Apoio ao visitante.....	191
2.4.1 Sinalética.....	191
2.4.2 Folhetos.....	193
2.4.3 Aplicações / <i>Apps</i> .....	195
2.4.4 Visitas guiadas.....	197
3. Considerações finais.....	197
BIBLIOGRAFIA.....	200

## ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 – Representação da variedade cronológica dos sítios arqueológicos inventariados.....	24
Figura 2 – Dólmen de Antelas.....	27
Figura 3 – Pormenor de alguns esteios pintados.....	27
Figura 4 – Reprodução de todos os símbolos e figuras desenhados no interior do Dólmen.....	27
Figura 5 – Diagnóstico do estado dos motivos pintados.....	27
Figura 6 – Sinalética.....	27
Figura 7 – Casa de Cantaber.....	29
Figura 8 – Edifício do museu.....	29
Figura 9 – Espólio musealizado.....	29
Figura 10 – Serviço educativo.....	29
Figura 11 – Serviço educativo.....	29
Figura 12 – Conimbriga Digital.....	29
Figura 13 – Gravuras da Canada do Inferno.....	30
Figura 14 – Museu do Côa.....	30
Figura 15 – Casas reconstruídas.....	31
Figura 16 – Centro Interpretativo de São Lourenço.....	31
Figura 17 – Animação de rua.....	32
Figura 18 – Animação de rua.....	32
Figura 19 – Recriação de parada militar.....	33
Figura 20 – Recriação de momentos da Batalha do Vimeiro.....	33
Figura 21 – Contexto geográfico e limites administrativos do município de Vila Pouca de Aguiar no contexto do distrito de Vila Real.....	40
Figura 22 – Carta hidrográfica de Vila Pouca de Aguiar.....	42
Figura 23 – Carta de hipsometria de Vila Pouca de Aguiar.....	43
Figura 24 – Machado de forma ovoide.....	47
Figura 25 – Machado votivo.....	47
Figura 26 – Escavação do núcleo de Chã de Arcas.....	47
Figura 27 – Escavação do núcleo de Chã de Arcas.....	47
Figura 28 – Machado de bronze, de talão de dupla argola.....	48

Figura 29 – Machado de bronze, desenho.....	48
Figura 30 – A rede viária hispânica indicada pelo Itinerário de Antonino.....	50
Figura 31 – Localização do povoado fortificado de Cidadelha de Jales no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 89.....	55
Figura 32 – Vista geral – de NE para SO – de um pano de muralha bem conservado.....	57
Figura 33 - Pormenor da muralha.....	58
Figura 34 – Outro pormenor da muralha.....	58
Figura 35 – Proposta de reconstituição do povoado, onde são bem visíveis as duas linhas de muralha.....	59
Figura 36 – Localização da Fraga do Quelho no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 88.....	61
Figura 37 – Face NE da Fraga do Quelho.....	62
Figura 38 – Base do batólito e afloramento no solo onde se insculptura o tabuleiro de jogo.....	63
Figura 39 – Pormenor do tabuleiro de jogo.....	64
Figura 40 – Sinalética. Pormenor do painel informativo na Fraga do Quelho.....	64
Figura 41 – Localização da Mamoa do Cotorino no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74.....	66
Figura 42 – Enquadramento paisagístico do monumento megalítico.....	67
Figura 43 – Cume onde se implanta a Mamoa do Alto do Cotorino, visto de sul para norte.....	68
Figura 44 – Topo dos esteios que se conservam da câmara e do corredor.....	69
Figura 45 – Pormenor do painel informativo presente na Mamoa do Alto do Cotorino.....	69
Figura 46 – Localização das sepulturas da Bouça dos Pardieiros no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74.....	71
Figura 47 – Fotografia aérea de algumas sepulturas escavadas na rocha.....	73
Figura 48 – Pormenor de algumas sepulturas da Bouça dos Pardieiros.....	74
Figura 49 – Placa sinalética desgastada e de leitura (quase) impercetível.....	74
Figura 50 – Localização do povoado de São Martinho no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74.....	76
Figura 51 – Vista NO de uma das áreas do castro.....	78
Figura 52 – Pormenor da muralha norte ou muro de contenção e derrubes.....	79
Figura 53 – Pormenor da muralha norte ou muro de contenção da vertente norte.....	79

Figura 54 – Localização do povoado de Três Castelos no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74.....	81
Figura 55 – Vista para E, sendo bem visível o vale de Aguiar e na linha do horizonte uma cumeeada da Serra da Padrela onde se implantam alguns dos aerogeradores do parque eólico de Alto da Coutada.....	82
Figura 56 – Entrada do povoado, na face oeste, a mais acessível.....	83
Figura 57 – Pormenor do arranque da linha da muralha.....	83
Figura 58 – Localização da Ponte das Romanas no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 60.....	85
Figura 59 – Vista para SE da ponte.....	86
Figura 60 – Vista lateral da ponte no sentido jusante do rio.....	87
Figura 61 – Vista lateral da ponte no sentido montante do rio.....	87
Figura 62 – Localização da Ponte da Ola no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 60.....	89
Figura 63 – Vista para N / NO onde se observa o tabuleiro e dois edifícios de um conjunto molinológico e habitacional.....	90
Figura 64 – Vista para N com pormenor do tabuleiro da ponte.....	91
Figura 65 – Três arcos, vista a jusante do monumento. ....	91
Figura 66 – Localização do Monte do Castelo no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 60. ....	93
Figura 67 – Pequeno murete, no local do povoado. ....	95
Figura 68 – Réplica da estátua do guerreiro de Capeludos, visitável na praça João Paulo II.....	96
Figura 69 – Estátua do Guerreiro de Capeludos. Desenho.....	96
Figura 70 – Possível reconstituição do guerreiro de Capeludos.....	97
Figura 71 – Localização da necrópole do Areal no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 60.....	98
Figura 72 – Zona de declive onde se implantam as sepulturas.....	99
Figura 73 – Vista E sobre o afloramento granítico onde se implanta a sepultura. ....	100
Figura 74 – Pormenor da sepultura antropomórfica.....	100
Figura 75 – Localização da sepultura da Parada no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74. ....	102
Figura 76 – Vista para NNO, do afloramento granítico. ....	103

Figura 77 – Sepultura escavada no afloramento. ....	104
Figura 78 – Possíveis motivos cruciformes e serpentiformes, que nos parecem somente fissuras naturais. ....	104
Figura 79 – Vista para SO, do afloramento granítico. ....	105
Figura 80 – Localização do Monte Minhéu no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74. ....	106
Figura 81 – Enquadramento paisagístico do monumento megalítico, em primeiro plano. Ao fundo, a serra da Padrela. ....	107
Figura 82 – Vista para SE – pormenor dos esteios da câmara.....	108
Figura 83 – Vista para NO, com alguns blocos pétreos espalhados pelo declive. ....	109
Figura 84 – Localização do Castelo de Pensalvos no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 60. ....	111
Figura 85 – Ao fundo, e ao centro, destaca-se o cume onde se implanta o C. de Pensalvos.....	112
Figura 86 – Ortofotomapa SNIG DG Território. ....	113
Figura 87 – Vista geral do Castelo de Pensalvos. ....	113
Figura 88 – Pormenor do aparelho construtivo. ....	114
Figura 89 – Localização do Crasto de Pensalvos no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74. ....	116
Figura 90 – Vista de NNO para SSE, a partir da EM548, para o Monte Minhéu e Crasto de Pensalvos. ....	117
Figura 91 – Início da íngreme, e de difícil acesso, subida até à área do povoado.....	118
Figura 92 – Pormenor do estado geral de um dos acessos ao povoado.....	118
Figura 93 – Pormenor do aparelho construtivo. ....	119
Figura 94 – Localização do Castelo de Aguiar de Pena no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74. ....	121
Figura 95 – Enquadramento do Castelo de Aguiar de Pena. Vista O – E.....	122
Figura 96 – No plano inferior a barbacã e escada metálica que permite o acesso à sala.....	123
Figura 97 – Vista (SE – NO) da acrópole para a sala da seteira. No canto superior esquerdo a aldeia do castelo.....	123
Figura 98 – Sinalização do trilho que conduz do Centro Interpretativo ao monumento.....	124
Figura 99 – Localização do Povoado do Castelo de Aguiar no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74.....	125

Figura 100 – Vista para NO de uma das áreas protegidas pelos gigantes batólitos graníticos, a N do estradão que rasgou o povoado.....	126
Figura 101 – Perspetiva da zona de declive. Ao fundo, no topo, o Castelo de Aguiar de Pena.....	128
Figura 102 – Trabalhos arqueológicos no povoado.....	128
Figura 103 – Caminho antigo de pedra que atualmente dá acesso ao povoado.....	129
Figura 104 – Localização do Complexo Mineiro Romano de Tresminas no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74.....	131
Figura 105 – Corta de Covas, ladeada com as cores da urze roxa e da carqueja amarela.....	132
Figura 106 – Centro Interpretativo (Polo 1).....	134
Figura 107 – Em destaque, anfiteatro ao ar livre, na área do polo 2.....	134
Figura 108 – Localização do Castelo da Ferramenta no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 61.....	137
Figura 109 – Ao centro, vista geral do monte onde se implanta o Castelo da Ferramenta.....	138
Figura 110 – Pormenor da linha de muralha virada a NE adossada a grandes afloramentos.....	139
Figura 111 – Vista E demonstrando a densa vegetação que dificulta o acesso à acrópole do povoado.....	140
Figura 112 – Localização de Cidadelha de Aguiar no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74.....	142
Figura 113 – Cumeada aplanada do povoado – Vista E do povoado para o Vale de Aguiar.....	143
Figura 114 – Vista geral da muralha, direção E – O.....	144
Figura 115 – Pormenor da linha de muralha, direção E – O.....	144
Figura 116 – Localização de Cidadelha de Aguiar no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74.....	146
Figura 117 – Com fraca visibilidade do caminho de terra batida, as gravuras escondem-se atrás da densa vegetação de pinheiros e giestas.....	148
Figura 118 – Painel.....	149
Figura 119 – Painel.....	150
Figura 120 – Encaixes retangulares.....	150
Figura 121 – Localização da Ponte do Arco no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 88.....	152
Figura 122 – Vista geral (O) para a ponto do Arco e a serra da Padrela como pano de fundo.....	154
Figura 123 – Vista geral para NNO.....	155
Figura 124 – Pormenor do aparelho de construção da base.....	155

Figura 125 – Pormenor da sinalética e das lages constituintes do tabuleiro.....	156
Figura 126 – Localização da estátua menir do Marco no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 88.....	158
Figura 127 – Estátua Menir do Marco.....	159
Figura 128 – Réplica da estátua menir do Marco patente no MANVR.....	161
Figura 129 – Desenho da Estátua Menir do Marco.....	161
Figura 130 – Distribuição dos períodos cronológicos com base na amostra de 22 locais.....	165
Figura 131 – Distribuição espacial dos elementos patrimoniais.....	166
Figura 132 – Proposta do mapa de localização a inserir no roteiro arqueológico.....	172
Figura 133 – Proposta do mapa de localização a inserir no roteiro arqueológico sobre cartas militares de Portugal.....	173
Figura 134 – Mapa dos pontos visitáveis no itinerário dos castros.....	179
Figura 135 – Mapa dos pontos visitáveis no itinerário dos castros sobre cartas militares de Portugal à escala 1/25 000.....	179
Figura 136 – Exposição temporária (novembro de 2022).....	180
Figura 137 – Pormenor da vitrina com raspadeira denticulada, pontas de seta, enxó polida e lascas do povoado de Rebordochão.....	180
Figura 138 – Em destaque, réplica da estátua do guerreiro de Capeludos.....	180
Figura 139 – Machado de bronze.....	180
Figura 140 – Percurso viário e pedonal entre o Museu Municipal e Cidadelha de Aguiar.....	181
Figura 141 – Percurso viário, misto e pedonal entre Cidadelha de Aguiar e Três Castelos.....	182
Figura 142 – Percurso viário, misto e pedonal entre Três Castelos e Castelo da Ferramenta.....	183
Figura 143 – Percurso viário, misto e pedonal entre Castelo da Ferramenta e São Martinho.....	184
Figura 144 – Percurso viário, misto e pedonal entre São Martinho e Cidadelha de Jales.....	185
Figura 145 – Mapa dos pontos visitáveis na proposta do itinerário turístico do património cultural da freguesia de Bornes de Aguiar.....	188
Figura 146 – Mapa dos pontos visitáveis na proposta do itinerário turístico do património cultural da freguesia de Bornes de Aguiar.sobre cartas militares de Portugal à escala 1/25 000.....	188
Figura 147 – Exemplo de sistema com beacon.....	192
Figura 148 – Exemplo de sistema com beacon.....	192
Figura 149 – Funcionamento do sistema com recurso a beacon.....	192
Figura 150 – Folheto da Câmara Municipal de Sátão – Rota do Barroco.....	194

Figura 151 – Proposta de folheto para o itinerário dos castros.....	195
Figura 152 – O património e as novas tecnologias.....	196

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Fatores que motivaram as viagens a partir da década de 1950.....	16
Quadro 2 – Tipologia de sítios arqueológicos com valorização turística.....	23
Quadro 3 – Exemplos de sítios arqueológicos com valorização turística.....	25
Quadro 4 – Análise SWOT de Cidadelha de Jales.....	60
Quadro 5 – Análise SWOT da Fraga do Quelho.....	65
Quadro 6 – Análise SWOT da Mamoa do Alto do Cotorino.....	70
Quadro 7 – Análise SWOT da Bouça dos Pardieiros.....	75
Quadro 8 – Análise SWOT de Castelos / São Martinho.....	80
Quadro 9 – Análise SWOT de Três Castelos.....	84
Quadro 10 – Análise SWOT da Ponte das Romanas.....	88
Quadro 11 – Análise SWOT da Ponte da Ola.....	92
Quadro 12 – Análise SWOT do Monte do Castelo.....	97
Quadro 13 – Análise SWOT das sepulturas do Areal.....	101
Quadro 14 – Análise SWOT da sepultura da Parada.....	105
Quadro 15 – Análise SWOT do Monte Minhéu.....	110
Quadro 16 – Análise SWOT do Castelo de Pensalvos.....	115
Quadro 17 – Análise SWOT do Crasto de Pensalvos.....	120
Quadro 18 – Análise SWOT do Castelo de Aguiar de Pena.....	124
Quadro 19 – Análise SWOT do povoado do Castelo de Aguiar.....	130
Quadro 20 – Análise SWOT do Complexo Mineiro Romano de Tresminas.....	136
Quadro 21 – Análise SWOT do Castelo da Ferramenta.....	141
Quadro 22 – Análise SWOT de Cidadelha de Aguiar.....	145
Quadro 23 – Análise SWOT da Cruz do Coro.....	151
Quadro 24 – Análise SWOT da ponte do Arco.....	157
Quadro 25 – Análise SWOT da estátua menir do Marco.....	162

Quadro 26 – Quadro geral dos 22 elementos patrimoniais avaliados.....	168
Quadro 27 – Análise SWOT dos 22 elementos patrimoniais.....	170
Quadro 28 – Proposta do património a inserir no roteiro arqueológico.....	174
Quadro 29 – Exemplo de divisão da tipologia das rotas turísticas.....	176
Quadro 30 – Proposta de sítios a incluir no itinerário dos castros.....	178
Quadro 31 – Pontos de interesse a visitar no percurso.....	181
Quadro 32 – Pontos de interesse a visitar no percurso.....	182
Quadro 33 – Pontos de interesse a visitar no percurso.....	183
Quadro 34 – Pontos de interesse a visitar no percurso.....	184
Quadro 35 – Pontos de interesse a visitar no percurso.....	185
Quadro 36 – Proposta de sítios a incluir no itinerário do património cultural da freguesia de Bornes de Aguiar.....	187
Quadro 37 – Parcerias com entidades hoteleiras.....	190
Quadro 38 – Parcerias com entidades de restauração.....	190
Quadro 39 – Parcerias com outros serviços.....	190

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Milhas de ferrovia construída entre 1835 e 1885.....	15
Tabela 2 - Atividades praticadas na região.....	19

## ÍNDICE DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 Classificação dos diferentes tipos de património .....	7
Diagrama 2 – Relação das fases do conhecimento em arqueologia.....	10
Diagrama 3 – Definição conceptual e técnica de turismo.....	12
Diagrama 4 – Metas da estratégia turismo 2027.....	18

## ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses
- APA – Associação Profissional dos Arqueólogos
- APOM – Associação Portuguesa de Museologia
- B.P. – Antes do presente (Before present)
- CIMAT – Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega
- DGPC – Direção Geral do Património Cultural
- ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- MANVR – Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real
- OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
- OMT / UNTWO – Organização Mundial do Turismo
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PIB – Produto Interno Bruto
- PR – Pequena Rota
- PROGESTUR – Associação Turismo e Cultura
- SWOT – Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (Stenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats)
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- WTCC – Conselho Mundial de Viagens e Turismo

## INTRODUÇÃO

O património cultural é hoje um importante recurso nas áreas do turismo, da educação, do emprego e do desenvolvimento sustentável e, de igual modo, um elemento vital nas estratégias de desenvolvimento regional<sup>1</sup>.

O presente trabalho, ainda que nele predomine o interesse pelo património arqueológico e histórico, desenvolve-se entendendo que toda esta herança cultural deve ser amplamente valorizada, havendo tempo e espaço próprios e adequados para a sua investigação, conservação e preservação e posterior divulgação que “*permitam que os públicos continuem a relacionar-se e a valorizar o objeto cultural e patrimonial*” (Ponte, 2020, p.5).

Assim, visou-se, como objetivos gerais, a valorização de sítios arqueológicos e de bens patrimoniais do município de Vila Pouca de Aguiar, através do desenvolvimento de medidas que auxiliem os visitantes a conhecer estes mesmos pontos de interesse e implementando estratégias e ferramentas de acesso ao património arqueológico existente.

Este trabalho organizou-se em quatro partes. A primeira, intitulada *Considerações Introdutórias e Objetivos* envolve a reflexão sobre conceitos chave presentes neste trabalho, tais como património, património cultural e património arqueológico, esclarecendo as suas possíveis definições a partir de diferentes pontos de vista autoral, mas também o enquadramento legal e mecanismos de proteção vigentes. Explora, igualmente, os conceitos de turismo e turismo arqueológico, a sua mutabilidade e evolução ao longo do tempo e a relação simbiótica destes com os bens patrimoniais.

Apresentam-se, igualmente, alguns exemplos de património arqueológico visitável com valor para a atividade turística que permitem fazer um paralelismo com os elementos patrimoniais estudados e que serviram de base às propostas de valorização que se fazem aos casos de estudo trazidos para este trabalho.

Por fim discutiram-se os objetivos, gerais e específicos, que justificaram a realização do projeto e que, de certa forma, são coincidentes com as atuais ambições neste campo da gestão

---

<sup>1</sup> Tal como entendido pela Comissão Europeia (<https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/cultural-heritage/cultural-heritage-in-eu-policies/sustainable-cultural-tourism>).

patrimonial, como a de definir o caminho para tornar o património arqueológico acessível ao público através da sua conversão num produto turístico.

A segunda parte designada *Metodologia*, descreve a metodologia aplicada, e as três fases de concretização da mesma, dividindo-se em três momentos: trabalho inicial de gabinete; trabalho de campo; trabalho avançado de gabinete. O primeiro momento compreendeu a recolha bibliográfica e cartográfica que permitiu elaborar o estado da arte e uma atual descrição e caracterização dos sítios arqueológicos inventariados, e fornecesse os dados para o conhecimento das condições físicas e ambientais do concelho de Vila Pouca de Aguiar. Foram definidos conceitos teóricos e relacionados com o património e o turismo e, por fim, formularam-se os descritores a incluir nas fichas de inventário dos elementos patrimoniais para as visitas de campo. A segunda fase correspondeu ao trabalho de campo, com a realocização dos sítios já conhecidos. Na etapa de trabalho avançado de gabinete, trabalharam-se os dados das duas primeiras fases com a finalidade de elaborar uma análise SWOT a fim de aferir as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças de cada um dos sítios arqueológicos para se proceder à apresentação de propostas que alargassem a acessibilidade de informação e visibilidade dos sítios arqueológicos com vista à sua valorização patrimonial.

A terceira parte, *O Concelho de Vila Pouca de Aguiar*, descreve, em detalhe, as características físicas e ambientais do concelho de Vila Pouca de Aguiar, e apresenta uma síntese do seu contexto histórico-arqueológico.

A quarta parte denomina-se *Inventário – Elementos Patrimoniais* e detalha cada um dos sítios avaliados no presente trabalho. Para além da sua realocização, são atualizados todos os dados quanto do conhecimento científico de cada sítio, entre os quais o historial, a descrição física do local, a descrição do sítio arqueológico, a qualidade dos acessos, o estado de conservação e as possíveis ameaças.

A quinta e última parte, *Discussão dos Resultados e Proposta de Valorização do Património Identificado*, sintetiza os resultados apresentados na Parte IV, e constrói as propostas de valorização para os elementos patrimoniais aí identificados.

Creemos que é nesta parte que damos um contributo com algumas propostas inovadoras, que se concretizam com distintos percursos e itinerários de diferentes tipologias, criados com os 22 elementos patrimoniais avaliados no trabalho, nomeadamente: um “roteiro arqueológico” ou

grande rota; e um percurso turístico dentro dos limites físicos de uma freguesia, com incidência nos elementos patrimoniais principais, mas aproveitando outros pontos de interesse; e itinerário temáticos, interligando os sítios por afinidade cronológica / tipológica.

## PARTE I. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS E OBJETIVOS

## Introdução

A primeira parte descreve e esclarece alguns conceitos que são centrais em *Valorização do Património Arqueológico e Histórico do Município de Vila Pouca de Aguiar*, e estão presentes, transversalmente, em todo o trabalho. Referimo-nos aos conceitos de património cultural, património arqueológico, turismo e turismo arqueológico. De igual modo, define o enquadramento legal que cada um tem e o mecanismo de proteção vigentes e o papel das instituições de tutela.

É dado particular destaque ao turismo no Porto e Norte de Portugal, bem como no Alto Tâmega e no concelho de Vila Pouca de Aguiar, caracterizando o perfil do turista que visita esta região e observando a oferta existente e, entendendo o património arqueológico como produto turístico são dados exemplos de valorização turística do património arqueológico nacional e de que como tais exemplos podem ser aplicados na valorização de contextos arqueológicos em Vila Pouca de Aguiar.

Termina-se a primeira parte detalhando os objetivos gerais e específicos que guiam o presente trabalho.

### 1. Património Cultural

#### 1.1 Definições e conceitos operatórios

Património é, neste trabalho, um conceito de importância ímpar e reiteradamente usado. A heterogeneidade e multiplicidade de ideias e matérias que ao património se atribui, torna importante, e igualmente oportuno, que se inicie este trabalho tentando esclarecer o que hoje se entende por património, em particular, o património cultural.

Sem transpor as observações para o campo jurídico, onde também a definição está longe de ter um consenso generalizado e se olha mais como “*um acervo composto por elementos, susceptíveis de avaliação pecuniária e agregados entre si por um denominador comum*” (Sequeira, 2013, p.297), abarca, *lato sensu*, territórios, paisagens, bens materiais e imateriais que, idealmente, se desejam preservar. Indissociável do espaço que ocupa no seu tempo, é “*aquilo que decidimos que merece sobreviver às catástrofes e aos conflitos, à prosperidade, às revoluções e às lutas de classe, à juventude e ao diferente*” (Tavares, 2019, p.13), portanto, aquilo que num dado período de tempo, um determinado coletivo ou grupo entende, com o necessário consenso, pugnar para que seja valorizado. Ideia reiterada por outros autores em que o “*património é um dispositivo social e um discurso organizador da memória de um grupo num determinado contexto*

*histórico e social*” (Domingues, 2014, p.8). Assim, estes processos de *“identificação, valorização, classificação, defesa e divulgação do património [têm] a ver com o olhar com que nós, hoje, olhamos o passado”* (Goulart, 2012, p.1).

Pela sua raiz etimológica, *patrimonium* era o *“conjunto dos bens pertencentes ao paterfamilias e por este transmitidos aos seus sucessores”* (Mendes, 2012, p.11). Assim, está intimamente acoplado a património a ideia de herança, de algo que, por laços familiares, e por possuir alguma importância, se recebe.

O que hoje acolhemos como património *“começou a ser assim identificado, e consequentemente protegido e valorizado, no decorrer do século XIX”* (Duran, 2006, p.42), processo facilitado, e empurrado pelas várias transformações operadas em novecentos. Para Ballart o património nasce *“quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objeto ou um conjunto de objetos”* (Ballart, 1997, p.17). Espino apresenta-o como *“toda aquela evidência material ou imaterial que faz parte de um processo cultural que é herdado pelos povos através do tempo”* (Espino, 2015, p.3).

A Conferência Geral da UNESCO de 1972, celebrada em Paris<sup>2</sup>, divide património em duas grandes categorias: o património cultural e o património natural (Diagrama 1). O património cultural, produto consequente da atividade humana e com o qual os elementos apresentados neste trabalho estabelecem direta ligação, pode-se subdividir em património imaterial (os bens intangíveis) ou material. Ao primeiro acoplam-se as manifestações que se relacionam com o campo do conhecimento, da linguagem, da religião ou da música como as literárias, sociais ou etnográficas. No segundo inserem-se elementos ou conjunto de elementos a que se atribuiu um valor por oferecerem algum tipo de benefício resultado da atividade humana (Acedo *et al.*, 2020)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural adotada a 16 de Novembro de 1972 pode ser consultada em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.

<sup>3</sup> Não deixa de ser simplista, e até redutora esta subdivisão, quer a tripartida do imaterial quer a que está entregue ao património material, podendo a estas, acrescentar-se muitas mais. Contudo, o diagrama aqui apresentado é um ponto de partida para esta discussão.

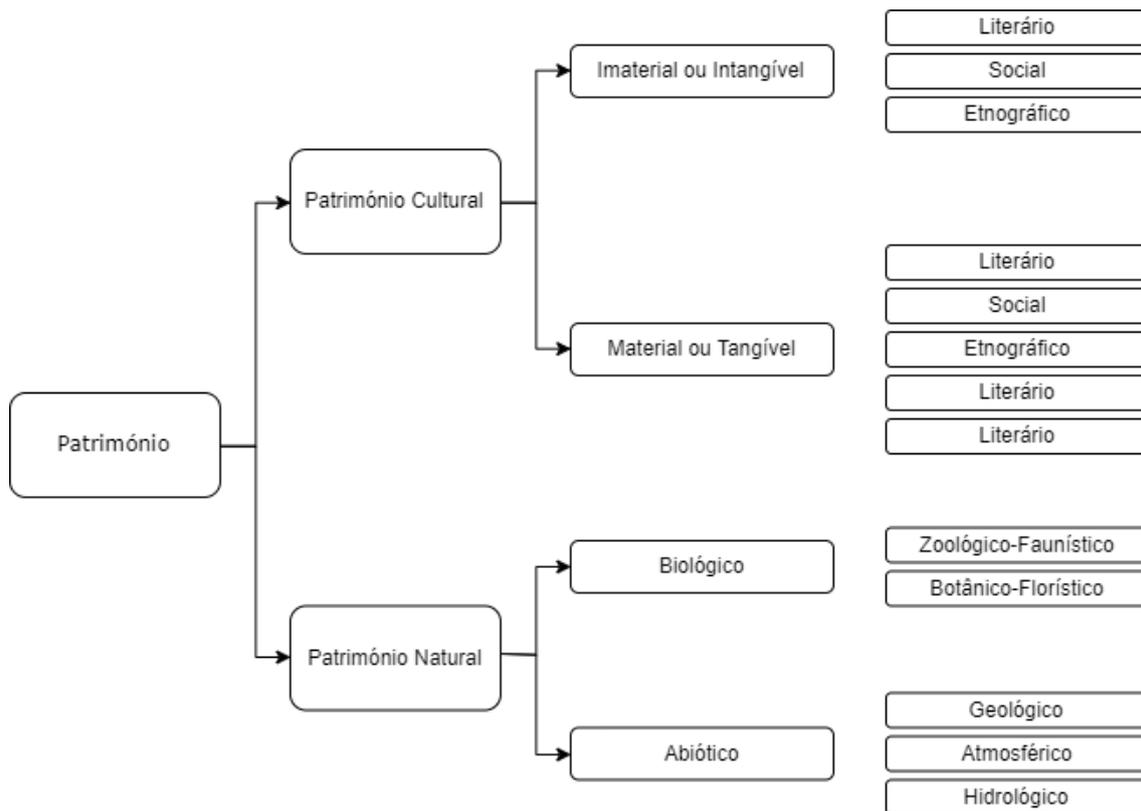


Diagrama 1 - Classificação dos diferentes tipos de património.  
 Fonte: Acedo et al. 2020, p.43 (adapt.).

## 1.2 Enquadramento legal e mecanismos nacionais e internacionais de proteção do património cultural

À luz da Lei de Bases do Património Cultural (Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro)<sup>4</sup> o património cultural compreende

*“todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.”* (art. 2º, nº1), e em que a proteção e valorização deste reveste-se da *“maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”*. (artº 1, nº1).

<sup>4</sup> Revoga a Lei nº13/85 de 6 de Julho que pela primeira vez, através da Assembleia da República, estabelecia a Lei de Bases do Património Cultural Português. Reconhecem-se ainda o Decreto nº20:985 de 7 de Março de 1932 que regulava a guarda e protecção das obras de arte e peças arqueológicas e o Decreto nº 27:633 de 3 de Abril de 1937.

Recentemente, em 2021, foi elaborada uma Carta de Direitos do Património Cultural Português<sup>5</sup> - subscrita por dezasseis entidades e empresas ligadas à defesa do património, entre as quais o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), a Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), a Associação Portuguesa de Museologia (APOM) e a PROGESTUR – que considerando o “*Património Cultural o activo mais precioso de qualquer país, em especial dos que possuem recursos históricos mais antigos*” verifica que há “*uma gritante inadequação da legislação criada nesta legislatura às necessidades reais da gestão do património nacional*”. Tendo partido de um debate na plataforma PPCULT – Plataforma pelo Património Cultural, advoga que os bens culturais “*têm direito a ser conservados e protegidos, estudados, analisados, ensinados e vivenciados através de legislação adequada*”.

A nível internacional destaca-se o papel de organismos, agentes de proteção e promoção do património, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)<sup>6</sup>, o Conselho da Europa<sup>7</sup>, o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS)<sup>8</sup> e a União Europeia<sup>9</sup> (Carvalho, 2010). Acrescentamos ainda a OCDE que colabora com a Comissão Europeia em projetos conjuntos para maximizar o impacto da cultura e do património cultural no desenvolvimento local<sup>10</sup>.

De um modo geral as normas internacionais sobre o património cultural dividem-se em quatro planos: 1) as convenções (aprovadas pelos estados signatários que se comprometem a aplicar as medidas aqui expressas); 2) as recomendações (linhas orientadoras mas sem carácter vinculativo); 3) as resoluções do Conselho da Europa (que servem de modelo para adoção de

---

<sup>5</sup> <http://icomos.fa.utl.pt/documentos/DeclaraPlataformaPPCULT.pdf>.

<sup>6</sup> A UNESCO afirma, como mote geral, na área da cultura, a proteção do património e promoção da criatividade: “*Protecting and safeguarding the world’s cultural and natural heritage and supporting creativity and dynamic cultural sectors are fundamental to addressing the challenges of our time, from climate change to poverty, inequality, the digital divide and ever more complex emergencies and conflicts*”. - <https://www.unesco.org/en/culture>.

<sup>7</sup> O Conselho da Europa reconhece, entre outros princípios, “que o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem” Artº 1, Título I, Conselho da Europa, Faro (Portugal), 27 de outubro de 2005 - <https://files.dre.pt/1s/2008/09/17700/0664006652.pdf>

<sup>8</sup> Organização não-governamental (ONG) cuja missão é promover a conservação, a proteção, a utilização e valorização dos monumentos, conjuntos e sítios - <https://www.icomos.pt/o-que-e-o-icomos/missao>.

<sup>9</sup> O património cultural da Europa é apoiado por uma série de políticas, programas e financiamento da UE, nomeadamente o Programa Europa Criativa. As políticas da UE noutros domínios têm cada vez mais em conta o património, designadamente a investigação, a inovação, a educação, o ambiente, as alterações climáticas e as políticas regionais e as políticas digitais.

<sup>10</sup> Principais intervenientes no domínio do património cultural: organizações internacionais - <https://culture.ec.europa.eu/pt-pt/cultural-heritage/main-actors-on-cultural-heritage/main-actors-on-cultural-heritage-international-organisations>.

recomendações e convenções e não obrigam a sua aplicação); 4) os restantes atos, como cartas, orientações e princípios, declarações (também sem carácter vinculativo) (Carvalho, 2010).

A ICOMOS disponibilizou 54 normas internacionais sobre o património da UNESCO e da ICOMOS. Aqui evidenciam-se a Carta de Atenas (1931), a Carta de Veneza (1964), a Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural, Paris, (1972), a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa, Granada (1985), ou a Carta de Cracóvia (2000). Certo que o acordo patrimonial não se fez sem discordâncias e que muito evoluiu desde as primeiras décadas do século XIX em que se consagrava, quase em exclusivo, só os monumentos históricos (Choay, 2014), nestes importantes encontros foram-se delineando os principais aspetos da proteção do património cultural, a sua identificação e inventariação, o estudo científico, o âmbito jurídico, a conservação, divulgação, a valorização e a gestão.

## 2. Património Arqueológico

### 2.1 Características e singularidade

A arqueologia é a ciência que estuda vestígios de ocupação e atividade humana do passado (Timothy e Tahan, 2020). A compreensão deste passado é concretizada na interpretação dos bens materiais associados aos sítios arqueológicos tais como artefactos (líticos, cerâmicos, etc.); estruturas (muros, conjuntos arquitetónicos, pavimentos, etc.) com diferentes características tipológicas, cronológicas e funcionais, os próprios contextos arqueológicos, e ainda outros elementos geológicos ou naturais. É certo que "*a arqueologia não se limita ao estudo da cultura material, mas parte necessariamente da cultura material*" (Alarcão, 1993-1994, p.13).

No seu percurso evolutivo, a arqueologia distingue-se de outras disciplinas por ser uma história de ideias, de teorias e maneiras de olhar o passado. É depois uma história de desenvolver métodos de investigação, empregando essas ideias e investigando essas questões e, só no fim é uma história das descobertas em si (Renfrew e Bahn, 2016, p.21) (Diagrama 2).

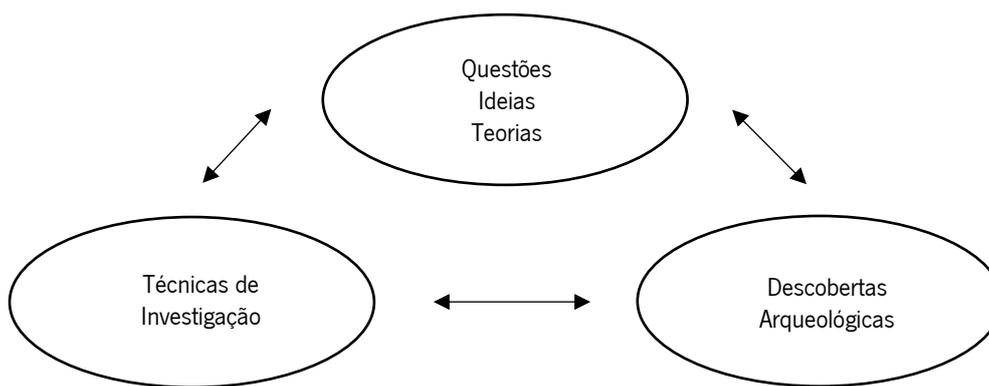


Diagrama 2 – Relação das fases do conhecimento em arqueologia.  
 Fonte: Renfrew, Bahn 2016, p.21.

O património arqueológico é também ele distinto, na medida em que se apoia nesta atividade científica arqueológica para ser entendido e explicado.

## 2.2 Enquadramento legal

Os elementos patrimoniais selecionados neste trabalho compreendem-se, maioritariamente, no domínio do património arqueológico. Este, tutelado a nível nacional pela DGPC – Direção Geral do Património Cultural, está devidamente enquadrado e protegido na legislação portuguesa dentro da *Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural* – Lei 107/2001 de 8 de Setembro – em particular no Capítulo II, onde se define que “*o património arqueológico é constituído por todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade e a sua relação com o ambiente*”.

Acrescenta-se ainda que,

*“o património arqueológico é património nacional, uma vez que constituem testemunhos com valor de civilização ou de cultura, portadores de interesse cultural relevante e refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade, ou exemplaridade, competindo ao Estado proceder ao seu arquivo, conservação, gestão, valorização e divulgação”.*

Coloca-se o património arqueológico por um lado como fonte histórica do passado, e por outro, como forma de salvaguardar e divulgar essa memória.

De igual modo, a *Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico*, (ICOMOS 1990) entendendo que este representa um testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado define, no seu artº 1 o património arqueológico como “*a parte do nosso património material, para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base*”.

Sob esta apreciação estão considerados, desde os “*locais onde foram exercidas quaisquer actividades humanas, às estruturas abandonadas e aos vestígios de toda a espécie, à superfície, no subsolo ou submersos, bem como a todos os objectos culturais móveis que lhe estejam associados.*”

A mesma ideia é reiterada pelo Conselho da Europa (1992) na Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico no artº 1 em que se espelha que o

“*património arqueológico integra estruturas, construções, agrupamentos arquitectónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respectivo contexto, quer estejam localizados no solo ou em meio submerso*”.

### 3. O Turismo

#### 3.1 Definição e conceitos operatórios

O turismo é hoje um setor multidisciplinar que integra diferentes atividades económicas. A sua definição não se apresenta consensual, coexistindo, na verdade, múltiplas interpretações consoante os autores e as áreas de investigação que lhes são específicas (Costa, 2015).

Com efeito, irrompem diversas definições do conceito de turismo desde o início de novecentos que tentam destrinçar o seu significado, quer de um ponto de vista técnico, estatístico, quer conceptual para entender a sua área de atuação e o seu funcionamento (Cunha, 2010a), sendo que destacamos as mais recorrentes na bibliografia e no meio académico.

Terá sido em 1910 que, pela mão do economista austríaco Herman Von Schullern zu Schrattenhofen, se terá cunhado a primeira definição de turismo, caracterizando-o como “*o conjunto de todos os fenómenos, em primeiro lugar de ordem económica, que se produzem pela chegada, estada e partida de viajantes numa comuna, província ou um estado determinado e, por consequência estão diretamente ligadas entre eles*” (Cunha, 2010a, p.10).

Arthur Bormann, em 1930, considera turismo como *“o conjunto das viagens cujo objectivo é o prazer ou por motivos comerciais ou profissionais ou outros análogos e durante os quais a ausência da residência habitual é temporal. Não são turismo as viagens realizadas para deslocar-se ao local de trabalho”*.

Já nos anos 80, em 1981, Burkart e Medlik definem turismo como *“os deslocamentos curtos e temporais das pessoas para destinos fora do lugar de residência e de trabalho e as atividades empreendidas durante a estada nesses destinos”* (De Andreis e Carioni, 2019, p.337).

Em 1982, Mathienson e Wall, com uma abordagem mais abrangente, afirmam que *“é o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos locais normais de residência e de trabalhos, as actividades realizadas durante a estada, e as facilidades criadas para satisfazer a necessidade dos turistas”* (Cunha, 2010a, p.11)

Ciente de uma visão mais conciliadora, a Organização Mundial do Turismo (OMT/UNTWO), instituição sob a tutela da Organização das Nações Unidas (ONU) e responsável pela promoção responsável, sustentável e universal do turismo assumiu que este *“compreende as atividades das pessoas que viajam e permanecem em locais fora do seu ambiente habitual, por não mais do que um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios ou outros fins”* (UN 1994) sendo este o conceito mais *“prevalentemente utilizado”* (Cunha, 2010a, p.13).

Aceitam-se, assim, duas definições de turismo, uma conceptual e outra técnica (Mousavi 2016) (Diagrama 3).

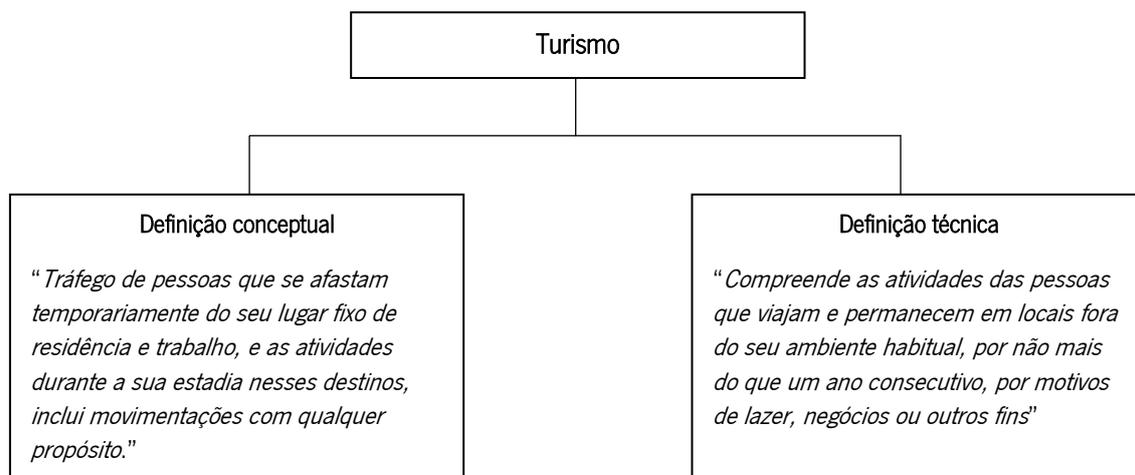


Diagrama 3 - Definição conceptual e técnica de turismo.  
FONTE: Adaptado e traduzido de Mousavi *et al.*2016, p.71.

Se hoje é um dos mais importantes setores económicos a nível mundial, pelas receitas geradas, pela criação de empresas e empregos e pelo desenvolvimento de equipamentos e infraestruturas (Marques 2013), os seus primórdios contam-se muitos anos antes.

### 3.2 História e evolução

A mobilidade, por motivos sociais e económicos - onde se incluem a caça, a pesca, o comércio, as celebrações e peregrinações religiosas ou as movimentações bélicas – está presente há muito tempo na história humana (Timothy e Tahan, 2020). Com efeito, a primeira forma de economia humana – caça e recolção – envolvia viagens com tempos e distâncias consideráveis (Gosch e Stearns, 2008) sendo que, tal como nos dias de hoje, a mobilidade “*é um processo universal e multidimensional*” (Vilaça e Baptista, 2020, p.18) independentemente da intensidade e escala em que as comunidades a praticavam.

Não é assim estranho que a viagem pelo prazer do passeio e fruir o “património” de uma região, não seja um fenómeno recente. Na verdade, encontram-se na literatura clássica, grega e romana, descrições e notas para visitas a locais como as pirâmides do Egipto, o Templo de Artémis, o Colosso de Rodas, o Mausoléu de Halicarnasso, a Porta de Ishtar ou a estátua de Zeus em Olímpia (Timothy e Tahan 2020).

Se o alvorecer destas viagens é já milenar, e se já filósofos como Montaigne, Locke ou Bacon evidenciam os aspetos educativos e instrutivos das viagens (Cunha, 2010a), o conceito moderno de turismo, com ida, visita e regresso, desenvolve-se entre os séculos XVII e XIX num fenómeno denominado *Grand Tour*, onde os jovens aristocratas ingleses visitavam diversos países europeus (França, Itália, Suíça, Alemanha, Países Baixos), com o propósito de se educarem e alargarem os seus conhecimentos sobre a cultura clássica, a história, as línguas e os costumes de diferentes povos, além de contatarem com as elites europeias (Pérez-Juez Gil, 2015). Começa-se a não dissociar o património arqueológico do turismo na medida em que muitos dos destinos eram cidades de interesse arqueológico, por excelência, como Roma e, mais tarde, Pompeia (Pérez-Juez Gil, 2015).

Lord Shaftesbury, notável filantropo inglês do século XIX, sintetizava o espírito do *Grand Tour* deste modo:

*“Por conhecimento do mundo refiro-me ao que resulta da observação dos homens e das coisas contactando com os costumes e usos de outras nações; para um entendimento das suas políticas, do seu governo e religião; numa frase, para o estudo e contemplação do Homem; tal como eles se apresentam no grande palco do mundo em várias formas e sob diferentes aparências. esta é a ciência mãe que um cavalheiro (gentleman) deve compreender e a qual nunca é ouvida nas nossas escolas e faculdades”* (Lickorish e Jenkins, 1997, p.14).

No século XIX operam-se também várias transformações, em que a mais marcante terá sido a progressiva democratização no acesso à cultura e a tentativa da sua universalidade (Osterhammel 2009). A procura, não somente pelas classes de elite, com poder económico e social, mas por todas as faixas da sociedade, espraia-se nas mais diversas manifestações culturais que hoje dispomos - literatura, arte, cinema, dança, entre outras valências.

Um forte contributo para uma explosão na procura e oferta de viagens, dentro de um país e internacionalmente, foi o desenvolvimento da ferrovia que a Europa e América do Norte rapidamente viram crescer (Lickorish e Jenkins, 1997). Se o Reino Unido transportava cerca de 2 milhões de passageiros, em 1841, esse número aumentou para 79 milhões em 1851, 160 milhões em 1860, 817 milhões em 1880, ascendendo aos 1455 milhões nas vésperas do primeiro conflito mundial, em 1914 (Lickorish e Jenkins, 1997) (tabela 1).

**Tabela 1 - Milhas de ferrovia construída entre 1835 e 1885**

	<b>1835</b>	<b>1845</b>	<b>1855</b>	<b>1865</b>	<b>1875</b>	<b>1885</b>
<b>Reino Unido e Irlanda</b>	471	3277	13 411	21 382	26 803	30 834
<b>França</b>	176	883	5 335	13 562	21 547	32 491
<b>Alemanha</b>	6	2315	8 352	14 762	28 087	37 572
<b>Áustria-Hungria</b>	-	728	2 145	5 868	16 860	22 789
<b>Rússia e Finlândia</b>	-	144	1 048	3 940	19 584	26 847
<b>Itália</b>	-	157	1 211	4 347	7 709	10 484
<b>Bélgica</b>	20	576	1 349	2 254	3 499	4 409
<b>Holanda e Luxemburgo</b>	-	153	314	865	1 407	2 804
<b>Suíça</b>	-	2	210	1 322	1 948	2 850
<b>Europa, incluindo Reino Unido e Irlanda</b>	673	8 235	35 185	75 882	142 494	195 835

Fonte: Lickorish e Jenkins, 1997, p.17.

Embora com um arranque mais tardio, também Portugal acreditou nos caminhos de ferro e no progresso económico e social que estes poderiam trazer quando, a 28 de outubro de 1856, se realizou a primeira viagem de comboio entre Lisboa e o Carregado<sup>11</sup>. Nos anos subsequentes o transporte ferroviário em território nacional conhece um desenvolvimento sistemático, fruto do trabalho da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, criada em 1860 (Salgueiro, 2008). À data da morte de Fontes Pereira de Melo, contavam-se 1500 km de caminho de ferro, aos quais se somavam os 6500 km de estradas e 6000 km de linhas telegráficas (Mónica, 1997).

No pós-guerra, com os desenvolvimentos tecnológicos conquistados com a revolução industrial, as viagens tornaram-se progressivamente mais rápidas e confortáveis abrangendo, precisamente públicos mais vastos, que não incluíam somente a nobreza, mas também uma burguesia sedenta de novas experiências (Milheiro e Melo, 2005).

<sup>11</sup> <https://www.cp.pt/institucional/pt/cultura-ferroviaria>

As viagens deixam de ser essencialmente de cariz cultural e passam a almejar prazer e descanso, alteração proporcionada e alavancada, por exemplo, por regalias sociais, como a institucionalização dos períodos de férias (Pérez-Juez Gil, 2015), sendo que este gosto pela viagem se populariza, promovendo a emergência do turismo como atividade económica (Cunha, 2010a).

Apoiado pelo desenvolvimento económico global e diversas conquistas sociais, principalmente a partir da década de 50 do século XX, com o aumento dos salários, o desenvolvimento e massificação de diversos recursos tecnológicos, o turismo moderno expandiu largamente (Velo, 2007). É também, a partir desta década de 50, que se diversificam as razões que levam os turistas a viajar. Luís Fuster (Costa, 2015) caracteriza oito motivações diferentes de turismo: i) recreio; ii) cultural; iii) étnico; iv) desportivo; v) saúde; vi) negócios; vii) político; viii) religioso (quadro 1).

**Quadro 1 – Fatores que motivaram as viagens a partir da década de 1950**

<b>Tipo de turismo</b>	<b>Motivação</b>
<b>Turismo de recreio</b>	Esta motivação oferece os maiores motivos para viajar, porque este grupo possibilita várias escolhas, nomeadamente repouso, gastronomia, compras, entre outros.
<b>Turismo cultural</b>	Procuram o reconhecimento cultural de cada país, possuem um grau mais elevado e exigente com o intuito de atingir as expectativas culturais de cada um.
<b>Turismo étnico</b>	Viagens realizadas por descendentes e residentes de um determinado país em busca de reconhecimento, visitar ou participar das suas tradições / costumes que lhe são familiares.
<b>Turismo desportivo</b>	Deslocação programada para assistir a eventos desportivos de uma ou várias modalidades. Este tipo de turismo move grandes massas populacionais de todas as idades e sexos.
<b>Turismo de saúde</b>	Relacionado com a saúde e bem-estar, procura locais com infra-estruturas importantes no campo da medicina e ambientes calmos, propícios ao relaxamento como estâncias termais, balneares, lares de convalescença.
<b>Turismo de negócios</b>	Viagem realizada por representantes de empresas, com o objetivo de participar em reuniões, convenções, seminários, congressos, feiras e exposições (participação profissional).
<b>Turismo político</b>	Assemelha-se ao turismo de negócios, nas reuniões esporádicas ou regulares, mas com maior grau de complexidade e exigência, por exemplo, cimeiras entre países.
<b>Turismo religioso</b>	Deslocações, quase sempre anuais, para assistir a eventos religiosos, como peregrinações e locais de culto

Fonte: Costa, 2015, p.137.

#### 4. O Turismo em Portugal

Em 2022 o governo português continua a ancorar-se no turismo como ferramenta de projeção nacional. O “Turismo de Portugal”, integrado no Ministério da Economia e do Mar, definiu a “Estratégia Turismo 2027” (ET 2027)<sup>12</sup>, aprovada pela Resolução de Conselhos de Ministros nº134/2017, de 27 de Setembro<sup>13</sup>, sendo este o referencial estratégico para o turismo em Portugal, na próxima década (diagrama 4).

São estabelecidas prioridades em cinco eixos estratégicos: valorizar o território; impulsionar a economia; potenciar o conhecimento; gerar redes e conectividade; projetar Portugal, enquanto se compromete com metas de sustentabilidade económica, social e ambiental (tabela 3). Concomitantemente, foca-se em dez ativos estratégicos do turismo nacional: pessoas; clima e luz; história e cultura; mar; natureza; água; gastronomia e vinhos; eventos artístico-culturais, desportivos e de negócios; bem-estar; *living* – viver em Portugal.

Apesar das abruptas interrupções que a pandemia Covid-19 causou na atividade turística mundial e obviamente a nacional, parece que os números começam a reencontrar os valores pré-pandemia. Se somente na década de 30 do século XX Portugal parecia “*despertar aos estrangeiros mais interesse e curiosidade*” (Costa, 1932, p.336) começando a afirmar-se como fonte de receitas, o panorama atual é bem distinto. A atividade turística em Portugal, no ano de 2021, contribuiu 8% para o Produto Interno Bruto (PIB) – cerca de 16,8 mil milhões de euros - comparativamente aos 6,6% de 2020 e aos 11,8% de 2019<sup>14</sup> confirmando-se que o setor do turismo “*é uma atividade económica fundamental para a geração de riqueza e emprego em Portugal*”<sup>15</sup>.

As perspetivas parecem francamente animadoras. A previsão nos números do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTCC), indica que o setor de viagens e turismo vai impulsionar a recuperação económica portuguesa contribuindo quase 39,5 mil milhões para o PIB nacional, cerca de 17,4% do valor total da economia. Paralelamente, a indústria deverá criar 3200 empregos adicionais, firmando-se com um milhão de postos de trabalho até ao final de 2023.

---

<sup>12</sup> Estratégia Turismo 2027: Pensar o Futuro, Agir no Presente

<sup>13</sup> <https://files.dre.pt/1s/2017/09/18700/0552205532.pdf>

<sup>14</sup> <https://www.publituris.pt/2022/06/27/contributo-direto-e-indireto-do-turismo-para-o-pib-foi-de-168-mme-em-2021>

<sup>15</sup> [http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem\\_somos/Organizacao/information-hub-mne/Paginas/turismo-em-portugal-factos-e-numeros.aspx](http://www.turismodeportugal.pt/pt/quem_somos/Organizacao/information-hub-mne/Paginas/turismo-em-portugal-factos-e-numeros.aspx)

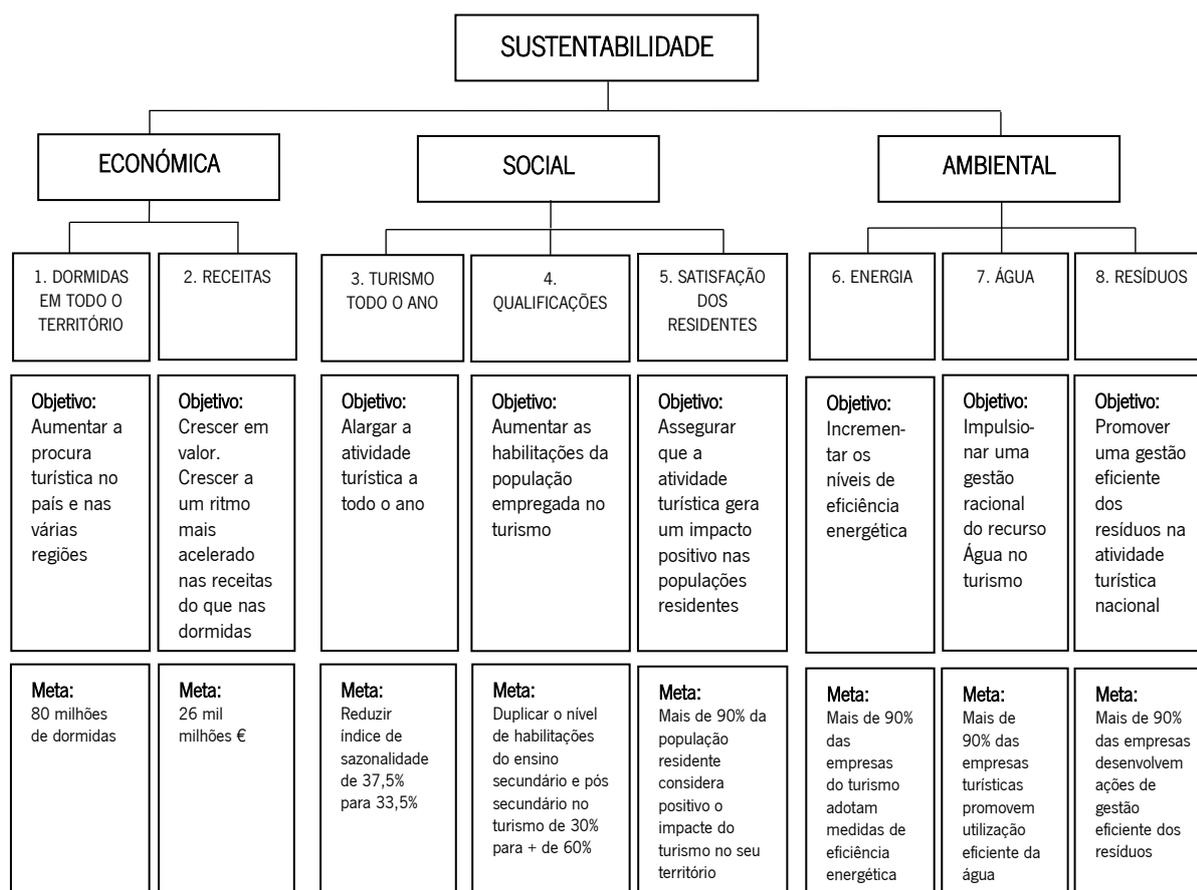


Diagrama 4 – Metas da estratégia turismo 2027.

Fonte: Estratégia Turismo 2027 (2017) <http://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>

#### 4.1 O Turismo no Porto e Norte de Portugal

Situando-se Vila Pouca de Aguiar na área norte de Portugal, analisamos alguns dados gerais do perfil do turista que visita esta região. Se a análise ao desempenho do turismo no Porto e Norte de Portugal (PNP) do ano de 2020 relatava que “a pandemia levou os números para valores de que já não havia memória” assinalando-se “uma queda do número de hóspedes de 60% nacionais e internacionais e os proveitos totais com uma quebra de 64,4%<sup>16</sup>”, para o ano de 2021 assumia-se já uma fase de “progressiva retoma”<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Relatório e Contas 2020 – Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER

<sup>17</sup> Relatório e Contas 2021 – Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER

O turista que visita esta região tem, maioritariamente, como propósito o lazer / férias (40,9%), a visita a familiares / amigos (26,4%) ou negócios (24,1%). As cinco cidades que se destacam como local de alojamento são, por ordem de preferência, o Porto (50,8%), Gaia (10,0%), Braga (7,8%), Viana do Castelo (5,9%) e Guimarães (5,6%), sendo que optam por pernoitar em Hotel (40,4%), em casa de familiares / amigos (22,9%) ou em casa própria (15,7%) (tabela 2).

Estima-se que cada turista tenha gasto na sua visita 568 €, pernoitando em média 6,37 noites. Das atividades mais praticadas, independentemente do motivo da visita, destacam-se: experimentar a gastronomia (81%), compras (42%), apreciar a paisagem/natureza (33%), ir à praia (32%), desfrutar da animação noturna (30%), passeios de carro na região (29%) e visitar monumentos (28%).

**Tabela 2 – Atividades praticadas na região**

Atividades	Lazer / Férias	Visita familiares / amigos	Negócios	GLOBAL
Experimentar a gastronomia	84%	71%	88%	81%
Compras	48%	57%	16%	42%
Apreciar a paisagem / natureza	42%	29%	19%	33%
Ir à praia	39%	38%	9%	32%
Desfrutar da animação noturna	35%	28%	24%	30%
Passeios de carro na região	24%	54%	12%	29%
Visitar momumentos	50%	15%	4%	28%
Visitar museus	34%	7%	2%	19%
Visitar as Caves do Vinho do Porto	35%	7%	3%	19%
Adquirir artesanato / produtos regionais	28%	15%	6%	18%

Fonte: Perfil dos turistas do Porto e Norte de Portugal<sup>18</sup>.  
<https://ahresp.com/app/uploads/2019/01/Perfil-dos-Turistas-do-Porto-e-Norte-de-Portugal.pdf>

<sup>18</sup> Os dados espelham o resultado de 1147 questionários válidos, aplicados no Verão de 2017 na sala de embarque do Aeroporto Francisco Sá Carneiro a turistas que visitam o Porto e/ou Norte de Portugal e que deixam este destino via Aeroporto do Porto. Foram eliminados deste questionário os residentes e os passageiros em trânsito. Os resultados podem ser consultados em: <https://ahresp.com/app/uploads/2019/01/Perfil-dos-Turistas-do-Porto-e-Norte-de-Portugal.pdf>

O índice de satisfação média, numa escala de 1 a 7, denota uma apreciação muito positiva face à experiência. Globalmente, a intenção de recomendar avalia-se em 6,44 pontos, a satisfação com a visita em 6,40 pontos, e uma intenção de regressar em 5,67 pontos.

Verifica-se uma igualdade no que respeita ao género, com 51% dos visitantes do género masculino e 49% do feminino.

#### 4.2 O Turismo no Alto Tâmega e no concelho de Vila Pouca de Aguiar

Partindo destes dados, podemos extrapolar e entender que a região do Alto Tâmega e, em particular, o concelho de Vila Pouca de Aguiar dispõem de diversificados serviços, comércio e recursos humanos e naturais para corresponder a muitas das expectativas e desejos do turista tipo do PNP. O município denota ser competitivo em termos qualitativos e quantitativos na oferta gastronómica, no património natural e cultural e nos produtos endógenos.

Na região, o Posto de Turismo do Alto Tâmega, localizado em Chaves e que completou o seu segundo aniversário em setembro de 2022, contabilizou 12 047 visitas no ano transato. De acordo com a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIMAT)<sup>19</sup>,

*“o perfil do turista que visitou o PT-AT, durante o ano de 2021, pode ser classificado, essencialmente, como sendo de nacionalidade Portuguesa, seguida da Espanhola e Francesa, embora também se tenham registado visitas de turistas vindos da Alemanha, Inglaterra, Holanda, Bélgica e Brasil. A faixa etária predominante foi a dos 40-50, seguida da dos 20-30 anos. Os produtos turísticos mais procurados foram o Cultural, a N2 e o Termal, seguidos do Religioso, Natureza e Gastronómico”<sup>20</sup>.*

Se o âmbito central do trabalho é o património histórico e arqueológico e a respetiva valorização, as sinergias com outras áreas não só são mais-valias, como são imperativas. O concelho possui diversidade de tradições gastronómicas, onde uma das mais representativas é o cabrito assado no forno aquecido a lenha (Sousa, 2012), mas onde também se destacam petiscos como a vitela maronesa, o caldo de castanha, miscalos em tacho de pão, cogumelos silvestres, produtos

---

<sup>19</sup> A CIMAT tem como missão a definição, promoção, planeamento e implementação de estratégias de desenvolvimento económico, social e ambiental neste território. Desde 8 de Outubro de 2022 que assume a nova designação de CIM Alto Tâmega e Barroso.

<sup>20</sup> <https://cimat.pt/retrospectiva-2021-posto-de-turismo-do-alto-tamega/>

também promovidos em já habituais Mostras Gastronómicas<sup>21</sup>. De igual modo, a paisagem quer do sistema montanhoso do Alvão, de elevado interesse para a conservação e biodiversidade, “*onde pontificam alguns dos mais ricos habitats do país*” (PROTTMAD, 2006, p.199), quer nas serras da Padrela e Falperra, “*com uma paisagem serrana marcada por cumes elevados onde se avista vastos horizontes*” [...] e onde “*a diversidade paisagística é enriquecida pelo contraste de formas de relevo*” (PROTTMAD, 2006, p. 200), permitem um contacto ímpar com a natureza. Para além da fruição com este património natural, existe já uma consolidada oferta no campo do turismo arqueológico, especialmente no Complexo Mineiro Romano de Tresminas<sup>22</sup>, na freguesia de Tresminas, e no Centro Interpretativo Mineiro de Jales<sup>23</sup>, na freguesia de Vreia de Jales, ambos oferecendo visitas guiadas e que, em conjunto, estes dois polos, atraíram, no de 2022, 4802 visitantes. Existem, igualmente, outros sítios que, não estando valorizados como estes primeiros, possuem sinalética cientificamente correta, bons acessos e integram-se em percursos pedestres de pequena rota, dos vários promovidos pelo município. São o caso do Castelo de Aguiar de Pena, da Mamoa do Alto do Cotorino, do Castro de Cidadelha de Jales ou ainda da Fraga do Quelho.

O concelho promove-se, ainda, com produtos regionais, tais como o mel (de urze, de rosmaninho ou de castanheiro), a castanha, a carqueja (arroz / infusão) o cogumelo, a cebola e outros produtos hortícolas biológicos e, ainda, o artesanato com matéria-prima a partir da madeira, do granito, do linho, do barro e de metais.

Paulatinamente tem crescido a oferta no alojamento turístico. De 147 camas, em 2009, passou-se para 183, em 2015 e os últimos dados confirmam 200 camas, no ano de 2021 (PORDATA) demonstrando o aumento da oferta face à procura. Crescimento que também se verifica no proveito total dos alojamentos turísticos que - em milhares de euros - usando o mesmo intervalo temporal era de 216 em 2009, 1011 em 2015 e de 1335 em 2021.

---

<sup>21</sup> <https://noticiasdevilareal.com/mostra-gastronomica-de-vila-pouca-de-aguiar-com-sabores-para-todos-os-gostos/>

<sup>22</sup> No ano de 2022 alcançou os 1324 visitantes.

<sup>23</sup> No ano de 2022 alcançou os 3478 visitantes.

## 5. O Turismo Arqueológico

### 5.1 Considerações gerais

O turismo arqueológico é um segmento da área turística com especificidades próprias que visa promover o interesse público na história e arqueologia e nos respetivos sítios arqueológicos, monumentos e património cultural local (Afkhami, 2021).

Para Ruiz Zapatero, a magia da arqueologia consiste em experimentar a prática arqueológica e imaginar o passado (Ruiz Zapatero, 2021). Designa assim de *arqueo-appeal* a atração que a arqueologia exerce sobre o público, por poder globalmente oferecer, “*paisajes exóticos, la nostalgia de otros tiempos pasados, los progressos científicos y de nuevos conocimientos, la sofisticación tecnológica de muchos métodos y el anuncio continuo en los medios de comunicación de nuevos y excitantes descubrimientos*” (Ruiz-Zapatero, 2021, p.28).

Não se estranha, assim, que os arqueólogos estejam cada vez mais conscientes da importância do património arqueológico como recurso turístico (Srivastava, 2015).

Contudo, para que não se assista a uma “banalização do turismo arqueológico” é também Ruiz-Zapatero que alerta que, a linha condutora na gestão do património deve-se guiar por cinco princípios: “*1) singularidad del sitio / monumento; 2) sustentabilidad, o sea que garantice su preservación; 3) situación, tiene que ser accesible de manera fácil para amplas audiencias potenciales; 4) segmentación de públicos, con mensajes dirigidos a diferentes audiencias y 5) sintonía con el entorno local, es decir que la población inmediata comprenda sus valores y pueda beneficiarse de alguna manera de ese patrimonio*” (Ruiz-Zapatero, 2021, p.32).

Amalia Perez-Juez Gil, em *Gestión del Patrimonio Arqueológico*, caracteriza o turismo arqueológico em seis grandes grupos (quadro 2) que, não estando institucionalizados nem usufruindo de forma concordante de recomendação oficial, aqui o empregamos e adotamos como referência: i) sítios consolidados e abertos ao público; ii) sítios requalificados; iii) parques arqueológicos; iv) sítios reconstruídos; v) sítios de recriação histórica; vi) campos de batalha (Pérez-Juez Gil, 2006, p.193).

**Quadro 2 – Tipologia de sítios arqueológicos com valorização turística**

Tipologia	Características
<i>Sítios consolidados e abertos ao público</i>	Envolve a esmagadora maioria dos sítios arqueológicos em que, após a escavação, procedem-se trabalhos de consolidação e acondicionamento das estruturas, bem como da delimitação e proteção da área envolvente.
<i>Sítios requalificados</i>	Sítios arqueológicos que, após todas as intervenções arqueológicas, se integram com uma infraestrutura com um plano e uma lógica museográfica. Essa infraestrutura permite melhorar as condições (conforto e acessibilidade) da visita e a compreensão da mesma, recorrendo a material expositivo que interpreta o sítio e os materiais associados.
<i>Parques arqueológicos</i>	Abrangido pela LPC (Lei de bases do património cultural), no ponto 4 do artº nº74, em que parque arqueológico é qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, e cujo ordenamento e gestão devam ser determinadas pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes.
<i>Sítios reconstruídos</i>	Reconstrução (parcial ou total) de sítios arqueológicos: 1) in situ, erigindo novas estruturas sobre as originais; 2) em zonas diferentes do sítio, mas reproduzindo fielmente os achados; 3) fora do sítio, de modo a servirem de campos de ensaio para estudar aspetos concretos de uma determinada questão,
<i>Locais de recriação histórica</i>	Recriação temática de um período ou evento histórico que ocorreu num determinado local. Estes eventos podem ser realizados nos próprios sítios arqueológicos ou em parques remodelados para o efeito
<i>Campos de batalha</i>	Recriação de datas simbólicas e acontecimentos históricos documentados: batalhas, acordos de paz, proclamação de direitos, etc. Pretende-se, não a valorização da temática bélica, mas a compreensão dos acontecimentos e a reflexão sobre os mesmos, analisando, em perspectiva, o evento histórico.

Adaptado de Pérez-Juez Gil 2006 e LPC 107/2001.

## 5.2 Património arqueológico como produto turístico

O património arqueológico, elemento *sine qua non* do turismo arqueológico, contribui claramente para o desenvolvimento local e regional através de uma franja populacional que aprecia e aposta no turismo cultural. A progressiva aceitação e integração de dinâmicas pró-património permitiram fomentar a sua procura e interesse junto do público e com isso gerar um produto turístico. Assim, se produto é algo que pode ser oferecido a um mercado para satisfazer a necessidade ou desejo de consumidores, atualmente produto turístico abarca a oferta não só de bens físicos (visita a um museu, ou monumento histórico, e.g.) mas também de serviços e experiências associadas ao destino escolhido - gastronomia, hotelaria, restauração, atividades lúdicas, desportivas, entre outras.

Quando os objetivos das visitas se prendem com sítios de herança cultural, o sucesso destes parece estar dependente de parcerias estratégicas e de qualidade, onde se combinam uma oferta

variada e qualificada, educação e entretenimento (Carvalho, 2011), assim, partilham em comum: um valor histórico intrínseco - os vestígios de uma determinada ocupação humana irrepitível e inimitável noutra território; promovem diversos serviços à volta da visita tornando-a uma experiência única; possibilitam uma fácil comunicação e compreensão do visitante com os conteúdos que oferecem nas plataformas em que escolhem apresentar os seus produtos - *website*, redes sociais, *mailing lists*. Por último, visam a sua própria longevidade, e sustentabilidade, através de mecanismos de proteção, conservação e interdição.

Em 2001, numa arqueologia portuguesa ainda fervilhante das descobertas e consequentes transformações das gravuras do Vale do Côa, Jorge Raposo publica, na revista *Al-Madan*, o artigo “Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal” (Raposo, 2001). Na altura foram mencionados 300 locais, tendo subido para as cinco centenas de entradas na sua revisão de 2016 (Raposo, 2016).

Deste universo patrimonial identificado e espalhado por todos os concelhos do continente e representado e onde se representam diferentes períodos cronológicos (figura 1) procurámos aprofundar o conhecimento de alguns exemplos nacionais - com sinergias e esforços multidisciplinares que permitem a valorização de sítios arqueológicos, que são interessantes produtos turísticos.

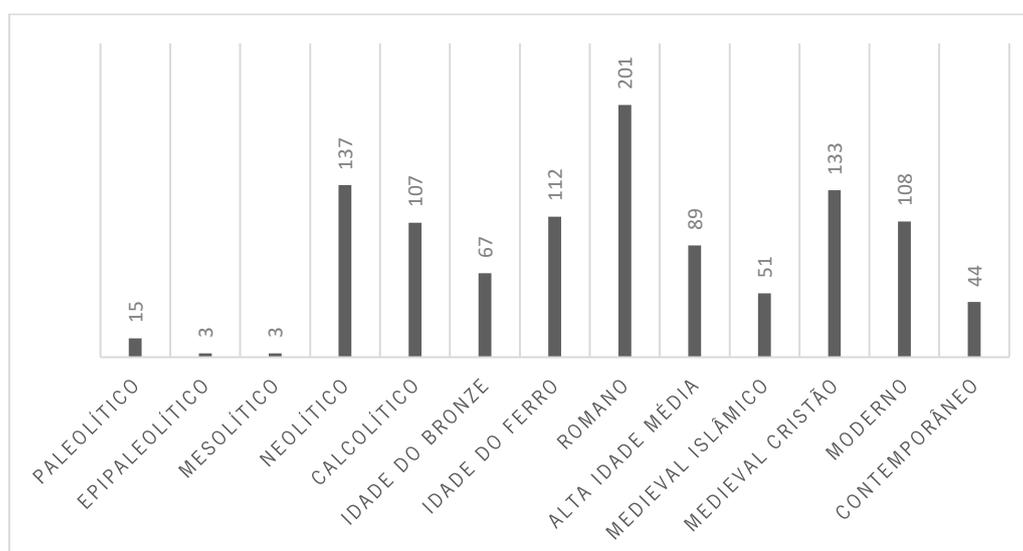


Fig. 1 – Representação da variedade cronológica dos sítios arqueológicos visitáveis inventariados.

FONTE: Raposo 2016, p.73.

### 5.3 Exemplos de valorização turística do património arqueológico nacional

Exemplificam-se, de acordo com o modelo supracitado de Pérez-Juez Gil (2006), alguns sítios arqueológicos valorizados turisticamente em território nacional:

Para sítios consolidados e abertos ao público referimos o Dólmen de Antelas; para sítios requalificados escolhemos o Museu Monográfico de Conimbriga; para parques arqueológicos a escolha recaiu sobre o Parque Arqueológico do Vale do Côa; para sítios reconstruídos refere-se o Castro de Palheiros. Em relação às recriações históricas a feira medieval de Silves é o exemplo citado e, como campos de batalha, elegeu-se a recriação da Batalha do Vimeiro.

**Quadro 3 – Exemplos de sítios arqueológicos com valorização turística**

Tipologia	Sítio	Concelho	Distrito
<i>Sítios consolidados e abertos ao público</i>	Dólmen de Antelas	Oliveira de Frades	Viseu
<i>Sítios requalificados</i>	Museu Monográfico de Conimbriga	Condeixa-a-Nova	Coimbra
<i>Parques arqueológicos</i>	Parque Arqueológico do Vale do Côa	Vila Nova de Foz Côa	Guarda
<i>Sítios reconstruídos</i>	Castro de Palheiros	Murça	Vila Real
<i>Locais de recriação histórica</i>	Feira Medieval	Silves	Faro
<i>Campos de batalha</i>	Recriação da Batalha do Vimeiro	Lourinhã	Lisboa

FONTE: elaboração própria.

## Dólmen de Antelas

O dólmen de Antelas (figura 2), identificado no início do século XX por Amorim Girão, é um monumento megalítico constituído por “*uma câmara funerária, definida por oito esteios, de granito, com cerca de 2,5 m de altura, e um corredor ortostático*” (Cruz, 1995, p. 263).

Intervencionado nos anos 50 do século XX por Albuquerque e Castro, Estácio da Veiga e Abel Viana (Castro *et. al.* 1957) e mais tarde, nos anos 90, por Domingos Cruz, o monumento preserva, nos seus esteios, um importante conjunto de motivos pintados – a vermelho e preto – conferindo-lhe, merecidamente, a classificação de monumento nacional desde 1990 (figuras 3 e 4). Recorrendo a “*materiais inorgânicos como pigmentos (hematite, quartzo e argila), aplicação de aglutinantes e mordentes e a preparação da superfície dos esteios com um primário (caulino) testemunham também a criatividade dos seus autores*” (Soares, 2021, p.20). O espólio constitui-se de diverso material lítico, tal como machados de pedra polida, placas de xisto, faca e alguns micrólitos, ambos em sílex e encontra-se depositado no museu geológico do laboratório nacional de energia e geologia (LNEG), tendo o museu municipal de Oliveira de Frades algumas réplicas na sua exposição permanente.

A sua importância patrimonial levou a um investimento, por parte do município de Oliveira de Frades, em ações de intervenção e conservação preventiva, nomeadamente na “*eliminação dos fatores de degradação – infiltrações, propagação de vegetação e raízes e condensação devido à falta de circulação de ar*” (GAL ADDLAP)<sup>24</sup> (figura 5).

Incluíram-se a “*limpeza da vegetação da mamoa com meios manuais; abertura da vala para dreno no perímetro da mamoa; estabilização do solo com areia; aplicação da manta geotêxtil; delimitação do perímetro da mamoa com postes de madeira*” (Município de Oliveira de Frades).<sup>25</sup>

Para além destes elementos preventivos, o percurso até ao monumento é de fácil acesso estando assinalado na EM617-1, apresenta uma sinalética turística com informação científica correta e atualizada<sup>26</sup> (figura 6) e monitorizado regularmente. Articula-se ainda com os serviços educativos do museu municipal de Oliveira de Frades, promovendo atividades que sensibilizam e educam o público, nomeadamente infantojuvenil, para o património cultural do concelho.

---

<sup>24</sup> <https://www.minhaterra.pt/wst/files/113842-ADDLAP-NOVO.PDF>

<sup>25</sup> <https://www.facebook.com/municipio.oliveiradefrades/posts/1791773950977277/>

<sup>26</sup> Painel bilingue, português – inglês.



Figura 2 – Dólmen de Antelas.  
Fonte: EON, Indústrias Criativas, Lda.



Figura 3 – Pormenor de alguns esteios pintados.  
Fonte: quilometroinfinito.pt



Figura 4 - Reprodução de todos os signos e figuras desenhados no interior do Dólmen de Antelas.  
FONTE: National Geographic.



Figura 5 - Diagnóstico do estado dos motivos pintados.  
Fonte: National Geographic



Figura 6 – Sinalética. Em formato circular percebem-se as estacas em madeira que delimitam o perímetro do monumento.  
FONTE: EON, Indústrias Criativas, Lda.

## Museu Monográfico de Conimbriga

O Museu Monográfico de Conimbriga integra as ruínas – a área escavada e a reserva arqueológica – o museu e alguns espaços circundantes (figuras 7, 8 e 9). Cidade que os romanos terão conquistado em 136 a.C, durante a expedição de Décimo Júnio Bruto (Correia, 2017). Localiza-se no concelho de Condeixa-a-Nova, no distrito de Coimbra e, estando classificado como monumento nacional desde 1910,<sup>27</sup> é um dos sítios arqueológicos mais visitados do país, tendo recebido vários milhões de visitantes desde a sua abertura ao público, “*a um ritmo que tem oscilado geralmente entre os cerca de 100.000 e os cerca de 150.000 visitantes/ano*” (Correia e Ruivo 2012, p.144).

Os trabalhos arqueológicos (investigação, escavação, conservação, divulgação) continuam a desenvolver-se, bem como a constante monitorização do sítio arqueológico e implementação de medidas de melhoria à qualidade da visita. O espaço de visita compreende um conjunto emblemático de edifícios como o *fórum*, as termas do sul e termas do aqueduto, o anfiteatro, casas senhoriais (como a Casa de Cantaber) e a muralha que podem ser visitados em autonomia ou, através de marcação, em visita guiada. Os serviços espraiam-se por um museu cujo acervo é composto em exclusivo pelos materiais arqueológicos recolhidos na Cidade<sup>28</sup> e que explicam a evolução histórica deste lugar entre finais do segundo milénio a.C. e o século VI, d.C. atividades educativas (figuras 10 e 11), uma loja e um restaurante.

Avançou, recentemente, com uma nova oferta para os visitantes – Conimbriga@Digital – que, recorrendo ao telemóvel ou ao *tablet* e através da leitura do sistema de QR Code (figura 12), será possível de forma gratuita e autónoma conhecer o espaço<sup>29</sup>, disponibilizando informação em português, inglês e francês.

---

<sup>27</sup> Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136 de 23 junho 1910 / ZEP, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 277 de 25 novembro 1971

<sup>28</sup> <https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-monografico-de-conimbriga/>

<sup>29</sup> <https://www.facebook.com/conimbriga/photos/a.175360842538708/8463495557058487/>



Figura 7 – Casa de Cantaber.  
Fonte: cm-condeixa.pt



Figura 8 – Edifício do museu.  
Fonte: cm-condeixa.pt



Figura 9 – Espólio musealizado no Museu Monográfico de Conímbriga.  
Fonte: cm-condeixa.pt



Figura 10 – Serviço educativo do Museu Monográfico de Conímbriga.  
Fonte: cm-condeixa.pt



Figura 11 – Serviço educativo do Museu Monográfico de Conímbriga.  
Fonte: cm-condeixa.pt



Figura 12 – Conímbriga@Digital. Exemplo do uso de ferramentas digitais na divulgação do património.  
Fonte: cm-condeixa.pt

## Parque Arqueológico do Vale do Côa

O Parque Arqueológico do Vale do Côa, inscrito na lista da UNESCO como património da humanidade desde 1998<sup>30</sup>, alberga mais de 80 sítios com arte rupestre, a maioria enquadrados no Paleolítico Superior (30.000 B.P) e cerca de 1200 rochas gravadas do Neolítico e Calcolítico, estendendo-se algumas da Idade do Ferro à Idade Moderna e Contemporânea, este último período referente aos moleiros que, no século XX, abandonaram o fundo do vale<sup>31</sup>. As gravuras localizam-se ao longo rio Côa (figura 13), partilhando assim a sua presença pelos municípios de Vila Nova de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo, Mêda e Pinhel. A fundação Côa Parque<sup>32</sup>, responsável pela “*salvaguarda, conservação, investigação, divulgação e valorização da arte rupestre do Vale do Côa*” (Plano Estratégico - Côa Parque 2018), e do projeto cultural de arqueologia, divulga uma procura ao parque na ordem dos 30 mil visitantes, entre 2010 e 2016.

O Museu (figura 14), inaugurado em 2010, explica os ciclos de arte rupestre do Baixo Côa e Douro Superior, que têm início há mais de 25.000 anos, e expõe o espólio artístico do vale através de réplicas das gravuras originais e informação interactiva que utiliza modernas tecnologias digitais. São disponibilizadas ainda oficinas de arqueologia experimental e atividades de serviço educativo.



Figura 13 – Gravuras da Canada do Inferno.  
Fonte: arte-coa.pt



Figura 14 – Museu do Côa, ao fundo o rio Douro.  
Fonte: arte-coa.pt

---

<sup>30</sup> <https://whc.unesco.org/en/list/866/>

<sup>31</sup> <https://arte-coa.pt/parque/>

<sup>32</sup> Instituída pelo Decreto -Lei n.º 35/2011, de 8 de março

## Castro de São Lourenço

O Castro de São Lourenço, implantado no monte homónimo, situa-se nas freguesias de Marinhas e Vila Chã, no concelho de Esposende. Classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1986<sup>33</sup>, tem “*as suas raízes no Bronze Final, [embora] o espaço temporal melhor conhecido deste habitat é o que medeia os séculos II a.C. e I d.C.*” (Tereso *et. al.* 2010, p.68), possui um sistema defensivo composto por três linhas de muralhas, estando as casas de habitação, circulares organizadas no interior da área urbana<sup>34</sup>.

Enquadra-se em sítio reconstruído dado se ter procedido à “*reconstrução de cinco habitações, pertencentes a dois núcleos habitacionais [...] [tendo os edifícios sido] reconstruídos maioritariamente com a pedra das sucessivas campanhas de escavação*”<sup>35</sup> (figura15). Estando integrado na Rede de Castros do Noroeste<sup>36</sup>, apresenta, entre 2014-2019, 68 mil visitantes, onde se incluem visitas no âmbito do serviço educativo. Conta ainda com o apoio do Centro Interpretativo de São Lourenço (CSIL) (figura 16), que “*promove a exposição e a divulgação seletiva do espólio arqueológico, reconstruindo a História da ocupação do território, através dos dados e dos vestígios arqueológicos*”. Para além do núcleo museológico conta com um auditório, uma loja e alberga o serviço de património cultural.



Figura 15 – Casas reconstruídas do Castro de São Lourenço.  
Fonte: Câmara Municipal de Esposende



Figura 16 – Centro Interpretativo de São Lourenço.  
Fonte: visitesesposende.com

<sup>33</sup> Decreto n.º 1, DR, 1.ª Série, n.º 2, de 3 Janeiro 1986

<sup>34</sup> [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1939](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1939)

<sup>35</sup> [https://www.municipio.esposende.pt/pages/702?news\\_id=5355](https://www.municipio.esposende.pt/pages/702?news_id=5355)

<sup>36</sup> A Rede de Castros do Noroeste, projeto iniciado a 20 de Maio de 2004, em Paços de Ferreira, no Colóquio Uma Deusa na Bruma (Pinto, 2008), foi criada em 2013 com vista a “*promover a valorização, salvaguarda e divulgação de um conjunto de sítios arqueológicos, habitualmente conhecidos como castros, que constituem expressões materiais particularmente relevantes do conjunto de povos que ocupou esta região da Península Ibérica na proto-história*” (Regulamento – Rede de Castros do Noroeste) e parece, atualmente, ou inativo ou estagnado.

## Feira Medieval de Silves

O Centro Histórico de Silves é o palco anual para a recriação histórica do período medieval islâmico na cidade. O aproveitamento de monumentos históricos, como o castelo que, “*além de ser o melhor e mais importante dispositivo defensivo do Gharb al-Andalus, é tido, ainda hoje, como o ex-libris da cidade que foi capital do Algarve*” (Gomes, 2008, p.479). As diversas campanhas de escavações permitem afirmar que os elementos arquitectónicos presentes neste edifício “*indicam tratar-se de uma construção fundada nos séculos VI-VII*” (Gomes, 2011, p.9).

A recriação histórica temática reflecte-se na arqueologia, em diversos planos: visitas com intérpretes caracterizados, representação de acontecimentos concretos (Pérez-Juez Gil, 2006) o que é manifestamente o caso na Feira Medieval de Silves (figuras 17 e 18). A título de exemplo, o programa do ano de 2022 juntava cortejos, boas vindas pelo Vizir da Madinat Xilb, jogos de guerra entre cristãos e muçulmanos, dança, música, teatro e animação de rua, além de ambientes cénicos e de recriação.<sup>37</sup>



Figura 17 – Animação de rua na Feira Medieval de Silves.  
Fonte: cm-silves.pt



Figura 18 – Animação de rua na Feira Medieval de Silves.  
Fonte: Jornal do Algarve

<sup>37</sup> [https://feiramedievaldesilves.pt/upload\\_files/1/2/Downloads/Programa%20FMS%202022\\_PT.pdf](https://feiramedievaldesilves.pt/upload_files/1/2/Downloads/Programa%20FMS%202022_PT.pdf)

## Recriação da Batalha do Vimeiro

Anualmente, a história da guerra peninsular e, em particular da batalha do Vimeiro (1808), conta-se, de forma recriada, através dos esforços conjuntos do município da Lourinhã, em parceria com a Junta de Freguesia do Vimeiro, com a Associação para a Memória da Batalha do Vimeiro (AMBV) e com a Associação Napoleónica Portuguesa (ANP).

No programa<sup>38</sup> incluem-se as recriações do acampamento militar – explicação e demonstração do sistema de carregamento de fogo com fecho de pederneira utilizada pela infantaria no século XIX e demonstração de técnicas de esgrima da época - simulações de táticas de combate napoleónicas, um baile oitocentista e diversas atuações teatrais (figuras 19 e 20).

Para além deste evento, o Centro de Interpretação da Batalha do Vimeiro, oferece, todo o ano, visitas e atividades para o público geral e escolar dentro do espaço musealizado e, ainda um percurso pedestre (PR3) que, com 18km, percorre os principais locais associados à batalha.<sup>39</sup>



Figura 19 – Recriação de parada militar.  
Fonte: batalhadovimeiro1808.pt



Figura 20 – Recriação de momentos da Batalha do Vimeiro.  
Fonte: batalhadovimeiro1808.pt

<sup>38</sup> <https://batalhadovimeiro1808.pt/programa/>

<sup>39</sup> <https://www.batalhadovimeiro.pt/216/pr3-%E2%80%93-pelos-caminhos-da-batalha-do-vimeiro>

#### 5.4. A valorização de contextos arqueológicos em Vila Pouca de Aguiar

O património histórico e arqueológico do concelho de Vila Pouca de Aguiar permite, em quantidade e diversidade de períodos cronológicos (*cf.* parte IV – Inventário) desenvolver estratégias semelhantes às mencionadas no ponto anterior (5.3).

Estes exemplos, que pretendem ser paradigmáticos, podem servir para refletir e aplicar diversas medidas de valorização do património.

## 6. Objetivos

O projeto “Valorização do Património Arqueológico e Histórico do Município de Vila Pouca de Aguiar” parte de três grandes objetivos gerais: contribuir para a valorização de sítios arqueológicos e bens patrimoniais deste concelho em articulação com a câmara municipal e as juntas de freguesia; auxiliar os visitantes a conhecer os principais pontos de interesse arqueológico-patrimonial; adjuvar os profissionais da área do património e os órgãos decisores do município a implementar estratégias e ferramentas qualitativas e quantitativas de acesso ao património arqueológico existente.

Estas três grandes metas concretizam-se nos objetivos específicos que se alinham do seguinte modo:

- Inventariar o património arqueológico e histórico do concelho de Vila Pouca de Aguiar;
- Conhecer o estado dos principais sítios arqueológicos e elementos patrimoniais do concelho, com base na sua importância histórica e relevância científica, estado de conservação e interesse público, através de uma análise SWOT (Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças);
- Compreender os principais mecanismos a utilizar na estratégia de valorização deste património;
- Conceber programas e planos de ação que fomentem a visibilidade ou visita aos elementos patrimoniais selecionados - rotas, *workshops*, programas culturais, aplicações móveis, entre outras.

Pretende-se ainda que, a melhoria e diversificação da oferta cultural, ancorada no património arqueológico e histórico, contribua positivamente para as políticas de desenvolvimento local e regional e para a educação patrimonial da população em geral.

## PARTE II. METODOLOGIA

A segunda parte do trabalho descreve a metodologia aplicada, e as três fases de concretização da mesma. Este divide-se em três momentos: num primeiro momento - o trabalho inicial de gabinete, num segundo - o trabalho de campo e por fim, num terceiro - o trabalho avançado de gabinete.

## 1. Trabalho inicial de gabinete

O trabalho inicial de gabinete, que correspondeu à primeira fase da investigação, decorreu entre dezembro de 2021 e fevereiro 2022, e compreendeu a recolha e organização sistemática e aprofundada de bibliografia pertinente para o tema deste projeto.

Deste modo, enquadram-se neste processo:

- 1- Definição dos conceitos de património cultural e de património arqueológico e enquadramento legal;
- 2- Importância do turismo, do turismo cultural e das rotas turísticas e dados estatísticos;
- 3- Conhecimento dos aspetos físicos e ambientais do concelho de Vila Pouca de Aguiar;
- 4- Descrição e caracterização dos sítios arqueológicos, bem como do espólio arqueológico a estes associado.

Este trabalho foi realizado com base na pesquisa de livros, revistas, artigos, atas de congresso ou outras reuniões científicas, relatórios de trabalhos arqueológicos, notícias de jornais e consulta de cartografia topográfica e geológica.

Inclui-se ainda nesta fase a formulação das fichas de inventário dos elementos patrimoniais com os respetivos descritores para posteriores visitas de campo, que estarão apresentados adiante, na Parte IV.

## 2. Trabalho de campo

A segunda fase da investigação correspondeu às visitas aos sítios arqueológicos e decorreu, de forma espaçada, entre os meses de março e julho de 2022, aproveitando-se os dias de boa visibilidade e luminosidade.

Os sítios foram avaliados para atualização do registo cartográfico, gráfico-fotográfico e descritivo e ainda revistas a qualidade dos acessos municipais.

Excetuando quando indicado, as fotografias foram tiradas pelo autor. Desejava-se obter um registo tão atual quanto possível dos sítios visitados, evidenciar determinados pormenores ou elementos arqueológicos ou arquitetónicos e o contexto ambiental.

### 3. Trabalho avançado de gabinete

O trabalho avançado de gabinete envolveu o tratamento de dados das primeiras duas fases – trabalho inicial de gabinete e trabalho de campo – em particular com os novos resultados das visitas e avaliações *in loco* dos sítios arqueológicos com a finalidade de elaborar uma análise SWOT que nos permitiu aferir as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças de cada um destes.

Com base nesta informação procedeu-se à elaboração de propostas que alargassem a acessibilidade de informação e visibilidade dos sítios arqueológicos com vista à sua valorização patrimonial futura. Em suma, alcançou-se o objetivo central do trabalho - a valorização do património arqueológico e histórico do concelho.

### PARTE III. O CONCELHO DE VILA POUCA DE AGUIAR

Expõe-se, nesta terceira parte, a caracterização física e ambiental do concelho de Vila Pouca de Aguiar.

## 1. Caracterização física e ambiental

O concelho de Vila Pouca de Aguiar, inserido na sub-região do Alto Tâmega<sup>40</sup> norte de Portugal pertence, administrativamente, ao distrito de Vila Real (figura 21) e é composto por catorze freguesias<sup>41</sup>: Alvão, Alfarela de Jales, Bragado, Bornes de Aguiar, Capeludos, Pensalvos e Parada de Monteiros, Sabroso de Aguiar, Soutelo de Aguiar, Telões, Tresminas, Valoura, Vila Pouca de Aguiar, Vreia de Bornes e Vreia de Jales (iGEO, 2013).

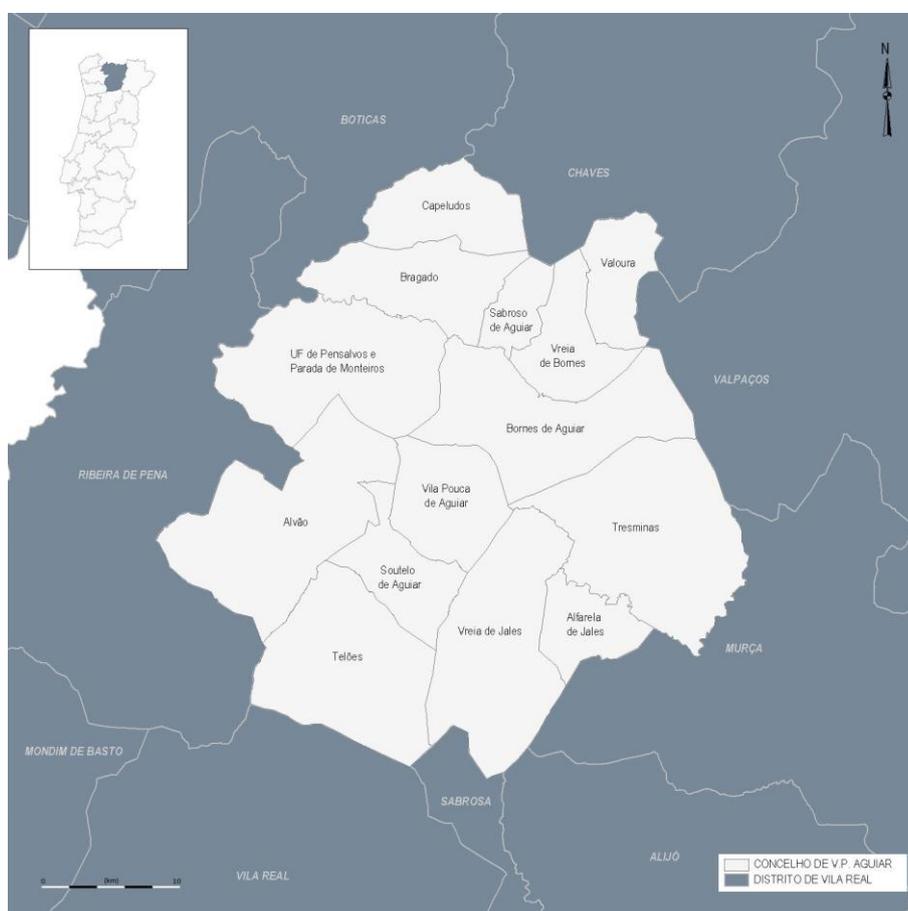


Figura 21 - Contexto geográfico e limites administrativos do município de Vila Pouca de Aguiar no contexto do distrito de Vila Real.  
FONTE: Gabinete Técnico Florestal / Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

<sup>40</sup> O NUTS III Alto Tâmega engloba todos os territórios dos concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. O acrónimo NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos – é o atual sistema hierárquico de divisão do território em regiões que se subdivide em 3 níveis (NUTS I, NUTS II e NUTS III) de acordo com critérios populacionais, administrativos e geográficos.

<sup>41</sup> De acordo com a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro. Anexo I. Diário da República - I Série, n.º 19. AR, Lisboa.

Localiza-se na zona central do distrito estabelecendo fronteira a norte com o município de Chaves, a este com os municípios de Valpaços e Murça, a sul com os municípios de Vila Real e Sabrosa, e a oeste com o de Ribeira de Pena. Contacta ainda a sudeste com Alijó e a noroeste com Boticas.

Possuindo uma área total de 437,07 km<sup>2</sup> onde se contam 11.813 habitantes, integra quatro sub-bacias hidrográficas: Tâmega, Corgo, Pinhão e Tua, todas pertencentes à bacia hidrográfica do Douro (figura 22).

A sub-bacia do Tâmega expressa o limite NO do concelho de Vila Pouca de Aguiar e, no seu sinuoso percurso, desenvolvem-se os seus principais afluentes, o rio Avelames e o rio Torno, este último também, por vezes, designado de Louredo após nascer na Serra do Alvão.

A sub-bacia do Corgo inclui o Rio Corgo, com nascente na Serra da Padrela, em Vila Pouca de Aguiar, e foz em Peso da Régua.

A sub-bacia do Pinhão inclui o rio Pinhão que ajuda a estabelecer a fronteira física SE do concelho, após nascer perto do lugar de Raíz do Monte, na freguesia de Vreia de Jales. Ao rio Pinhão afluem, por exemplo, a ribeira de Rebolais, a ribeira de Carva ou a ribeira de Jorjais, mas somente a primeira se encontra em território aguiarense.

Por último, a sub-bacia do Rio Tua, onde afluem o rio Tinhela e o rio Curros, que se posicionam na vertente E do concelho: o primeiro a poente da aldeia de Tresminas e o segundo a nascente.

Geologicamente este território pertence ao maciço Hespérico, uma das unidades estruturais da Península Ibérica e, segundo a Carta Geológica de Portugal, nº 6-D de Vila Pouca de Aguiar, na escala 1:50.000, aqui predominam os “*metassedimentos* [correspondentes] *ao parautóctone do subdomínio Peritransmontano*” (Sant’Ovaia *et al.* 2011, p.8). Estes são de natureza “*xistenta, quartzítica [e] grauváquica*” (Sousa, 2012, p.18) e, consequentes da orogénia hercínica, os granitóides sinoregénicos hercínicos, os de duas micas e os biotíticos com plagioclase cálcica.

Assim, a paisagem aguiarense é fortemente condicionada pelo relevo que, nesta região em particular, muito deve do ponto de vista morfológico à falha Penacova – Régua – Verín (Martins *et al.*, 2014), depressão originada por fratura tectónica, que se estende por cerca de 500 km (Gomes e Sá, 1999) com orientação NNE-SSO (Martins *et al.*, 2007).

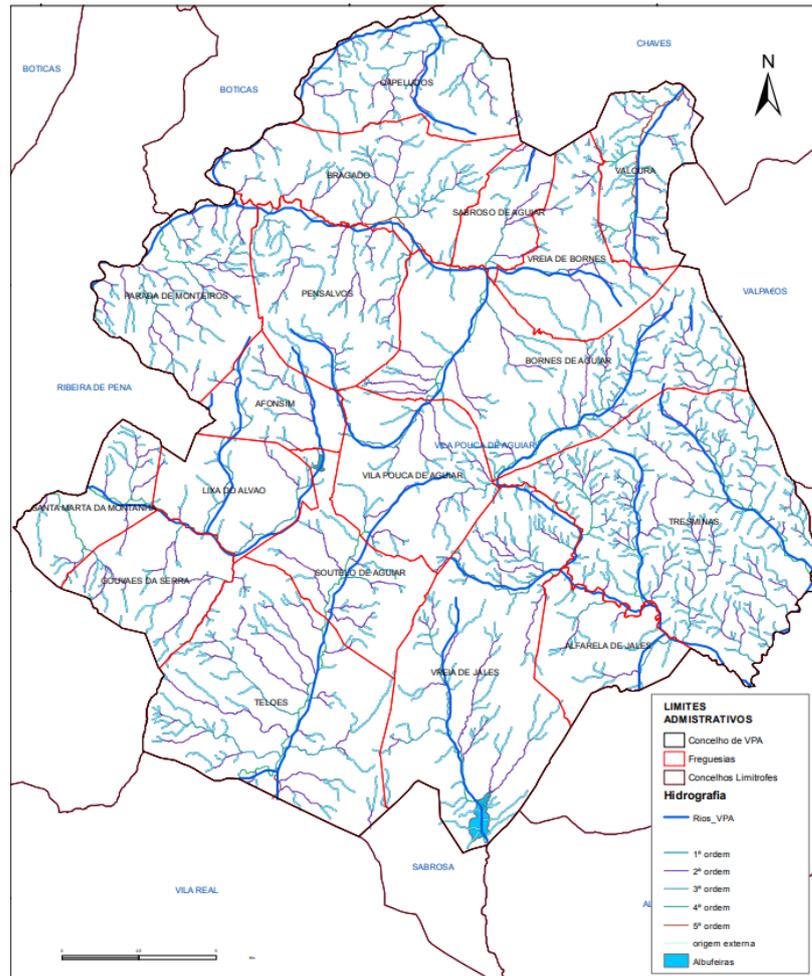


Figura 22 - Carta Hidrográfica de Vila Pouca de Aguiar.  
 FONTE: Gabinete Técnico Florestal / CMVPA

Resultante destas compressões erguem-se, entre o vale de Aguiar, a O a serra do Alvão, com as rochas graníticas e a E as serras da Falperra e da Padrela, esta última apresentando uma área de rocha metamórfica, como o xisto (Gomes e Ramos, 2018). Predominam os declives suaves / moderados, entre 0% a 20% e distribuição hipsométrica (figura 23) entre os 215m e os 1638m (CMVPA, 2015-2019).

As zonas de maior altitude na Serra do Alvão variam entre os 950m e os 1200m, correspondendo o cume, com 1203m a uma «*auréola metamórfica de contacto*» (Martins *et al.*, 2014, pp. 73) que se designa por Monte Minhéu. É aí que se situam alguns aerogeradores integrantes do Parque Eólico de Trandeiras. No lado oriental, as referidas Serras da Falperra e da Padrela, têm os seus pontos culminantes a 1132m e 1148m, respetivamente (PROTMAD 2006) (Fig.23). Para além da fértil veiga que esta, ainda ativa falha gerou no enclave destas serras, a ela se devem as diferentes nascentes de águas termais gasocarbónicas (Martins, 2007), como as de

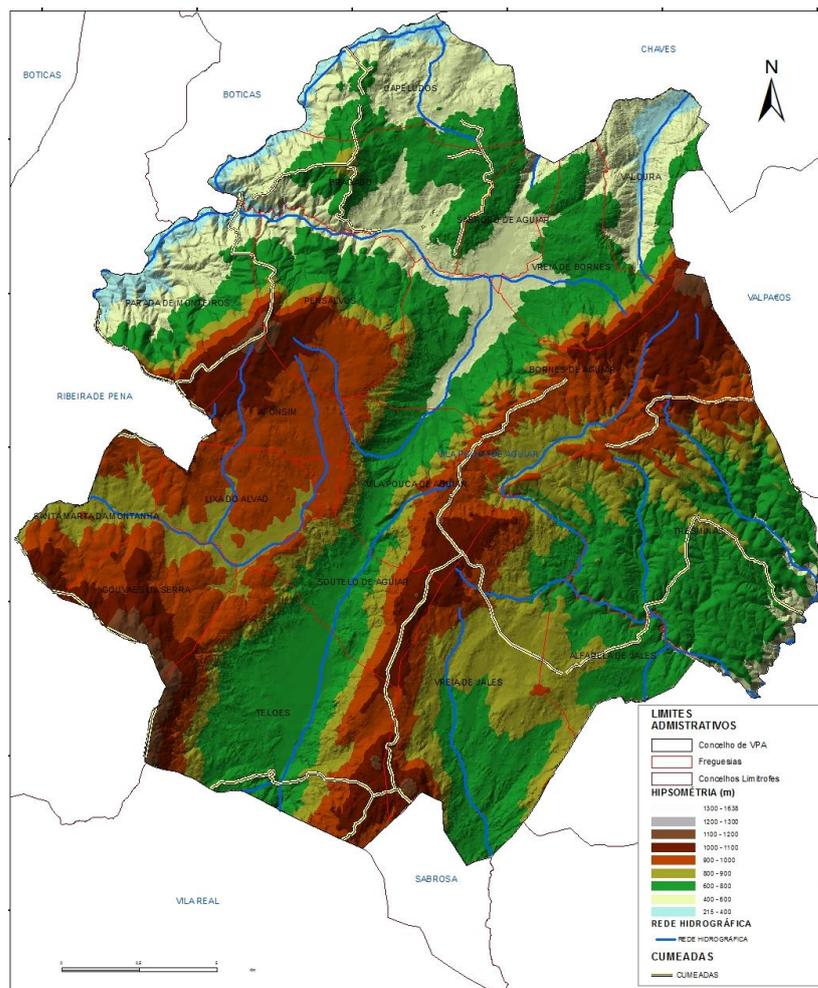


Figura 23 - Carta de Hipsometria de Vila Pouca de Aguiar.  
 FONTE: Gabinete Técnico Florestal / CMVPA

Pedras Salgadas, na freguesia de Bornes de Aguiar, as formações das mineralizações auríferas de Tresminas e outros jazigos minerais de prata e chumbo em Jales e Gralheira (Gomes e Ramos, 2018).

Verifica-se, assim, que os recursos geológicos da região se dividem em três grandes grupos: os recursos metálicos, as rochas ornamentais e industriais e os recursos geotérmicos e hidrominerais (Sant'Ovaia *et al.* 2011).

Por se encontrar numa zona de confluência de duas regiões biogeográficas – Atlântica e Mediterrânica – é palco de habitat diversificados, albergando espécies típicas de ambas as regiões. Os carvalhos (alvarinho e negral *e.g.*), o vidoeiro, tojos e urzes, tipicamente atlânticos, contactam

com o loureiro, a gilbardeira, o sobreiro ou a azinheira, mais condicentes com a região mediterrânica.

Observa-se muita vegetação ripícola associada aos ecossistemas ribeirinhos, que são explorados por diferentes espécies terrestres, aquáticas e anfíbias.

O território é corredor de diferentes populações de avifauna – águia, chapim, coruja, corvo, perdiz - mamofauna – corço, esquilo, javali, lebre – herpetofauna – salamandra lusitânica, rã ibérica, lagartixa, e algumas espécies em regimes especiais de proteção como o lobo ibérico, a lontra, o ouriço-cacheiro, e morcegos.

Esta elevada diversidade biológica a par com as suas características geomorfológicas e climáticas, que favorecem a estadia de espécies de fauna de elevado interesse natural, permite que a zona sudoeste do concelho se encontre, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97 de 28 de Agosto, inserida e protegida na Rede Natura 2000, através do sítio Alvão / Marão PTCON0003<sup>42</sup>.

A média da temperatura média (MTT) na região é de 13,5° C e a média da quantidade de precipitação total é de 1017,9 mm (IPMA 1981-2010)<sup>43</sup>.

A mobilidade da comunidade local e, dos turistas que visitam a região é dependente das diferentes redes viárias. O concelho de Vila Pouca de Aguiar é atravessado por duas autoestradas (A24 e A7), duas estradas nacionais (EN2 e EN212), uma estrada regional (EN206), nove estradas municipais e trinta e cinco caminhos municipais, disponibilizando aproximadamente 300 km de rede viária intramunicipal.

---

<sup>42</sup> O documento completo do plano sectorial para os NUT PT115 Tâmega, PT117 Douro e PT118 Alto Trás-os-Montes, onde o concelho de Vila Pouca de Aguiar se insere, pode ser consultado na íntegra em [www.icnf.pt/api/file/doc/de1d347d79c4973f](http://www.icnf.pt/api/file/doc/de1d347d79c4973f)

<sup>43</sup> Normal calculada com dados das estações 567 e 566. A estação com o número 566 iniciou a 01/01/1927 e cessou o seu funcionamento a 31/01/1992. A estação 567 localiza-se nas coordenadas 41°16'N; 7°43' W a 561m de altitude.

## 2. Contexto histórico e arqueológico - síntese

O reconhecimento da importância e expressão do património histórico e arqueológico do atual território do concelho de Vila Pouca de Aguiar não é recente.

As primeiras referências e fontes escritas com o intuito de apontar ou descrever um sítio pela sua relevância patrimonial são encontradas no século XVIII. Entre 1732 e 1747 Jerónimo Contador de Argote, incumbido de produzir as “Memorias para a historia ecclesiastica do Arcebispado de Braga”, descreve com bastante detalhe alguns dos achados que lhe são dados a conhecer no território aguiarense. Para além de António de Sousa Pinto<sup>44</sup>, membro da Academia Real<sup>45</sup>, considera-se ser Tomé de Távora e Abreu, flaviense que escreveu “Notícias Geográficas e Históricas da Província de Trás-os-Montes”, o informante de Contador de Argote (Lopes e Carneiro 2015, p.149) para os assuntos do foro histórico e arqueológico, pelo que é possível que se possam ter manifestado fontes escritas destes assuntos por outros autores e noutros meios que não sobreviveram ou são desconhecidos. Referindo-se à área de exploração mineira romana de Tresminas, escreve: «*He obra tão grandiosa, que se está conhecendo ser grande o poder que para ella concorreo*» (Argote, 1734, p.474). Acrescenta ainda que: «*Nem obras tão custosas se havião de obrar senão com grande interesse, qual era o do ouro que os Romanos tiravão das minas de Hespanha*». (Argote, 1734, p.477). Neste mesmo documento dá a conhecer os sítios que hoje são conhecidos como Fraga do Quelho, o Castro de Cidadelha, Gralheira e dá conta de algumas estelas funerárias, como a Estela funerária de *C. Couneancus Fusci f.* e de *L. Ascius* (Redentor 2010, p.147), a estela funerária de Cornelius Reburus (Redentor 2010, p.153), bem como a ara votiva dedicada a Júpiter pelos militares da *legio VII Gemina Felix* (Redentor, 2010, p.155).

Ainda nesta centúria, com publicação entre 1747 e 1751 encontramos no *Diccionario Geographico [...] dos reynos de Portugal, e Algarve*, do padre Luís Cardoso, uma breve referência a Cidadelhe, descrito como:

“*Lugar na província de Traz os Montes, Arcebispado de Braga, Comarca Secular de Guimaraens, Ecclesiastica de Villa Real, Termo e Freguesia do Salvador de Villa-Pouca de Aguiar: tem huma Ermida de S. Sebastião, frequentada de romagem no seu dia*” (Cardoso, 1747, p.645). Os dois

---

<sup>44</sup> “*António de Sousa Pinto, na Relação da Villa de Alfarela, feita por ordem do Excellentissimo Senhor Marquez de Alegrete, e a elle remettida*” (Argote 1734 p. 468)

<sup>45</sup> Referimo-nos à Academia Real da História Portuguesa, criada por D. João V em 1720, da qual Jerónimo Contador de Argote era um importante membro.

tomos davam conta, não raras vezes, dos monumentos, ou edificado vetusto de lugares, aldeias ou cidades portuguesas, com particular preferência pelas construções de índole religiosa.

Contudo, é com os estudos dos padres José Rafael Rodrigues e José Brenha, no final de oitocentos (Rodrigues, 1895a, 1895b; Brenha, 1903), que se materializam as primeiras publicações com um carácter já científico. Nestas caracterizam a importância do povoamento neolítico e das necrópoles megalíticas na região, sugerindo perto de duas centenas de dólmenes ou antas neste território, dizendo a propósito que há “*alguns já devassados, outros sem esteios, outros intactos e outros explorados*” (Rodrigues, 1895b, p.347).

Ainda que este número possa ter sido exacerbado, a abundância das construções megalíticas seria, efetivamente, vasta, permitindo ao arqueólogo Ricardo Severo (Severo 1903a) afirmar que «*pelos altos plainos de Traz-os-Montes as varias e múltiplas reuniões de funerários megalithos sucedem-se e ligam-se em extensa área*» (Severo, 1903b, p. 688) onde «*são de ver essas numerosas arcas e madorras cobrindo as portelas e chãs mais elevadas (...)*» (Severo, 1903b, p.688). Ideia esta reiterada pelo abade de Miragaia<sup>46</sup>, Pedro Augusto Ferreira, que a qualificava de “*pátria dos dólmenes*” (Brenha, 1903, p.692)<sup>47</sup> e por Henrique Botelho que confirmava o “*grande o número de antas neste concelho*” (Botelho 1896, p.81) e cujo contributo permitiu alargar o conhecimento sobre os monumentos megalíticos no território, em particular com a caracterização das mamoas do Alto da Presa, na freguesia de Vreia de Jales (Botelho, 1896).

Nestas publicações registam igualmente o espólio recolhido, estando atualmente disperso nas áreas expositivas ou reservas do Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar, Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (figuras 24 e 25), Museu Nacional de Arqueologia, Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto e na posse de privados.

Posteriormente, em 1985, os trabalhos de investigação de Domingos Cruz na serra do Alvão procuram identificar a necrópole megalítica desta área e localizar os 56 monumentos avançados por Rodrigues e Brenha onde, quase um século depois, este autor identifica ainda 18 mamoas (Cruz 1985).

---

<sup>46</sup> Extinta freguesia do Porto, integrada pela Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

<sup>47</sup> A mesma afirmação pode ser encontrada nas palavras do próprio abade Pedro Ferreira, em carta enviada por este a 6 de Maio de 1895 a Martins Sarmento: “*Fallando da onomástica das antas [...] hoje sei que o povo em Traz os Montes (Villa Pouca d’Aguiar, a suposta pátria dos dolmens) – também as denomina fornos!*” (Correspondência entre Martins Sarmento e o Abade de Miragaia Pedro Augusto Ferreira 1953 p. 258)



Figura 24 – Machado de forma ovoide – MANVR – Ref: 001.0004.

Fonte: Museu de Vila Real



Figura 25 - Machado votivo – MANVR – Ref: 001.0021.

Fonte: Museu de Vila Real

Deste vasto património sobrevivem ainda alguns núcleos como os de Trandeiros e de Chã de Arcas<sup>48</sup> (figuras 26 e 27), na freguesia do Alvão, este último submerso pela barragem do Alto Tâmega, os de Alto da Presa, na freguesia de Vreia de Jales e o de Penedos Alvos, na freguesia de Bornes de Aguiar (Batata, 2008).

Espraíam-se, igualmente pelo território aguiarense, monumentos isolados, com limitado estado de conservação. Na freguesia do Alvão, a Mamoa do Alto do Cotorino, classificado como Imóvel de Interesse Público, desde 1990, é um dos melhores monumentos megalíticos musealizados do concelho.



Figura 26 – Escavação do núcleo de Chã de Arcas.

Fonte: arqueohoje.pt



Figura 27 - Escavação do núcleo de Chã de Arcas.

Fonte: arqueohoje.pt

---

<sup>48</sup> Os monumentos de Chã de Arcas eram já no século XIX um dos núcleos que mais entusiasmava os investigadores. José Leite de Vasconcelos a eles se reporta diversas vezes chegando a partilhar fotografias na revista *O Archeologo Português* (Vasconcelos 1896).

A ocupação humana neste território é “contínua” após o neolítico, confirmando-se pelos diversos povoados que se vão formando desde o Calcolítico (Jorge, 1986) até à Idade do Ferro (Silva, 1986). Identificam-se diferentes tipos de assentamento, com recurso a diferentes tipos de materiais de construção, verificando-se, igualmente, diferenças no uso de fossos e de linhas de muralha, já na Idade do Ferro. Do Calcolítico e do Bronze Final assinala-se o Castelo de Aguiar (Jorge, 1986; Barroca, 1986b). Deste último período será, também, o início da exploração mineira de Jales atestada pela descoberta de um depósito de machado de talão de dupla argola e cone de fundição<sup>49</sup> (Domergue, 1987: 535) (figuras 28 e 29) e pela estátua-menir do Marco (Lopes *et al.*, 1994). Poder-se-á juntar a bracelete de ouro de Telões<sup>50</sup>, encontrada em 1905 entre os lugares de Vila Chã e Soutelinho, na freguesia de Telões, achado isolado, eventualmente enquadrável no Bronze Final (Severo, 1908a; Severo, 1908b, Guerra e Tissot, 2022). Contudo, a peça parece, com maior consenso, pertencer aos inícios da Idade do Ferro (Silva, 1986; Alarcão 1992).



Figura 28 – Machado de bronze, de talão de dupla argola.  
Foto de autor, do espólio do Museu Padre José Rafael Rodrigues



Figura 29 – Machado de bronze, desenho.  
Fonte: Cardoso 1954, p.119

Apesar de alguns dos povoados fortificados da Idade do Ferro parecerem assemelhar-se a outros lugares do noroeste português da Idade do Bronze Final desenvolvidos “*em esporões de média altitude, na bordadura de vales agrícolas [...], com excelentes condições de visibilidade*

<sup>49</sup> O machado, depositado junto de acidente morfológico tal como um exemplar de talão de Corvite (Guimarães) e um machado unifacial no sítio dos Penedos Alvos numa estrada entre Ourém e Alvaiázere (Bottaini 2012), encontra-se na exposição permanente do Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

<sup>50</sup> A este achado foi atribuído o CNS 5068 e a designação de Veiga da Ousadinha. José Brenha descreve-a como “*uma pequena pulseira de forma elipsoidal um pouco achatada na direcção do seu menor diâmetro e aberta n’este sentido em um dos lados, ficando as extremidades dos braços separadas uma da outra cerca de 15mm. A sua secção é octogonal e bastante regular, engrossando para o centro e adelgacando para as extremidades que estão ligeiramente rebatidas, ficando o topo lizo; todas as superfícies são de resto bem polidas*” (Severo 1908a p.110).

sobre o território e [alguns] bem *perceptíveis de longe*<sup>51</sup> (Bettencourt, 2013, p.74), não existem ainda grandes provas do povoamento deste período.

Na Idade do Ferro, destacam-se os povoados fortificados como o Castro de S. Martinho em Bornes de Aguiar, ou o Castelo da Ferramenta, em Soutelinho do Monte, e ainda, o Castro de Cidadelha de Jales, o Castro de Cidadelha de Aguiar ou o Povoado de Três Castelos (Pereira, 2001). Outros achados de possível origem proto-histórica são uma grande fivela circular de bronze (Ferreira e Teixeira, 1955) e parte de uma pequena *sítula* de bronze provenientes de Campo de Jales, freguesia de Alfarela de Jales (Cardoso, 1954), que embora estivessem depositados nos escritórios da empresa que detinha a exploração das minas de Jales nos anos 50, atualmente desconhece-se o seu paradeiro.

Diz Alarcão (1998, p. 55) sobre o assunto: *à área de Vila Pouca de Aguiar poderá ter correspondido outro populus, ao qual pertencerá a estátua de Capeludos*”, encontrada no povoado fortificado da Idade do Ferro, denominado de Monte do Castelo<sup>52</sup>.

A arte rupestre, produto da interação dos grupos humanos com o espaço físico (Vilaça e Baptista 2020) está também presente no atual território aguiarense, sendo exemplos as estações de Penedo Branco<sup>53</sup>, Fragas da Pomba, Cama do Mouro, Marco de Xodreiros, Chã da Fraga das Gralhas, Cruz do Coro e Fraga do Quelho, estes dois últimos sítios analisados no nosso trabalho.

A época romana está sobejamente identificada e caracterizada no território, associada em particular à atividade mineira e respetiva exploração aurífera nas regiões de Jales e Tresminas (Wahl, 2014), e cuja memória se ilustra e materializa no Centro Interpretativo Mineiro de Jales e no Complexo Mineiro Romano de Tresminas, respetivamente.

Se a Lusitânia era “*exportadora de ouro, prata, cobre, chumbo, estanho, obsidiana e calcedónia*” (Duarte 1995), o *territorium metallorum* de Tresminas, no que às jazidas auríferas diz respeito, era dos mais importantes da região (Alarcão, 1988), não só pela quantidade de ouro extraído, cerca de 20 toneladas ao longo dos dois séculos de exploração (Wahl, 1998) mas também, pelos recursos humanos e materiais envolvidos no empreendimento. Na verdade,

---

<sup>51</sup> É o caso do Castelo de Pensalvos, na freguesia de Pensalvos e Parada de Monteiros - CNS 17826.

<sup>52</sup> Este povoado e a respetiva estátua do guerreiro são analisados em maior detalhe no inventário (cf. parte IV Inventário, ponto 9)

<sup>53</sup> As devidas reservas quanto a este sítio que é descrito como “*dois conjuntos de duas covinhas ligadas entre si, duas a duas por pequenos sulcos*” (Batata 2008) e com cronologia proposta para o neo-calcolítico, pois sendo inédito, não dispõe de mais bibliografia ou estudos que suportem esta atribuição.

“tais desmontes só podem ter sido feitos por grandes grupos de operários, cuja contratação e vigilância ultrapassava a capacidade administrativa e financeira de um particular ou de uma pequena sociedade empresarial, [assim] os desmontes de Três Minas parecem ter exigido [nesse período temporal] uma média de 2000 operários” (Alarcão, 1998, p.125). Moinhos de pilões (Wahl, 1998), mós de trituração (Batata, 2013), lucernas (Redentor, 2010), fragmentos cerâmicos (Brandão e Silva 2006), pico-enxada, martelos-picão, pás de madeira e madeira de entivação (Batata, 2008), são alguns dos materiais associados à força de trabalho nas cortas e galerias, aos quais se associa outro espólio de uso quotidiano como tiras de couro<sup>54</sup>, fusilhão de fibula, aro de fibula, anel em cobre, moedas romanas, que os diferentes investigadores foram recolhendo.

Paralelamente, a epigrafia atesta a presença militar na área, pelo menos de duas legiões, a *Legio VII Gemina*<sup>55</sup> e a *Cohors I Gallica Equitata*<sup>56</sup> (Redentor, 2010) e, concomitantemente, o restante legado numismático, cerâmico e de edificado arquitetónico, vias romanas<sup>57</sup> (figura 30), incluindo pontes, reforçam e valorizam o património referente à época romana (Batata, 2008).



Figura 30 – A rede viária hispânica indicada pelo *Itinerário de Antonino*.  
Fonte: Mantas 2015, p.501.

<sup>54</sup> Depositado no museu geológico do INETI, os seguintes na reserva do Museu Nacional de Arqueologia.

<sup>55</sup> Ara dedicada a Júpiter por Q. Annius Modestus, soldado da legio VII Gemina Pia Felix, no ano de 130, de acordo com datação consular, lendo-se I(oui) O(ptimo) M(aximo) / uot(um) sol(uerunt) / mil(it)es leg(ionis) / VII G(eminae)F(elicis) Ca/tullino et Apr / [o] co(n)s(ulibus) (Redentor 2010)

<sup>56</sup> Ara votiva dedicada a Júpiter pelos soldados da *Cohors I Gallica equitata ciuium Romanorum*, lendo-se I(oui) O(ptimo) M(aximo) / mil(it)es c(o)h(ortis) / I Galli/cae eq(uitatae) c(iuium) R(omanorum) u(otum) s(oluerunt) / I(ibentes) m(erito) (Redentor 2010)

<sup>57</sup> A via XVII e as suas ramificações, que ligavam *Bracara a Asturica Augusta*, e que passavam pelo territorium metallorum Jales / Tresminas, são um dos melhores testemunhos da geoestratégia assumida para ligar as importantes zonas mineiras e região envolvente.

Da romanização até à baixa Idade Média, existem, também, diferentes elementos patrimoniais, como diversos núcleos de sepulturas escavadas na rocha, em que se destacam os da Lixa do Alvão, de Carrazedo do Alvão (Botelho 1897; Barroca 1983) e da Bouça dos Pardieiros (Barroca 1986; Cruz 1985; Pereira 2001) sistemas fortificados, edificado religioso, pontes, marcos, entre outros achados isolados (Barroca 1986a , 1986b ; Batata, 2008; Sousa 2012) que garantem uma diversidade e heterogeneidade patrimonial que interessa ser valorizada nas vertentes turística e didática.

A construção dos limites da terra de Aguiar de Pena, dos quais o Castelo de Aguiar de Pena é cabeça e representante do poder que nesse espaço os seus senhores aí exerciam, é iniciado pelo século X – XI, atingindo a sua configuração no século XIII, favorecida muito em parte pelos aforamento coletivos e cartas de foro concedidas por diversos monarcas como D. Sancho I<sup>58</sup>, D. Afonso II<sup>59</sup>, D. Afonso III<sup>60</sup> e D. Dinis.

Assim, este vasto e diversificado património arqueológico pode e deve ser valorizado e divulgado de modo turístico-didático.

---

<sup>58</sup> Carta de foro de Santa Marta e Vidoedo, em 1202; Carta de foro de Fonte de Muliere, em 1206; Carta de foro de Telões, em 1207.

<sup>59</sup> Inquirições de 1220.

<sup>60</sup> Inquirições de 1258.

#### PARTE IV. INVENTÁRIO - ELEMENTOS PATRIMONIAIS

## Introdução

Os elementos patrimoniais selecionados para este trabalho encontram-se, nesta quarta parte, inventariados e detalhadamente descritos. O inventário desenrola-se por ordem alfabética das respetivas freguesias onde se inserem os elementos patrimoniais identificados.

A cada sítio é atribuído o seu microtopónimo e o número de Código Nacional de Sítio (CNS), quando existente. Posteriormente é referida a sua divisão administrativa ordenada por lugar, freguesia, concelho e distrito, e respetivas coordenadas decimais, expressas no sistema WGS84. É caracterizado o *tipo de sítio* e o seu enquadramento cronológico-cultural e feita a *descrição física e ambiental* do seu local de implantação.

Indicam-se os acessos possíveis ao sítio, o seu estado de conservação e ameaças e auxilia-se visualmente a sua compreensão com registos cartográficos (Carta Militar 1/25 000), fotográficos e, quando necessário, gráficos.

Acrescenta-se o historial e quais as fontes bibliográficas mais relevantes para o conhecimento científico do sítio.

Finaliza-se com uma análise SWOT específica do sítio ou monumento.

## 1. FICHAS DE INVENTÁRIO

## 1. Cidadelha de Jales / Castelo dos Mouros (CNS 15567)

Divisão administrativa

Lugar: Cidadelha de Jales

Freguesia: Alfarela de Jales

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.46710, W -7.5576 | Alt. 730m

Tipologia: Povoado fortificado

Período cronológico: Idade do Ferro

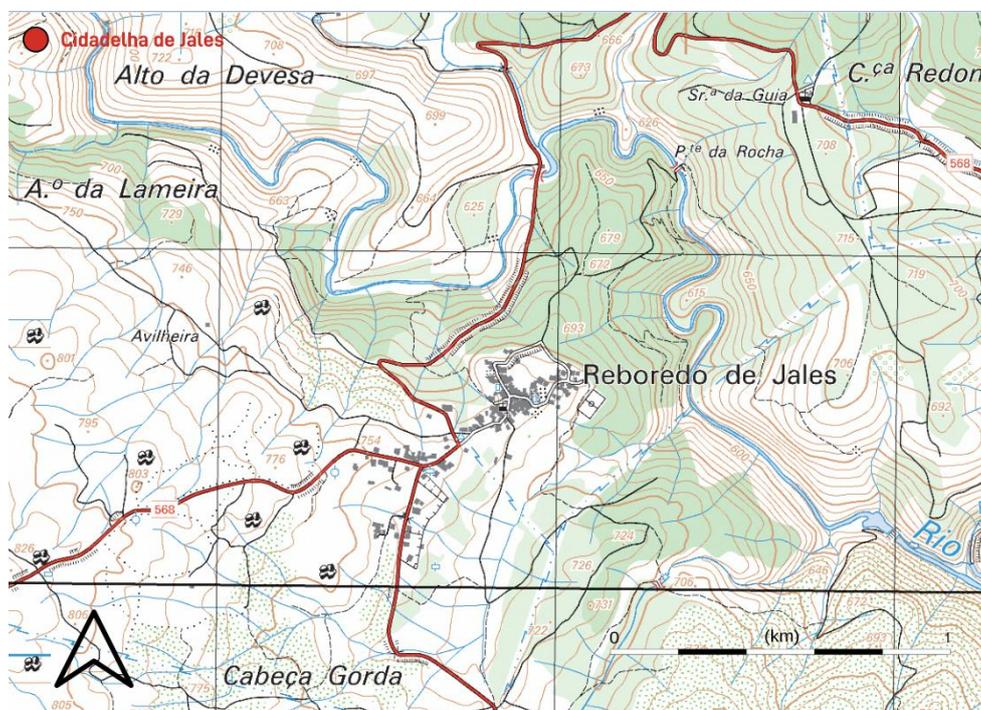


Figura 31 - Localização do povoado fortificado de Cidadelha de Jales no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 89 (IGEo, Ed. 3, 2013).

Historial:

É com Contador de Argote, em meados do século XVIII, que recolhemos as primeiras fontes escritas sobre este sítio. Refere, nas suas *Memorias Para a Historia Ecclesiastica Do Arcebispado de Braga* que, “*por baixo do lugar de Cidadelhe, termo, e Freguesia da mesma Villa de Alfarella (...) estão as ruinas de hum bom, largo, e forte Castello de grande circuito, com muito delle levantado de boa, e bem lavrada pedraria, de altura de quinze palmos, razo por dentro, com*

*vestígios de porta de arco para a parte do mesmo rio, que muitas pessoas dizem lhe virão ainda levantada”* (Argote, 1734, p. 471).

Na enciclopédica obra Portugal Antigo e Moderno (Leal, 1875, p. 604), Pinho Leal abre espaço para descrever o sítio:

*“[...] por cima do rio Tinhélla, que lhe passa a uns 300 ou 400 metros ao N., no alto de um monte, sobranceiro ao mesmo rio, estão as ruínas de um vasto e forte Castello, construído de bôa e bem lavrada cantaria, tendo ainda, em partes, mais de trez metros de altura, com vestígios de portas de arco, para o lado do rio, e para o sul”.*

Observa, acertadamente que *“Ha também vestígios de uma 2ª muralha exterior, e fossos para este lado (S.) que precisava de maiores obras d'arte, por ser o único ponto em que as fortificações não estavam defendidas pela inacessibilidade do solo”* (Leal, 1875, p. 604).

Nas pisadas de Argote e Leal, já em inícios de século XX, Henrique Botelho escreve que *“muito perto de Campo [de Jales] ha um castello e trabalhos importantes dos romanos”* (Botelho, 1907, p. 31).

Desde então Cidadelha de Jales foi alvo de trabalhos de reavaliação do seu estado de conservação, nomeadamente em 2001 (Pereira, 2001), em 2008 (Batata, 2008) e em 2020 (Antunes e Cruz, 2020), não tendo ocorrido ainda escavações arqueológicas no local.

#### Descrição física do local:

Este povoado fortificado situa-se num remate de esporão da base da vertente do planalto de Jales, a SE da serra da Padrela, sobranceiro ao rio Tinhela, afluente do Tua, que desagua na margem direita do Douro.

Predominam os denominados granitos da Gralheira de *“duas micas sintectónicos, de grão médio a grosseiro”* segundo a carta geológica de Portugal nº 06-D à escala 1:50 000.



Figura 32 -Vista geral – de NE para SO – de um pano de muralha bem conservado.

Descrição do sítio arqueológico: Cidadelha de Jales é um povoado fortificado proto-histórico definido por “*duas monumentais linhas de muralha de aparelho poligonal e isódomo em granito*” (Fonte, 2015, p.246) apresentando este aparelho muralhado nalguns sítios, 4 metros de altura.

No flanco sudoeste, de mais fácil acesso, a defesa é complementada por um fosso escavado no afloramento granítico (Batata 2008).

Aparenta ter duas fases de ocupação, a primeira situada na Idade do Ferro (Antunes e Cruz, 2020) e a segunda ligada à romanização e à exploração dos recursos mineiros.

A sua localização, muito próxima ao rio Tinhela, aparenta comprovar a “*ligação efectiva do povoado castrejo à mineração romana. Para além da existência de casas muito rudes de habitação, parcialmente escavadas na rocha, no que parece ser um hábito mineiro, a escavação de uma plataforma, encostada à face interna da muralha sul, revelou a presença de camadas de estéril das minas, utilizadas para nivelamento do piso*” (Batata, 2013, p.786).

No que respeita ao espólio conhecem-se somente alguns “*fragmentos de cerâmica indígena, que têm aparentemente paralelos com algumas cerâmicas encontradas no povoado romano da Veiga da Samardã em Tresminas, algumas tégulas e alguns fragmentos de mós rotativas*” (Fonte 2015, p. 248) cujo local de depósito não é indicado.

Referência para o machado de talão de dupla argola e cone de fundição encontrado nas Minas de Jales que se tem enquadrado cronologicamente no Bronze Final e ligado aos primórdios da mineração, que poderá estar associado ao povoado de Cidadelha de Jales (Batata 2008), podendo ser visto no Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar.

Acessos: Na estrada nacional N212, no sentido NO – SE (Vila Pouca de Aguiar – Alfarela de Jales), após o km 11 corta-se para a CM1172 até Cidadelha de Jales onde se segue para uma estrada de terra batida que leva ao povoado.



Figura 33 - Pormenor da muralha do Castelo dos Mouros.  
FOTO: Filipe Ribeiro.



Figura 34 – Outro pormenor da muralha do Castelo dos Mouros.  
FOTO: Filipe Ribeiro.

Estado de conservação: O povoado guarda alguns troços da muralha em alguns locais, sendo possível ter percepção do seu percurso e áreas que limita.



Figura 35 - Proposta de reconstituição do povoado, onde são bem visíveis as duas linhas de muralha.

FONTE: Maratona de Arqueologia Virtual.

**Ameaças:** Parte da zona superior do povoado, onde assenta a primeira linha de muralha encontrava-se selada com geotêxtil e protegida e da maioria das ações antrópicas e naturais que pudessem ocorrer, contudo, os incêndios de Julho de 2022, com diversos reacendimentos que ocorreram em Cidadelha de Jales e Campo de Jales, destruíram os trabalhos preventivos aí executados. Não estando agora a área delimitada e o montículo desprotegido a vegetação e as chuvas poderão contribuir para a erosão do sítio.

Quadro 4 – Análise SWOT de Cidadelha de Jales

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Povoado bem identificado e com sinalização bem visível e regulamentada.</li> <li>● Existência de sinalética e painéis informativos bilingues com conteúdo textual e gráfico atual.</li> <li>● Vista sobre o planalto de Jales e a serra da Padrela</li> <li>● Parte da muralha bem conservada.</li> <li>● Existência de uma reconstituição 3D do local.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● As estruturas visíveis limitam-se à muralha, não estando as zonas habitacionais limpas e consolidadas</li> <li>● Extrema dificuldade de acesso a portadores de deficiências motoras - impossibilidade de fazer uma parte do percurso em qualquer tipo de veículo motorizado.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Inserido no recém-homologado percurso pedestre de pequena rota “Trilho Terras de Ouro” PR3</li> <li>● Contexto paisagístico muito interessante em que contrastam os xistos da Serra da Padrela com os granitos do Vale de Aguiar. A vista para o percurso do rio Tinhela e a biodiversidade da Serra da Padrela</li> <li>● Possibilidade de explorar em visita diferentes áreas científicas – arqueologia, geologia, biologia.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Existem povoados fortificados entre o Bronze Final e a Idade do Ferro em concelhos vizinhos que apresentam mais estruturas visitáveis, melhores condições de visitaç�o e encontram-se acompanhados de centros interpretativos.</li> </ul>

**Referências bibliográficas:**

Argote 1734; Pinho Leal 1875; Botelho 1907; Pereira 2001; Batata 2008, 2013; Fonte 2015; Antunes e Cruz 2020.

## 2. Fraga do Quelho (CNS 17797)

Divisão administrativa

Lugar: Alfarela de Jales

Freguesia: Alfarela de Jales

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.49864, W -7.7204 | Alt. 825m

Tipologia: Arte Rupestre

Período cronológico: Histórico

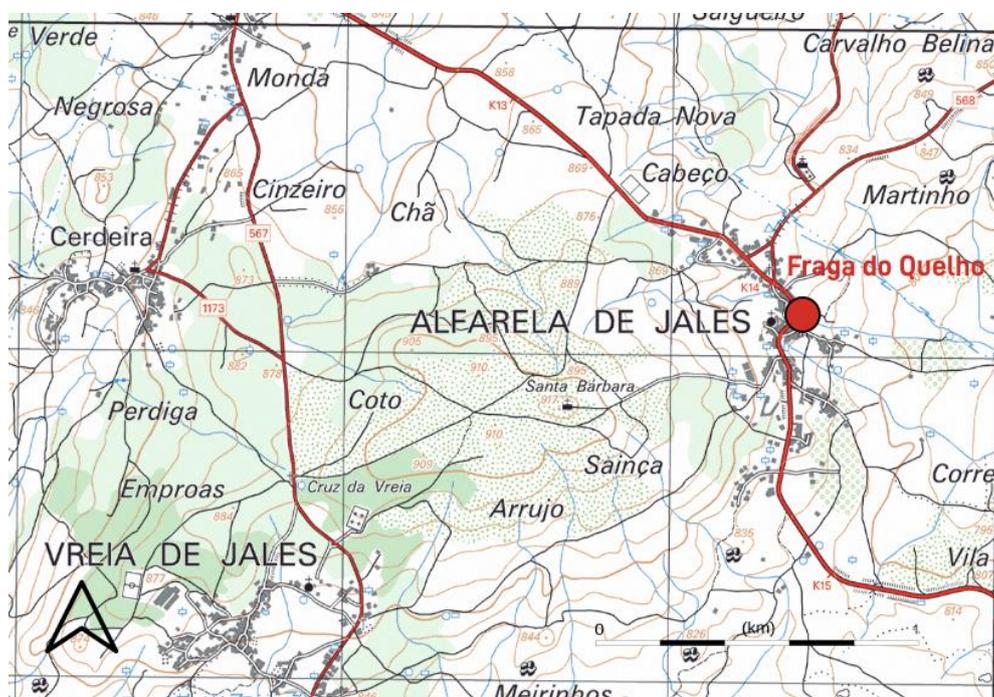


Figura 36 - Localização da Fraga do Quelho no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 88 (IGeo, Ed. 3, 2013).

Historial:

Tal como outros vestígios das atuais áreas de Alfarela de Jales e Tresminas, o primeiro registo sobre a Fraga do Quelho é lido nas *Memorias Para a Historia Ecclesiastica Do Arcebispado de Braga* de Jeronimo Contador de Argote. Nestas refere que “na villa de Alfarella [...] existe huma grande pedra, e redonda, obra da natureza, de altura de quinze palmos, assentada em hum alagem firme, e na altura da pedra se vem diversos buracos abertos ao picão, que indicam ser antigamente o seu circuito cuberto” (Argote, 1734, p.468).

Avança com uma sugestão para a sua utilidade e função, em que “*antigamente fazião debaixo della os Juizes da Villa audiência às partes, e lhe servia de Casa de Audiência, e Câmara, e que os Juizes se sentavam no amparo, que faz a dita pedra para a parte Norte, sobre a lagem em que está sentada*” (Argote, 1734, p. 468).

Para além de Luís Madureira, em 1962, sobre as características do batólito, encontra-se a descrição em 1995 que João Baptista Martins faz de “*um rochedo com ofídios, fossetes e encaixes para assentamento de traves e, na laje sobre que está apoiado, vê-se um «ludus»*” (Martins, 1995, p.172).

Descrição física do local: O batólito granítico localiza-se no limite de uma rua muito estreita, a cerca de 150m NE do centro da aldeia de Alfarela de Jales, tendo este arruamento adotado, por aquela razão, a toponímia de Rua do Quelho e a própria fraga insculturada a mesma designação. Embora acessível pedonalmente por via pública encontra-se em terreno privado.

Neste local predominam os granitos de duas micas, porfiroide, de grão grosseiro a médio e de fácies biotítica de grão fino e fácies moscovítica (Carta Geológica de Portugal 06-D).



Figura 37 - Face NE da Fraga do Quelho.

Descrição do sítio arqueológico: O imponente bloco granítico, de geometria e superfície arredondadas, apresenta no topo cerca de uma dúzia de covinhas ou fossetes de formas circulares e retangulares que, aparentemente, se encadeiam com algumas linhas insculptadas.

Na base descobre-se um jogo de tabuleiro, muito parecido ao Jogo do Moinho ou Alguergue dos Nove descritos, por exemplo por Afonso X em 1283 no seu livro dos jogos (Silva, Vinagre 2019), mas já conhecido e praticado no mundo romano.

O desenho é constituído por três retângulos concêntricos, tendo o mais exterior, 41cm x 38cm. Assim, a atribuição cronológica deste sítio contém algumas reservas, mas a proximidade ao território mineiro de Tresminas não tornaria descabida que ascendesse ao período romano.

Acessos: Na estrada N212, no sentido NO – SE (Vila Pouca de Aguiar – Alfarela de Jales), logo após entrar no centro de Alfarela de Jales, estando na Rua Central, corta-se à esquerda para a Rua do Quelho, e depois outra vez à esquerda para um caminho de terra batida, estando o sítio a cerca de 50 metros deste último ponto.



Figura 38 - Base do batólito e afloramento no solo onde se insculptura o tabuleiro de jogo.



Figura 39 - Pormenor do tabuleiro de jogo.

Estado de conservação: As insculpturas no topo do batólito e o tabuleiro de jogo no piso inferior encontram-se bem conservados, sendo a qualidade da visibilidade deste último afetado pelas condições naturais de luz e respetiva direção.



Figura 40 - Pormenor do painel informativo na Fraga do Quelho.

Ameaças: O batólito da Fraga do Quelho não se encontra particularmente ameaçado no seu estado de conservação, excetuando as normais erosões que as ações naturais e o tempo têm sobre a pedra granítica.

Quadro 5 – Análise SWOT da Fraga do Quelho

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Monumento bem identificado e com sinalização bem visível e regulamentada.</li> <li>● Existência de sinalética e painéis informativos com conteúdo textual e gráfico correto e coerente (figura 40).</li> <li>● Exemplar único <i>in situ</i> no território</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sinalética e painéis informativos não bilingues, somente em português</li> <li>● Dificuldade de aceder visualmente à parte superior do batólito e observar as insculpturas.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Inserido no recém-homologado percurso pedestre de pequena rota “Trilho Terras de Ouro” PR3</li> <li>● Contexto paisagístico muito interessante.</li> <li>● Possibilidade de explorar em visita diferentes áreas científicas – arqueologia, geologia, biologia.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Existem tabuleiros de jogo do moinho em Trás-os-Montes mais legíveis: Igreja de Santo Estevão (Chaves) Castelo de Ansiães (Carrazeda de Ansiães) Igreja Românica de S. Salvador (Carrazeda de Ansiães) Castro da Mogueira (Resende)</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Argote 1747; Martins 1995; Silva, Vinagre 2019.

### 3. Mamoa do Alto do Cotorino (CNS 3414)

Divisão administrativa

Lugar: Carrazedo do Alvão

Freguesia: Alvão

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.49864, W -7.7204 | Alt. 970m

Tipologia: Monumento megalítico

Período cronológico: Neolítico

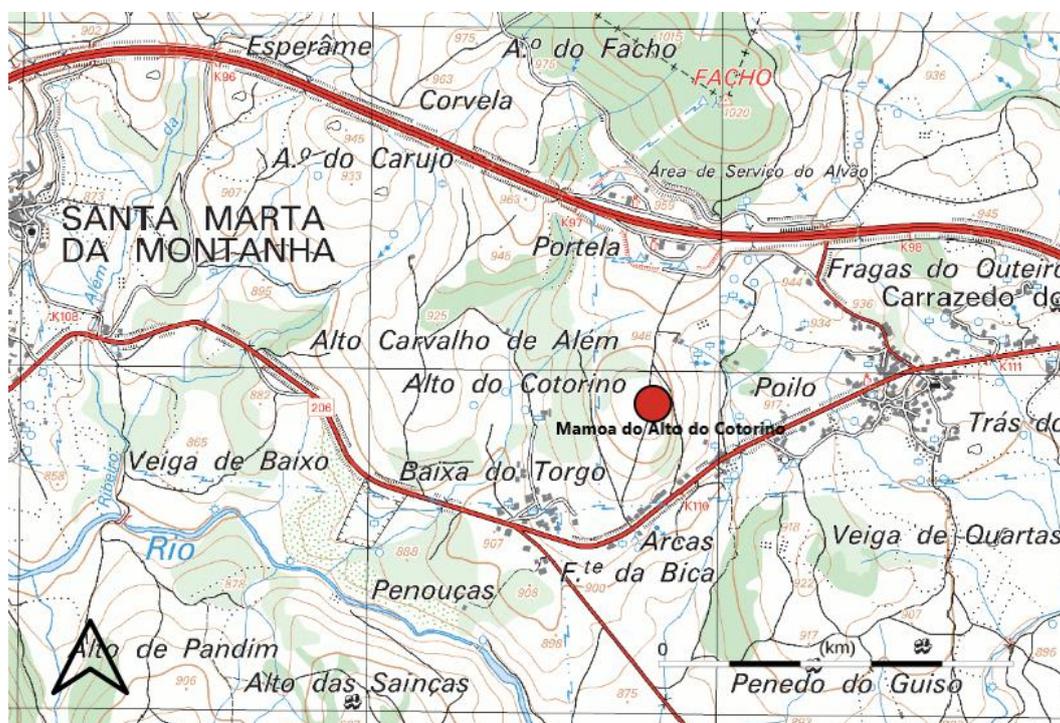


Figura 41 - Localização da Mamoa do Alto do Cotorino no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGEO, Ed. 3, 2013).

Descrição física do local: Este monumento megalítico eleva-se e destaca-se isoladamente no cume do outeiro conhecido como Alto do Cotorino, nos planaltos centrais da serra do Alvão, sobranceiro à margem direita do Rio Torno, afluente do Tâmega, na bacia fluvial do Douro (figuras 42 e 43). O substrato rochoso é constituído por granitos de “*grão grosseiro, biotítico e com tendência porfiróide, com megacristais de feldspato potássico*” (Sousa, 2014) característicos da zona entre Telões e Gouvães da Serra, que afloram abundantemente a E e SE.

A sua implantação permite ser visto a vários quilómetros de distância e, a partir dele, auferir de uma vista desimpedida em todas as direções, em particular para sul, para o núcleo megalítico de Chã das Arcas, que se encontra agora submerso, desde a instalação da barragem de Gouvães, no âmbito da construção do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET).



Figura 42 - Enquadramento paisagístico do monumento megalítico.

Ao fundo (S) a barragem de Gouvães e à esquerda (SE) a mancha cinzenta dos granitos que aí afloram.

Descrição do sítio arqueológico: Monumento megalítico, com montículo, mantendo uma “*estrutura pétrea quase intacta*” (Batata, 2008, p. 86) que apresenta, aproximadamente, 22 metros de diâmetro e 2,3 metros de altura. No seu interior encontramos uma estrutura composta por uma câmara com sete esteios e um pilar que formam uma planta poligonal. Esta tem um corredor curto e baixo diferenciado em alçado com lajes graníticas, que permitiria o acesso à câmara através de um “*corredor intratumular com o chão e as paredes laterais revestidas em lajes de xisto*” (Palimpsesto 2021).

#### Historial:

As primeiras referências à mamoa do Alto do Cotorino são encontradas em finais do século XIX, através dos textos dos padres José Rafael Rodrigues e José Brenha publicados na revista *O Archeólogo Português* (Rodrigues, 1895). É também a pedido destes que Henrique Botelho procede a trabalhos arqueológicos no monumento e, em 1904, reporta nessa mesma revista o

resultado da escavação. Apesar do *tumulus* já não se encontrar intacto neste período, fruto de algumas violações pela população local, foi exumado algum espólio, onde se destacam “*uma enxó, uma goiva, um cristal de rocha com a forma de perfurador, um pequeno polidor, e dois fragmentos de uma faca de sílex*” (Botelho, 1904, pp 52-53) que se encontram depositados no Museu Nacional de Arqueologia.

Em 2019, no âmbito do Sistema Eletroprodutor do Tâmega a estrutura dolménica é alvo de novos trabalhos arqueológicos realizados pela empresa Palimpsesto, Arqueologia e Património, onde se procederam a ações de conservação e restauro. À data, aguarda-se a publicação do relatório destes resultados, onde se poderá confirmar o que foi encontrado, e onde se guarda o respetivo espólio.

**Acessos:** Na estrada nacional N206, no sentido E – O (Vila Pouca de Aguiar – Ribeira de Pena), após o km 110, dentro dos limites da localidade de Carrzedo do Alvão, corta-se à direita para um estradão de terra batida, íngreme e irregular, subindo-se cerca de 380 metros até ao local de implantação do monumento. Antecede-o, alguns metros antes, uma placa de sinalização turístico-cultural (Decreto Regulamentar nº22-A/98) indicando a proximidade do monumento megalítico.

**Classificação:** Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 29/90, DR, 1ª série, nº163 de 17/07/1990)



Figura 43 - Cume onde se implanta a Mamoa do Alto do Cotorino, visto de Sul para Norte.



Figura 44 - Topo dos esteios que se conservam da câmara e do corredor.

Estado de conservação: Excetuando o topo dos esteios (figura 44), que permitem aferir a configuração da câmara, o monumento encontra-se protegido e selado com geotêxtil e coberto com terra. Estas medidas de proteção e conservação finalizaram os últimos trabalhos arqueológicos realizados em 2019.



Figura 45 - Pormenor do painel informativo presente na Mamoa do Alto do Cotorino.

Fotografia: Green / Publiminho.

**Ameaças:** O monumento encontra-se, quase na totalidade estanque e selado estando protegido da maioria das ações antrópicas e naturais que possam ocorrer. Contudo, não estando a área delimitada e o montículo desprotegido a vegetação e as chuvas poderão contribuir para a erosão.

Quadro 6 – Análise SWOT da Mamoa do Alto do Cotorino

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Monumento bem identificado e com sinalização bem visível e regulamentada.</li> <li>● Existência de sinalética e painéis informativos com conteúdo textual e gráfico correto e coerente. (figura 45)</li> <li>● Vista sobre a Serra do Alvão</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sinalética e painéis informativos não bilingues, somente em português.</li> <li>● Extrema dificuldade de acesso a portadores de deficiências motoras - impossibilidade de fazer uma parte do percurso em qualquer tipo de veículo motorizado.</li> <li>● Perímetro não delimitado</li> <li>● Falta de trabalhos publicados, nomeadamente os mais recentes do SET.</li> <li>● Espólio depositado na reserva do Museu Nacional de Arqueologia.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Inserido no recém-criado percurso pedestre de pequena rota "Trilho do Castelo"</li> <li>● Contexto paisagístico muito interessante.</li> <li>● Possibilidade de explorar em visita diferentes áreas científicas – arqueologia, geologia, biologia.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Não existem políticas de valorização da arquitetura e arte megalítica na região apesar da sua expressão e dispersão.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Rodrigues 1895a; Rodrigues 1895b; Botelho 1904; Batata 2008; Sousa 2014 e dados inéditos.

#### 4. Bouça dos Pardieiros (CNS 5331)

Divisão administrativa

Lugar: Povoação

Freguesia: Alvão

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.47727, W -7.70907 | Alt. 916m

Tipologia: Necrópole

Período cronológico: Idade Média



Figura 46 - Localização das Sepulturas da Bouça dos Pardieiros no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGEo, Ed. 3, 2013).

Historial: Não são escassas as estações arqueológicas de sepulturas escavadas na rocha dentro dos limites do concelho de Vila Pouca de Aguiar. Pese embora a da Bouça dos Pardieiros seja a mais numerosa, estão identificadas, pelo menos 40 sendo 29 delas na mesma freguesia do Alvão, repartidas pelas estações de Paredes do Alvão 1 e 2 (CNS 5664 e 17829), de Lixa do Alvão e Fraga da Senhora (CNS 5209 e 5663) em número de sete e seis respetivamente, da Bouça dos Pardieiros (CNS 5331) e de Carrazedo do Alvão (CNS 5204) (Barroca e Morais, 1983, 1986).

O número pode efetivamente ser maior pois, já em 1897, Henrique Botelho reportava na revista "*O Archeólogo Português*" que "*nos termos da Lixa do Alvão e Carrazedo do Alvão*" se encontravam "*grande número de sepulturas abertas no granito*" e que ainda "*havia muitas dentro das casas e nos campos próximos*" (Botelho, 1897, p.256).

No extenso trabalho que faz sobre a Terra de Aguiar de Pena e o seu castelo, Mário Jorge Barroca e António Cardoso Morais confirmam as 29 sepulturas na zona do Alvão.

No que respeita às sepulturas medievais da Povoação, é Domingos Cruz (1985) que, no âmbito dos trabalhos arqueológicos na serra do Alvão, refere brevemente a existência de nove sepulturas. Posteriormente os trabalhos de realocização, identificação e inspeção de sítios pela Extensão do IPA - Macedo de Cavaleiros por António Luis Pereira, em 2001, e a elaboração da Carta Arqueológica de Vila Pouca de Aguiar por Carlos Batata em 2008, aumentam e firmam em 14 as sepulturas identificadas nesse local.

#### Descrição física do local:

O conjunto de sepulturas medievais situa-se sobre uma zona de afloramentos graníticos de tipologia petrográfica característica de Gouvães da Serra (porfiroide, grosseiro, biotítico-moscovítico) (Martim Portugal, 2003), numa área de encosta com pendente moderada, com inclinação proeminente para NE na margem esquerda do Rio Torno, afluente do Tâmega, da bacia fluvial do Douro. Estão agora confinadas a N e E pela recente barragem de Gouvães, a S pelo ribeiro do Cabouço e a O pelo núcleo rural da Povoação.

Permite uma grande visibilidade em três frentes. A O na direção de Gouvães da Serra e do Alto de São Jorge, a E para a Barragem da Falperra e a N, alcançando os córregos Ribeiro do Boco e Ribeiro do Cabouço, bem como o Rio Torno e, no horizonte o pico do Monte Minhéu a 1203 m de altitude.



Figura 47 – Fotografia aérea de algumas sepulturas escavadas na rocha.  
© Cláudio Reguengo

Descrição do sítio arqueológico: As sepulturas escavadas na rocha são alguns dos vestígios arqueológicos funerários com maior expressão no território nacional (Guedes, 2017). Estabelecendo-se desde os últimos séculos da Alta Idade Média e manifestando-se em maior número no período da reconquista, estes sepulcros aproveitam os afloramentos rochosos para a sua implantação (Barroca, 2010).

A necrópole medieval da Povoação, também conhecida por Bouça dos Pardieiros, é composta por um conjunto de 14 sepulturas (Batata 2008). Todas sem tampa, dividem-se em três tipologias: antropomórficas, ovaladas e trapezoidais ou sub-rectangulares. As seis de configuração antropomórfica apresentam a zona destinada à cabeça e ombros bem perceptível, não existindo, contudo, antropomorfismo no espaço dos membros inferiores.

Apresentam diferentes orientações, estando a cabeceira predominantemente virada para O ou NO.



Figura 48 - Pormenor de algumas sepulturas da Bouça dos Pardieiros.



Figura 49 – Placa sinalética desgastada e de leitura (quase) impercetível.

### Quadro 7 – Análise SWOT da Bouça dos Pardieiros

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Estação arqueológica com sepulturas em grande número e de diferentes tipologias.</li> <li>● Estação alvo de estudos científicos.</li> <li>● Percurso pedonal existente até às sepulturas é curto, desimpedido e fácil.</li> <li>● Sítio publicitado no site do município e nos folhetos turísticos como elemento de interesse a visitar.</li> <li>● Interessante vista sobre a orografia circundante a Gouvães da Serra.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sinalética até ao local é reduzida, obrigando o visitante a estar extremamente atento.</li> <li>● Painel informativo no local está gasto e oxidado, estando praticamente impercetível a sua leitura (fig. 49)</li> <li>● Extrema dificuldade de acesso a portadores de deficiências motoras estando impossibilitados de fazer uma parte do percurso em qualquer tipo de veículo motorizado.</li> <li>● Falta de monitorização do local, pois a vegetação arbustiva já cobre parte de algumas das sepulturas e dificulta nalguns momentos um percurso que, sem esta, seria muito mais fácil.</li> <li>● Não existem itinerários específicos para as sepulturas escavadas na rocha, tendo estas suficiente expressão no concelho para tal.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Inserido no recém-criado percurso pedestre de pequena rota designado “Trilho do Castelo”</li> <li>● Contexto paisagístico muito interessante com árvores autóctones (carvalho, eg.) muros tradicionais, eiras.</li> <li>● Possibilidade de explorar em visita diferentes áreas científicas – arqueologia, geologia, biologia.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p>

#### Referências bibliográficas:

Botelho 1897, Portugal Ferreira, 2003 ; Batata, 2008, Barroca, 2010, Guedes, 2017

## 5. Castelos / São Martinho (CNS 5293)

Divisão administrativa

Lugar: Bornes de Aguiar

Freguesia: Bornes de Aguiar

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.53444, W -7.59538 | Alt. 794m

Tipologia: Povoado fortificado

Período cronológico: Idade do Ferro

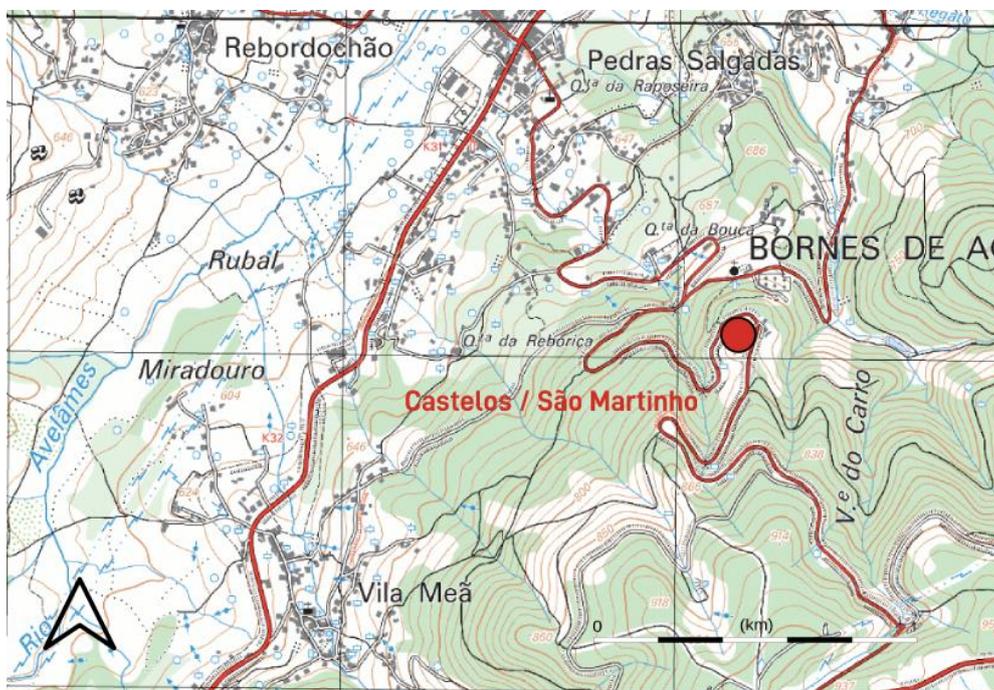


Figura 50 - Localização do povoado de São Martinho no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGEO, Ed. 3, 2013).

Historial: São parcas as fontes escritas sobre o castro de São Martinho e, ainda mais reduzidas, as publicações com conteúdo científico que o caracterizem histórica e arqueologicamente.

A primeira nota sobre este local parece-nos pertencer ao escritor e jornalista minhoto Manoel Maria Rodrigues. Ao redigir um artigo para a revista *Occidente*, em 1885, que retratava a vila de Pedra Salgadas, em particular quanto à “*abundancia das suas aguas mineraes*” (Rodrigues, 1885 p46) assinala “*a existência de um crasto na fronteira freguesia de S. Martinho de Bornes, e os restos de velhas fortificações no monte dos Castellos, sobranceiro ao local de que se trata*” (Rodrigues,

1885 p46). Entendemos que o primeiro será muito provavelmente este castro de S. Martinho, e o segundo, seguramente tratar-se-á do povoado proto-histórico de Três Castelos, localizado, precisamente no monte de Castelos.

Igualmente, com uma brevíssima descrição, aquando da passagem por Vila Pouca de Aguiar, Leite de Vasconcelos escreve que «sobre a aldeia de Bornes (Vila Pouca) ha um monte chamado Castelos. – Outro Castro?», protelando as suas dúvidas, pois acrescenta, «falo só por informações» (Vasconcelos, 1917, p.163) Sabemos assim, que nunca visitou o local, e certamente não obteve quaisquer materiais ali que possam ter sido recolhidos, nem consultou outras fontes documentais que justificassem mais referências futuras ao povoado.

Refira-se que o monte onde se encontra localizado o povoado fortificado do Monte do Castelo (CNS 2656) na freguesia de Capeludos também adquire esta toponímia de castelo, pese embora não haja qualquer confusão dada a distância a que se encontra da freguesia de Bornes de Aguiar.

O povoado é mais amplamente caracterizado nos trabalhos de Mário Rui Soares em 2001, no âmbito da realocização, identificação e inspeção de sítios pela extensão do IPA – Macedo de Cavaleiros. (Soares 2001)

Posteriormente, aparece na Carta Arqueológica de 2008 (Batata, 2008), num artigo da revista *Aqvae Flaviae* em 2009 (Batata, 2009) e na sua tese de Doutoramento em 2017 mas, excetuando uma possível ligação ao Complexo Mineiro Romano de Tresminas no fornecimento de mão-de-obra livre ou escrava (Batata, 2017) não apresenta dados novos que alarguem o conhecimento do sítio.

#### Descrição física do local:

Este povoado fortificado localiza-se num esporão da vertente oeste da serra da Padrela, sobranceiro ao vale de Aguiar que lhe reveste toda a vertente oeste.

A este rodeia-o a ribeira de Bornes que afluí, no seu pequeno percurso para norte, no rio Avelames, afluente do Tâmega, bacia fluvial do Douro.

Geologicamente, apesar de se encaixar na zona maioritária de rochas granitoides hercínias, já se encontra instalado em metassedimentos do paleozóico como pertencente ao domínio estrutural de Tresminas, onde predominam os filitos, xistos verdes, gresofilitos e grauvaques (Carta Geológica de Portugal 06-D).

Local com ampla visibilidade. A norte alcança as localidades de Bornes de Aguiar e de Pedras Salgadas e a sul alguns lugares que se desenvolvem no percurso da veiga até à Vila (Pouca de Aguiar), como Vila Meã.



Figura 51 - Vista NO de uma das áreas do Castro de S. Martinho.  
A densa vegetação no acesso à zona de acrópole do povoado.

Descrição do sítio arqueológico: O povoado fortificado dispõe de boas condições naturais de defesa e usufruiu concomitantemente de boa visibilidade para as áreas envolventes.

É no lado sul, conjuntamente o lado mais alto e o único de acesso natural, que se inicia a linha de muralha (Soares, 2001) sendo esta vertente apoiada por um duplo fosso (Batata, 2008). À semelhança do Castro de Cidadelha de Jales, apresenta duas linhas de muralhas (figuras 52 e 53).

A carta arqueológica refere que do local são provenientes “1 frag. de cerâmica e ponta de dardo em ferro” (Batata 2008, p 69) que assumimos que contribuam para a cronologia que é proposta a este povoado, que o situam na Idade do Ferro. No entanto, desconhecemos onde se encontra depositado este espólio e o contexto em que foi recolhido.

Acessos: No sentido NO – SE (Pedras Salgadas – Tinhela de Cima) percorre-se a estrada CM1363, subindo até à Casa Florestal de São Martinho. Nas costas desta (SO) localiza-se o povoado.



Figura 52 - Pormenor da muralha norte ou muro de contenção e derrubes.



Figura 53 - Pormenor da muralha ou muro de contenção da vertente norte.

**Estado de conservação:** A construção de uma casa florestal na vertente N e um troço da estrada que liga Pedras Salgadas à EN 206 terão destruído parte do povoado, mas crê-se que, dada a extensão do mesmo, parte das estruturas ainda estejam preservadas.

Nunca foi alvo de escavações arqueológicas.

**Ameaças:** Excetuando a muralha e derrubes da vertente norte que se encontram expostos, as eventuais estruturas que existam do povoado não estão à superfície pelo que se encontram protegidas da maioria das ações antrópicas e naturais que possam ocorrer.

Quadro 8 – Análise SWOT de Castelos / São Martinho

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sítio com percurso viário até ao seu local.</li> <li>● Próximo da vila termal de Pedras Salgadas.</li> <li>● Vista sobre o Vale de Aguiar.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Não foi estudado de forma científica desconhecendo-se a sua cronologia precisa.</li> <li>● Falta de trabalhos monográficos sobre o local.</li> <li>● Perímetro não delimitado.</li> <li>● Falta de trabalhos publicados.</li> <li>● Paradeiro do espólio desconhecido.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de delimitação da sua área e planta, através da fotografia aérea, da fotogrametria e do <i>Lidar</i>.</li> <li>● Possibilidade de produzir sinalética.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● cf. análise swot do Castro de Cidadelha de Jales (quadro 4) existem povoados fortificados entre o Bronze Final e a Idade do Ferro em concelhos vizinhos que apresentam melhores possibilidades de visitaçào.</li> </ul>

**Referências bibliográficas:**

Rodrigues 1895a ; Rodrigues 1895b ; Botelho 1904 ; Vasconcelos 1917; Soares 2001; Batata 2008 ; Sousa 2014

## 6. Três Castelos (CNS 500)

Divisão administrativa

Lugar: Rebordochão

Freguesia: Bornes de Aguiar

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.54363, W -7.63279 | Alt. 878m

Tipologia: Povoado fortificado

Período cronológico: Idade do Ferro

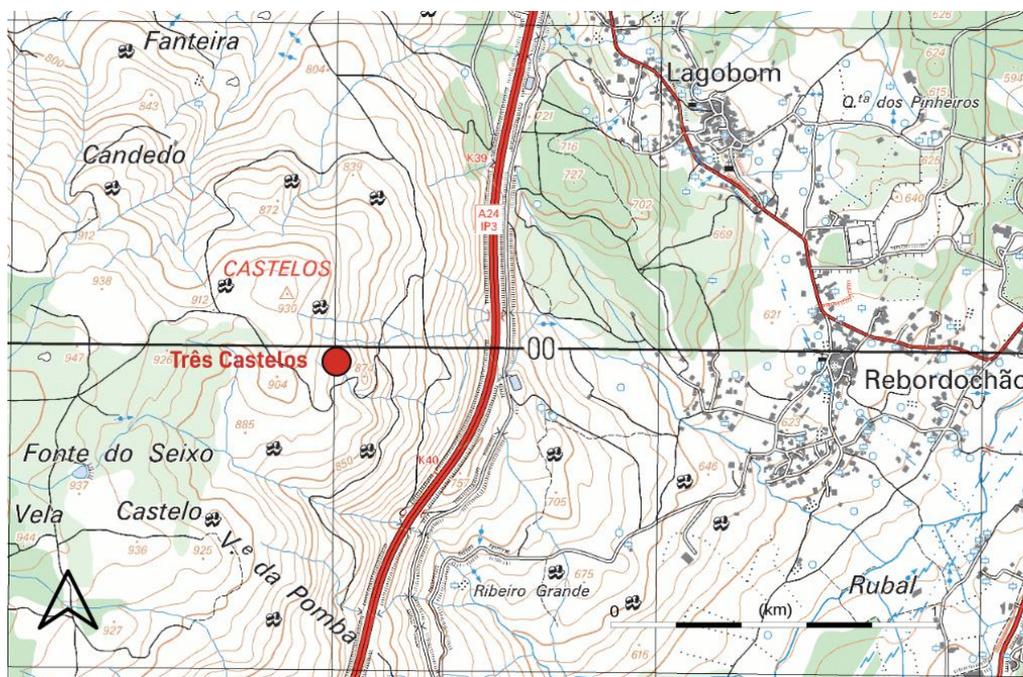


Figura 54 - Localização do povoado Três Castelos no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGEo, Ed. 3, 2013).

Historial: Numa das suas visitas a Vila Pouca de Aguiar, José Leite de Vasconcelos recolhe a informação de que no local onde se situa o povoado de Três Castelos, havia “*um monte [...] onde se vêem os restos de alicerces de muralhas. Em tempos apareceram lá espadas. Tudo do «tempo dos mouros»*” (Vasconcelos, 1917, p. 163).

Pese embora possam ter havido outras incursões ao castro com maior ou menor carácter científico, só se voltam a encontrar referências sobre este no início do século XX, nomeadamente nos trabalhos de Mário Rui Soares em 2001, no âmbito da relocalização, identificação e inspeção

de sítios pela extensão do IPA – Macedo de Cavaleiros, que favorecem o enquadramento do povoado na Idade do Ferro (Soares, 2001).

#### Descrição física do local:

Este povoado fortificado impõe-se num acentuado esporão granítico na face oriental da serra do Alvão. Está ladeado na vertente E e N pela margem esquerda do rio Avelames, afluente do Tâmega, da bacia fluvial do Douro. Implanta-se, ainda, na zona limite dos granitos caraterísticos de Pedras Salgadas, o granito de grão médio porfiroide. (Carta Geológica de Portugal 06-D)

Não sendo particularmente visível na zona inferior da serra, aufere sim de grande visibilidade a partir da vertente E para a vila de Pedras Salgadas e para parte do vale de Aguiar (figura 55), sendo possível, ainda, observar uma cumeada da serra da Padrela.



Figura 55 - Vista para E, sendo bem visível o vale de Aguiar e na linha do horizonte uma cumeada da Serra da Padrela onde se implantam alguns dos aerogeradores do parque eólico de Alto da Coutada.

Descrição do sítio arqueológico: O povoado fortificado Três Castelos recebe o seu nome pela presença de três morros graníticos espacialmente dispostos com orientação N – S entre si. A estrutura fortificada no eixo mais a norte é a que melhor preserva as estruturas que aí se ergueriam, nomeadamente uma construção que, apesar do enorme derrube que hoje se encontra no topo, aparenta forma circular (Soares, 2001) (figura 56).

Deste local nasce, e ainda se encontra bem conservada uma parte da linha da muralha (figura 57) que desceria a encosta, na direção E para o vale (Batata, 2008).

Pese embora o material arqueológico encontrado no sítio, nomeadamente “*alguns fragmentos de cerâmica manual*” (Soares, 2001) e que permite enquadrar cronologicamente o povoado na Idade do Ferro ser dado como depositado no Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar, não foi possível ratificar esta informação.

Na verdade, nem nas salas expositivas nem na reserva do museu se encontraram quaisquer materiais deste povoado.



Figura 56 - Entrada do povoado, na face oeste, a mais acessível. Apesar da densa vegetação que acomete o local, é possível ver as manchas do derrube, quer no topo, quer na base.



Figura 57 - Pormenor do arranque da linha da muralha.

Quadro 9 – Análise SWOT de Três Castelos

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Vista sobre a vila de Pedras Salgadas e o Vale de Aguiar.</li> <li>● Parte da linha da muralha bem conservada.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Ausência de estudos científicos de pormenor.</li> <li>● Falta de limpeza do local e ausência de monitorização das ruínas existentes.</li> <li>● Material arqueológico associado inexistente ou de local de depósito desconhecido.</li> <li>● Inexistência de sinalética e painéis informativos.</li> <li>● Percurso pedonal de dificuldade baixa, mas acesso e subida ao povoado muito íngreme e difícil.</li> <li>● Vegetação densa, especialmente no acesso ao topo do <i>castelo norte</i>.</li> <li>● Não existem itinerários, rotas ou outras medidas de incentivo à visita ao património castrejo / fortificado das idades do bronze e ferro no concelho.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de enquadrar o percurso pedonal para praticantes de <i>trekking</i> e trilhos mais exigentes</li> <li>● Contexto paisagístico muito interessante.</li> <li>● Proximidade com os povoados fortificados de Rebordochão, S.Martinho e Cidadelha de Aguiar possibilita a criação de um pequeno itinerário temático.</li> <li>● Possibilidade de conhecer a sua planta através de processos digitais aéreos.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <p>N/A</p>

Referências bibliográficas:

Vasconcelos 1917, Soares 2001, Batata 2008.

## 7. Ponte das Romanas (CNS 17888)

Divisão administrativa

Lugar: Pedras Salgadas

Freguesia: Bornes de Aguiar

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.56335, W -7.60693 | Alt. 553m

Tipologia: Ponte

Período cronológico: Medieval



Figura 58 - Localização da Ponte das Romanas no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 60 (IGeo, Ed. 3, 2013).

Descrição física do local: A norte de Pedras Salgadas – aproximadamente a 2km em linha reta – situa-se a ponte das Romanas, construção sobre o rio Avelames, afluente do Tâmega, bacia fluvial do Douro. Isola-se num umbroso e tranquilo local, permitindo, pedonalmente, o acesso naquele mesmo sentido, a Sabroso de Aguiar (figura 59).

No substrato geológico predominam, de forma geral, os granitoides biotíticos com plagioclase cálcica pós tectónicos, em particular o granito de grão médio porfiróide, conhecido como granito



Figura 59 - Vista para SE da ponte.

Descrição do sítio arqueológico: Ponte de um só arco de volta perfeita, conservando alguma da antiga calçada (Soares, 2001) e presença das guardas - sem macheação ou grampado – na quase totalidade do seu percurso. A tradição e as fontes orais têm-na apontado como romana, embora não existam elementos que suportem inequivocamente esta cronologia. O tabuleiro, com perfil em cavalete, o aparelho irregular, e a presença de agulheiros (figuras 60 e 61), são características até mais comuns em pontes românicas e da arquitetura medieval, pelo que indiciam uma fundação desta cronologia.

Anexo ao monumento, no lado N, encontra-se um antigo moinho de água, totalmente desativado, elemento etnográfico, igualmente de importância patrimonial<sup>61</sup>.

Historial: São pequenos os apontamentos sobre esta ponte, na literatura existente. Félix Alves Pereira refere-a em 1930, no seguimento da sua visita à vila de Pedras Salgadas. (Pereira, 1930) Mais tarde, António Montalvão (1971), indica que esta ponte se localiza junto às, agora

---

<sup>61</sup> Elemento igualmente visível na figura 59, no canto inferior esquerdo.

desativadas, fontes termais. As descrições formais que existem enquadram-se nos trabalhos de 2001 realizados por técnicos do ex-IPA. (Soares, 2001).



Figura 60 - Vista lateral da ponte no sentido jusante do rio.



Figura 61 - Vista lateral da ponte no sentido montante do rio.

**Estado de conservação:** A ponte sofreu obras de requalificação no ano de 2019, e apresenta-se em bom estado de conservação, pese embora o descuido na limpeza da vegetação, em toda a área envolvente, e acessos.

**Ameaças:** O monumento encontra-se requalificado e, dado o pouco tráfego pedonal, não se prevê que possam surgir grandes alterações e deformações ao atual estado do monumento, excetuando o natural desgaste causado pelos agentes naturais.

Quadro 10 – Análise SWOT da Ponte das Romanas

<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTES FRACOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Monumento requalificado.</li> <li>● Monumento inserido em ímpar zona natural.</li> <li>● Excelente possibilidade de acessos pedonais ou outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Inexistência de sinalética.</li> <li>● Falta de monitorização da envolvente.</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Proximidade ao Centro Hípico</li> <li>● Proximidade ao Parque das Pedras Salgadas</li> <li>● Possibilidade de explorar em visita diferentes áreas científicas – arqueologia, geologia, biologia.</li> <li>● Existência de património etnográfico nas imediações passível de requalificação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Monumento relativamente isolado.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Montalvão 1971, Soares 2001.

## 8. Ponte da Ola (CNS 17799)

Divisão administrativa

Lugar: Bragado

Freguesia: Bragado

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.57612, W -7.64843 | Alt. 878m

Tipologia: Ponte

Período cronológico: Baixo Medieval / Moderna

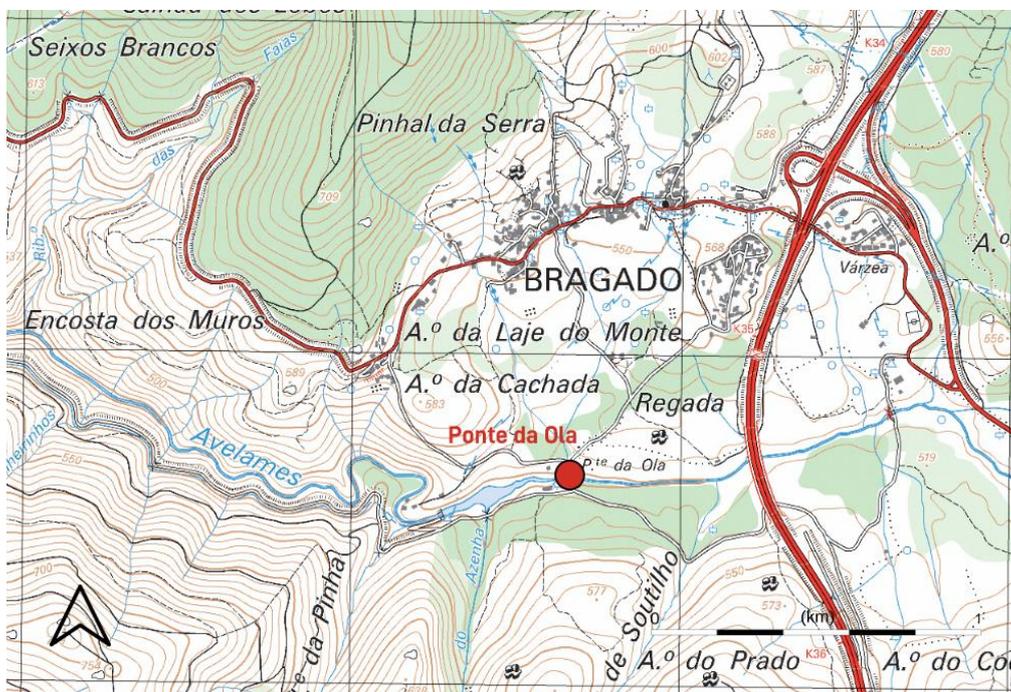


Figura 62 - Localização da Ponte da Ola no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 60 (IGEo, Ed. 3, 2013).

Historial: Não se desvendam registos anteriores ao século XX para a ponte da Ola apesar da sua presumível fundação baixo medieval ou moderna. Tanto o *Diccionario Geographico* de Luiz Cardoso (1747) como o *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal (1873), que diversas vezes fornecem pistas para o conhecimento do património nas variadas freguesias do concelho de Vila Pouca de Aguiar, não contêm qualquer informação sobre uma ponte que atravesse o Avelames na freguesia do Bragado.

O registo descritivo com mais rigor que se conhece data de 1996, de Ricardo Teixeira e Paulo Amaral para o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA).

#### Descrição física do local:

A Ponte da Ola atravessa e une as duas margens do rio Avelâmes, afluente do Tâmega, da bacia fluvial do Douro, numa zona onde este primeiro estreita, ligando os lugares de Bragado, e o de Pensalvos (figura 63).

Implanta-se em zona de granitos de grão médio a grosseiro porfiróide (granito de Vila Pouca de Aguiar) (Carta Geológica de Portugal 06-D).

As áreas envolventes encontram-se cobertas intensamente com pinheiro bravo, folhosas como o carvalho-negral, e outras espécies arbóreas e arbustivas comuns.



Figura 63 - Vista para N / NO onde se observa o tabuleiro e dois edifícios de um conjunto molinológico e habitacional.

**Descrição do sítio arqueológico:** O elemento patrimonial é uma ponte, em granito, apresentando três arcos de volta perfeita (Pereira, 2001) e tabuleiro em cavalete ou dupla rampa (figuras 64 e 65). Não se observa qualquer laje ou pavimento pétreo em toda a sua extensão. De possível construção baixo-medieval ou transição para a época moderna, encontra-se bem conservada.

**Acessos:** No sentido S – N, seguindo pela EN2, após a localidade de Pedras Salgadas, corta-se à esquerda para a CM1149 em direção à localidade de Bragado.

Após se percorrerem 5.3 km neste itinerário, corta-se à esquerda por um caminho de terra batida até encontrar a ponte sobre o rio Avelames que dista, deste último ponto, 1.9km.

Classificação: Imóvel de Interesse Público (Portaria nº 740-BA/2012, DR, 2ª série, nº248 de 24/12/2012)



Figura 64 - Vista para N com pormenor do tabuleiro da ponte.

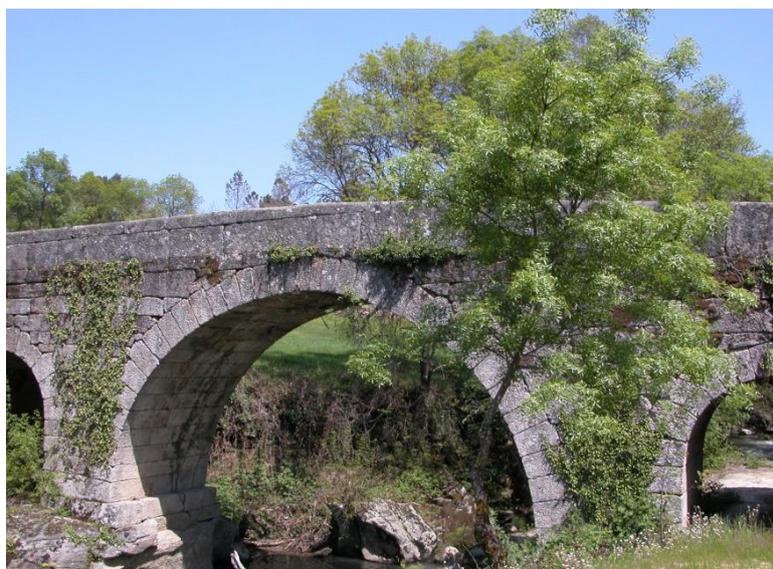


Figura 65 - Três arcos, vista a jusante do monumento.  
© portoenorte.pt

**Estado de conservação:** Apesar da vegetação intrusiva e, a prazo, danosa para o monumento, este encontra-se estrutural e arquitetonicamente bem conservado e facilmente se observam os pormenores de construção.

A ponte da Ola ainda é transitável por veículos motorizados - exceção feita a pesados superiores a 3,5 toneladas - permanecendo, até este momento, uma importante via de comunicação local.

**Ameaças:** Não se prevê que possam surgir grandes alterações e deformações ao atual estado do monumento. Contudo, a vegetação existente, não sendo removida, provocará gradualmente fendas nos blocos graníticos e contribuirá para acelerar a degradação da ponte.

Quadro 11 - Análise SWOT da Ponte da Ola

<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTES FRACOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Monumento bem conservado.</li> <li>● Visitável na íntegra a pé ou com veículo motorizado.</li> <li>● Ambiente rural inalterado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Inexistência de sinalética informativa sobre o monumento.</li> <li>● Distância de outros elementos patrimoniais relevantes.</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de integrar um roteiro com outras pontes do concelho (Ponte de Arames, Ponte do Arco, Ponte de Cidadelha de Aguiar).</li> <li>● Possibilidade de se criar zona de lazer / merendas junto ao rio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Não estão contempladas medidas de conservação do monumento e programas culturais / sociais para a sua valorização.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Pereira 2001.

## 9. Monte do Castelo (CNS 2656)

Divisão administrativa

Lugar: Toital

Freguesia: Capeludos

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.62861, W -7.6331 | Alt. 514m

Tipologia: Povoado fortificado

Período cronológico: Idade do Ferro

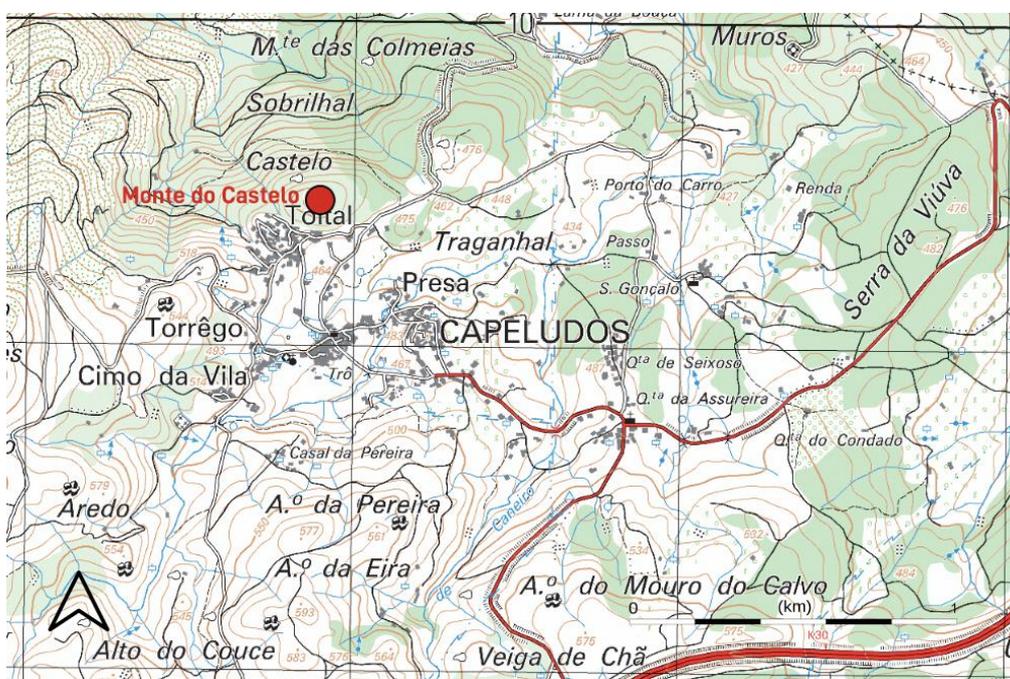


Figura 66 - Localização do Monte do Castelo no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 60 (IGEO, Ed. 3, 2013).

### Historial:

A relevância do Monte do Castelo ou Monte do Crasto e os escritos sobre ele produzidos não se dissociam da descoberta, pelo padre José Raphael Rodrigues, no despoitar do século XX, da parte superior de uma estátua de granito dos designados guerreiros galaicos. O descobridor deu conhecimento desta peça e, posteriormente, vendeu-a a José Leite de Vasconcelos (Coito 2003) que, em 1902, a descreve com algum pormenor confirmando que “*foi encontrado num campo,*

*ao pé da povoação de Capelludos, concelho de Villa Pouca de Aguiar, nas fraldas do monte Crasto, na qual há ainda restos de muralhas de um antigo oppidum”* (Vasconcelos, 1902, p. 23).

Acrescentava também que a estátua de granito se distinguiu das congéneres pelo facto de “*o guerreiro estar representado com capacete na cabeça (capacete cónico)*” (Vasconcelos, 1913, p. 55).

Nos anos 30 associavam-se as características desta estátua, e de outras do território nacional, a alguns achados já no lado espanhol, como o homem de pedra do castro de Rubías (Lopez Cuevillas e Lorenzo Fernandez, 1938).

Para alguns autores, as estátuas de guerreiros galaicos podem representar príncipes, e os sítios onde estas são encontradas corresponder às capitais dos *populi* (Alarcão, 1998), o que colocaria este povoado, num período de romanização sob a jurisdição e administração central, neste caso a de *Bracara Augusta*. Para outros, ao contrário de representarem “*chefes ou príncipes ou guerreiros no sentido individual do termo [...] seriam materializações simbólicas de um grupo de poder*” (Bettencourt, 2003, p.138).

**Descrição física do local:** Este povoado fortificado situa-se num cume sobranceiro à aldeia de Capeludos, na margem esquerda do rio Tâmega, bacia fluvial do Douro. A sua localização permitir-lhe-ia não só controlar o extenso troço do vale deste rio, como observar, em todas as direcções, as movimentações que aí ocorressem.

Geologicamente instala-se em metassedimentos do paleozóico na denominada Unidade de Vale da Égua onde predominam os filitos cinzentos, xistos ampelitosos e alguns liditos, quartzitos e rochas calcossilicatadas (Carta Geológica de Portugal 06-D).



Figura 67 – Pequeno murete, no local do povoado. Poderão ser construções com a pedra das muralhas originais (Pereira 2001).

FOTO: Albertino Sousa

À superfície não se detetam vestígios cerâmicos ou de outro tipo passíveis de cronologia. Pese embora esta falta de informação o sítio tem sido considerado um povoado da Idade do Ferro, sendo daqui proveniente a referida estátua em granito, cujo original se encontra no Museu Nacional de Arqueologia (estátua Inv. E8230), existindo mais duas réplicas, uma no primeiro piso do Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar e outra na praça João Paulo II desta mesma vila, sobre um pedestal. A parte da estátua mede 1, 17 m de altura..

**Acessos:** A norte, após a povoação de Capeludos (Rua da Tapada / Rua do Toital), o povoado situa-se no monte que daí se observa.



Figura 68 - Réplica da estátua do Guerreiro de Capeludos, visível na Praça João Paulo II (Vila Pouca de Aguiar).

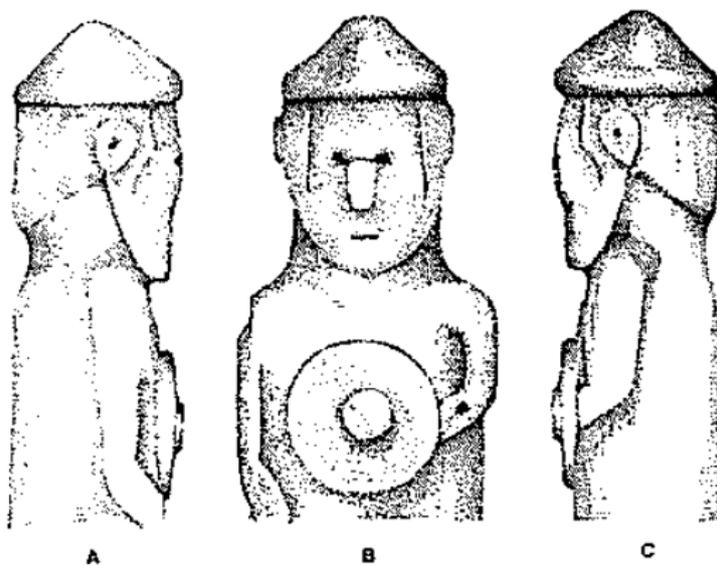


Figura 69 - Estátua do Guerreiro de Capeludos. Desenho (Silva, 1986).



Figura 70 - Possível reconstituição da estátua do guerreiro de Capeludos (Maratona de Arqueologia Virtual).

Estado de conservação: À superfície não se veem quaisquer estruturas, quer da muralha, quer de outra parte que tenha pertencido ao povoado, tendo , provavelmente, atingido um “*estado de destruição quase completo [...] que só uma avaliação mais consistente, baseada em sondagens arqueológicas*” (Pereira, 2001) poderá ajudar a definir.

Ameaças: Dado o mau estado de conservação do povoado, excetuando ações que impliquem movimentação de terras, não se encontram ameaças que piorem a situação deste sítio arqueológico.

#### Quadro 12 – Análise SWOT do Monte do Castelo

<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTES FRACOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vista norte para o rio Tâmega e vale onde este encaixa.</li> <li>• Quase totalidade do percurso até à base do monte realizável de carro.</li> <li>• Ambiente rural tradicional da aldeia de Capeludos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem estruturas visíveis.</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilidade de uma investigação arqueológica com escavação expor estruturas e trazer novos científicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Muitos outros sítios dentro e fora do concelho com muito mais interesse histórico e arqueológico para serem visitados.</li> </ul>

#### Referências bibliográficas:

Vasconcelos 1903, Vasconcelos 1913, Lopez Cuevillas et Lorenzo Fernandez 1938, Alarcão 1998, Silva 1986, Bettencourt 2003, Fonte 2015.

## 10. Areal (CNS 17883)

Divisão administrativa

Lugar: Areal

Freguesia: Sabroso de Aguiar

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.56893, W -7.60514 | Alt. 577m

Tipologia: Necrópole

Período cronológico: Idade Média



Figura 71 - Localização da Necrópole de Areal no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 60 (IGEo, Ed. 3, 2013).

Descrição física do local:

Sepulturas escavadas na rocha situadas em zona de suave declive, a sul do Monte de Grulha, que se ergue sobranceiro ao lugar de Sabroso de Aguiar. Uma mancha de pinheiro bravo cobre quase por inteiro o local, estendendo-se homogeneamente nas direções N , NO e O (figura 72).

A este observa-se o vale de Aguiar, em particular a área circundante entre Vreia de Bornes e Bornes de Aguiar, a oeste a exploração granítica no lugar do Fojo e a Sul, um dos cursos do rio Avelames, afluente do Tâmega, da bacia fluvial do Douro.

Dominam os granitos de grão médio porfiroide – denominado granito de Pedras Salgadas – pese embora nas proximidades se encontrem bolsas de granito de grão fino de duas micas (Carta Geológica de Portugal 06-D).



Figura 72 - Zona de declive onde se implantam as sepulturas.

**Descrição do sítio arqueológico:** Pequeno conjunto de duas sepulturas escavadas na rocha, em afloramento granítico, ambas antropomórficas, a primeira individual e a segunda, aparentemente dupla (Soares, 2001).

No trabalho de campo só encontramos uma sepultura individual (figura 73), o que pode ser explicado pela intensa vegetação arbustiva que cobria o local na data de visita.

A sepultura identificada está orientada a  $285^{\circ}$  W tendo a cabeceira e a zona de encaixe dos ombros muito bem delineados (figura 74).

Apresenta um comprimento máximo de 170 cm, a largura nos ombros de 50 cm afunilando para 26 cm na zona dos pés.

**Acessos:** No sentido S – N, seguindo pela EN2, após a localidade de Pedras Salgadas, corta-se à esquerda para a CM1149 em direção à localidade de Bragado. Percorre-se cerca de 1000 metros e corta-se à direita para uma pequena estrada de calçada. A sepultura encontra-se a 50 metros NE.



Figura 73 - Vista E sobre o afloramento granítico onde se implanta a sepultura.



Figura 74 - Pormenor de sepultura antropomórfica.

Estado de conservação: A sepultura encontra-se bem conservada, com todos os elementos necessários para a sua caracterização visíveis.

**Ameaças:** A exposição a elementos naturais como chuva, vento e os líquenes e musgos - de resto transversais em todas as sepulturas escavadas na rocha no concelho – aparentam ser os únicos desafiadores à conservação deste elemento patrimonial.

A vegetação dificulta e, no limite, impede a visibilidade, tal como foi sentido no trabalho de campo.

Quadro 13 – Análise SWOT das Sepulturas do Areal

<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTOS FRACOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sepulturas bem conservadas.</li> <li>● Bons acessos viários e curto percurso pedonal até ao local.</li> <li>● Proximidade ao centro da Vila.</li> <li>● Vista desafogada sobre o Vale de Aguiar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sinalética e painéis informativos não existentes.</li> <li>● Vegetação arbustiva domina o local e dificulta a visita.</li> <li>● Complexo arqueológico pequeno.</li> <li>● Vista para a pedreira.</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de integrar as sepulturas em itinerário temático com outros conjuntos de necrópoles medievais do concelho.</li> <li>● Caminho viário antecede e / ou cruza outros sítios arqueológicos do concelho, podendo ser explorado como ponto de passagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Não estão contempladas medidas de conservação do monumento e programas culturais / sociais para a sua valorização.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Soares 2001.

## 11. Sepultura da Parada (CNS 33208)

Divisão administrativa

Lugar: Parada

Freguesia: Sabroso de Aguiar

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.46860, W -7.65515 | Alt. 727m

Tipologia: Sepultura

Período cronológico: Idade Média



Figura 75 - Localização da Sepultura da Parada no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGEo, Ed. 3, 2013).

Historial:

A única referência a este local é um artigo de jornal de âmbito regional, *Mensagens Aguiarenses*, do qual a carta arqueológica do concelho de Vila Pouca de Aguiar dá nota (Batata, 2008). Não foi ainda possível obter este artigo de 26 de Novembro de 2002, escrito pelo então diretor Agostinho Chaves, pelo que, a breve descrição da carta arqueológica, é o único elemento comparativo que possuímos.

### Descrição física do local:

Afloramento granítico, ligeiramente sobrelevado no centro da aldeia de Parada.

Encontra-se desviado aproximadamente 600 metros do eixo da EN2, localizando-se na margem esquerda do rio Corgo, afluente do Douro, no início da Serra da Padrela.

É circundada por zonas de bosque e terrenos agrícolas, que a isolam a sul, da aldeia de Zimão, e a norte do centro de Vila Pouca de Aguiar. Aqui predominam os granitos de grão médio a grosseiro (granito da Gralheira) (Carta Geológica de Portugal 06-D).



Figura 76 – Vista para NNO, do afloramento granítico.

Descrição do sítio arqueológico: Identificam-se no topo do afloramento uma sepultura escavada na rocha, muito provavelmente inacabada, quer pela profundidade que apresenta (14 cm), quer pelos cortes retilíneos laterais e ligeiramente ovalados na zona da cabeça e dos pés, não dando grandes evidências de antropomorfismo (figura 77).

Vêm-se, ainda, alguns traços e reentrâncias aparentemente cruciformes e serpentiformes com algumas covinhas (Batata, 2008), mas que poderão não ter origem antrópica e serem extemporâneos da sepultura (figura 78).

A área circundante do afloramento é cortada por algumas construções em pedra - habitacionais, e de apoio agrícola - que poderão impedir uma leitura mais assertiva e global do sítio.

Acessos: Na estrada nacional 2, no sentido N- S (Vila Pouca de Aguiar – Vila real), após o km 40, corta-se à esquerda para a aldeia de Parada (Rua Comendador Francisco Pereira), seguindo-se posteriormente pela estrada de calçada que leva até ao centro da aldeia, onde muito próximo da Capela de Parada (aprox. 50 metros N) se encontra o afloramento granítico.



Figura 77 - Sepultura escavada no afloramento.



Figura 78 - Possíveis motivos cruciformes e serpentiniformes, que nos parecem somente fissuras naturais.

Estado de conservação: A área visível, que não se encontra em propriedade privada, aparenta não estar desgastado. Algumas plantas herbáceas despontam no afloramento e na base deste, mas que não condicionam a visibilidade do mesmo (figura 79).



Figura 79 - Vista para SO do afloramento.

Ameaças: Não se identificam ameaças ao atual estado de conservação, excetuando as normais erosões que as ações naturais e o tempo têm sobre o material pétreo, em particular o granito.

#### Quadro 14 – Análise SWOT da Sepultura da Parada

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Acessível na íntegra em veículo motorizado.</li> <li>● Aldeia com com diferentes construções de inícios e meados do século XIX (habitações, canastros) que embelezam o passeio.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Sepultura inacabada.</li> <li>● Carece de investigação para se contextualizar e explicar melhor o sítio.</li> <li>● Envolvente não agradável com poste de luz próximo.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de se integrar em itinerário temático das sepulturas escavadas na rocha.</li> <li>● Possibilidade de estudar e valorizar um sítio pouco conhecido.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● No concelho de Vila Pouca de Aguiar e no noroeste peninsular existem núcleos de sepulturas escavadas na rocha em maior número e melhor conservadas.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Batata 2008.

## 12. Monte Minhéu (CNS 3105)

Divisão administrativa

Lugar: Minhéu

Freguesia: Pensalvos e Parada de Monteiros

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.54711, W -7.68679 | Alt. 1165m

Tipologia: Monumento megalítico

Período cronológico: Neolítico

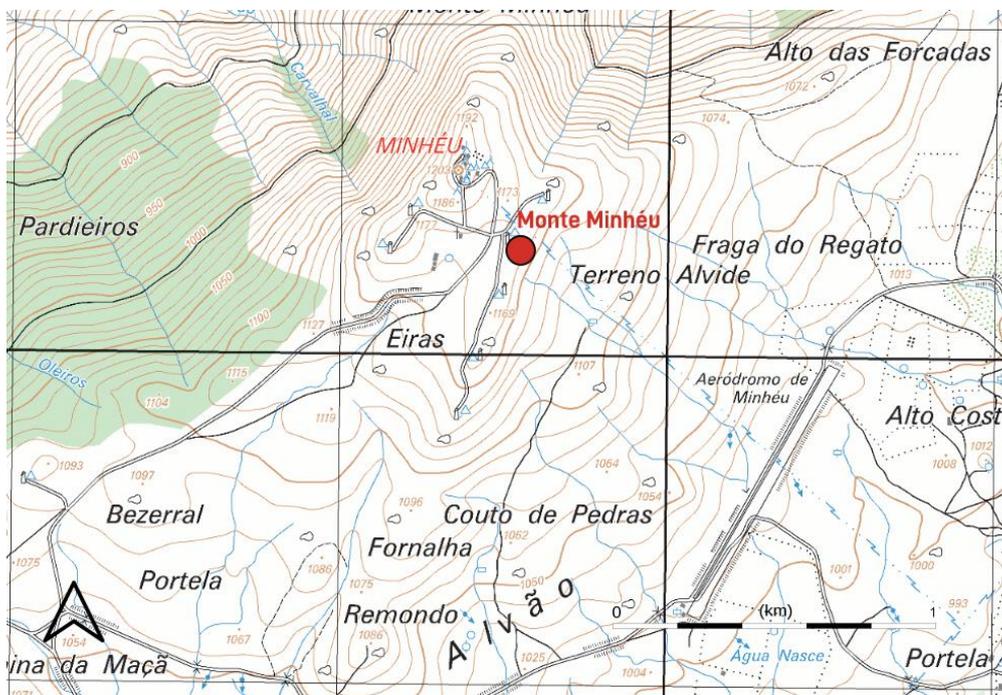


Figura 80 - Localização do Monte Minhéu no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGEO, Ed. 3, 2013).

Historial:

Na publicação resultante dos trabalhos arqueológicos que se iniciaram no inverno de 1894, levados a cabo pelos padres José Brenha e Rafael Rodrigues nos dólmenes espalhados pelo concelho de Vila Pouca de Aguiar, refere-se que, de algumas mamoas como a do Minhéu, já “*só restam signaes*” (Brenha, 1903, p. 692).

Confirma-se a localização deste monumento e o seu estado de conservação com os trabalhos de Domingos Cruz, nos anos 80, (Cruz, 1985) e de João Vilanova, nos anos 90 (Vilanova, 1992), não se conhecendo quaisquer materiais arqueológicos, provenientes de trabalhos de prospeção ou de escavação.

**Descrição física do local:** Este monumento megalítico situa-se no Monte Minhéu, a 450 m a SSE do pico do monte (a 1203 metros de altitude) no limite E de uma pequena zona planáltica que desce ininterruptamente em direção a Pensalvos e Cabanes (figura 81).

Esta área é sobranceira a várias linhas de água, todas elas afluindo para o rio Tâmega: a este o rio Avelames, a sul o ribeiro do Bóco, afluindo na albufeira de Gouvães ao rio Torno, e a norte, o ribeiro do Castelo que alimenta o rio Avelames.

Geologicamente, localiza-se dentro de uma pequena mancha onde predominam os granitos de duas micas sintectónicos, em particular, o granito de grão médio de tendência porfiroide (Carta Geológica de Portugal 06-D).



Figura 81 - Enquadramento paisagístico do monumento megalítico, em primeiro plano. Ao fundo, a serra da Padrela.

Descrição do sítio arqueológico: Monumento de pequenas dimensões, com cerca de 12 metros de diâmetro (Cruz, 1985), cujo frágil estado de conservação acusa as diversas ações de violação e vandalismo sofridas ao longo dos anos (Pereira, 2001).

Observam-se com alguma facilidade os cinco esteios que ainda se preservam, estando três *in situ*, e que formariam a estrutura da câmara que atualmente já não possui tampa. Notam-se, igualmente, vestígios de couraça pétrea sobre o montículo (figura 82).

Acessos: De Vila Pouca de Aguiar deve-se seguir pela N206 até à freguesia do Alvão, onde antes de entrar na localidade da Lixa do Alvão, corta-se à direita para Trandeiras, onde a CM1154 nos levará até ao centro desta aldeia.

Encontrando a capela de Trandeiras corta-se à direita, no sentido N, que nos levará até ao Monte Minhéu dentro de 4,6km.

É possível, também chegar ao monte Minhéu por Afonsim, contudo, não dispomos de tantos km de estrada alcatroada. Assim, optando por esta segunda opção, de Vila Pouca de Aguiar deve-se seguir a M555 até Afonsim. Após passar o centro esta localidade, segue-se o caminho de terra batida que leva até ao miradouro do Monte Minhéu.



Figura 82 - Vista para SE - pormenor dos esteios da câmara que o monumento ainda conserva e placa informativa desgastada.



Figura 83 - Vista para NO, com alguns blocos pétreos espalhados pelo declive.

**Estado de conservação:** O monumento megalítico do Monte Minhéu encontra-se bastante destruído (figura 83). Trabalhos de desmatção, de escavação arqueológica e de musealização, poderão, eventualmente, tornar o local um interessante ponto turístico-didático.

**Ameaças:** Os esteios que sobrevivem estão expostos à vegetação, que cresce de forma bravia durante todo o ano, e aos agentes naturais.

Não estão preconizadas também quaisquer medidas de proteção ao monumento – barreiras físicas *e.g.* – para os visitantes.

Quadro 15 – Análise SWOT do Monte Minhéu

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Acessível na íntegra em veículo motorizado</li> <li>● Localizado no cume da serra, no Monte Minhéu.</li> <li>● Vista para a serra da Padrela</li> <li>● Conserva ainda vários esteios da câmara o que provavelmente possibilitaria, após escavação, a sua reconstituição.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Monumento parcialmente destruído.</li> <li>● Envolvente alterada pela construção dos aerogeradores do Parque Eólico de Trandeiras.</li> <li>● Placa informativa inoperacional e mal localizada.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Concentra diversos elementos turísticos interessantes: Miradouro do Minhéu, Nicho de Nossa Senhora do Minhéu, Parque de Lazer e Merendas.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Existência de exemplares melhor conservados, quer no município, quer em concelhos vizinhos.</li> <li>● Inexistência de projeto de valorização.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Brenha 1903; Cruz 1985; Vilanova 1992; Pereira 2001.

### 13. Castelo de Pensalvos (CNS 17826)

Divisão administrativa

Lugar: Pensalvos

Freguesia: Pensalvos e Parada de Monteiros

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.58158, W -7.68421 | Alt. 500m

Tipologia: Povoado Fortificado

Período cronológico: Idade do Ferro

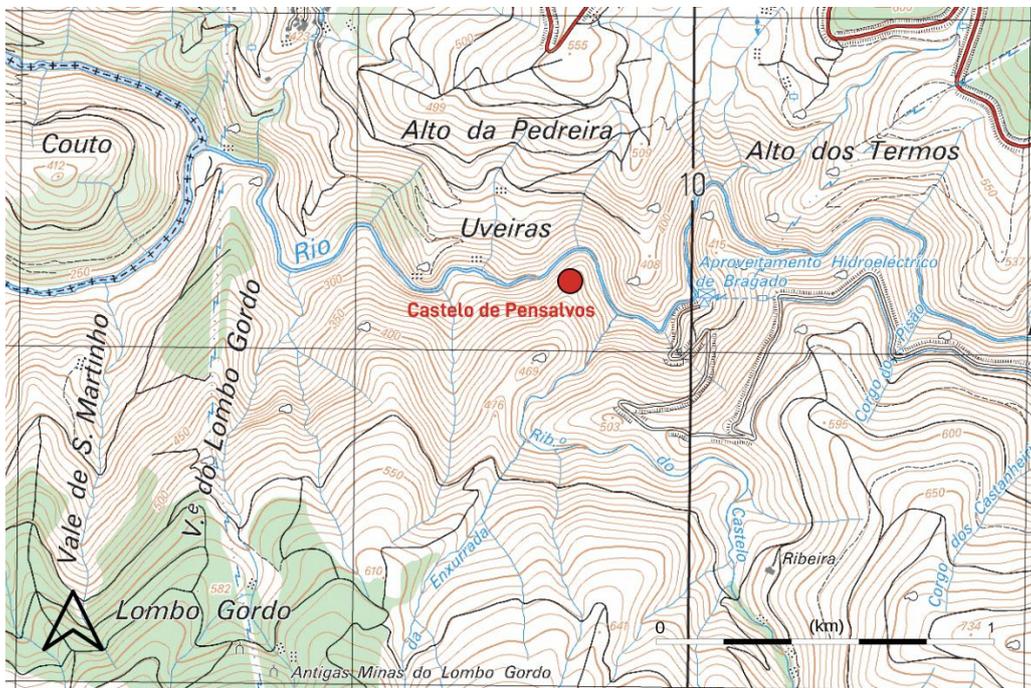


Figura 84 - Localização do Castelo de Pensalvos no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 60 (IGEo, Ed. 3, 2013).

#### Historial:

Não se encontram referências na literatura científica anteriores a 2001 ao Castelo de Pensalvos, e estas correspondem, apenas, a breves descrições. (Pereira 2001; Batata 2008)

Este último autor indica que “*foram detectados materiais de superfície, compostos por cerâmica fina e grosseira*” (Batata 2008, p.102) que se encontram depositados no Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar. No entanto, não se encontrou qualquer material pertencente a este povoado, no acervo do Museu, pelo que não pudemos observar estes materiais.

Descrição física do local: Esporão sobranceiro à margem esquerda do rio Avelames, encostado a um dos últimos meandros do percurso deste rio antes de ele desaguar no rio Tâmega.

A sua implantação permite observar para E e O o percurso do Avelames. Para N, no seu campo de visão visualizam-se diferentes cumeadas, incluindo a atual aldeia de Monteiros.

A proximidade ao rio Avelames poderá relacionar-se com o aproveitamento das aluviões deste rio por parte do povoado (Fonte 2015), numa área onde, frequentemente, ocorre estanho transportando esta rede hidrográfica “*seguramente minerais de cassiterite*” (Fonte 2015, p.180).

Geologicamente a área caracteriza-se pela predominância de filitos cinzentos, xistos ampelitosos e alguns liditos, quartzitos e rochas calcossilicatadas (Carta Geológica 06-D).



Figura 85 – Ortofotomapa SNIG DG Território. Ao centro o esporão onde se implanta o Castelo de Pensalvos, percebendo-se o contorno a Norte que o rio Avelames desenha na sua base.

Descrição do sítio arqueológico: O povoado apresenta duas linhas de muralha, a de altitude superior pertencendo à zona de acrópole, e a mais inferior provavelmente à zona habitacional (Pereira, 2001). Excetuando o lado sul, que permite o acesso ao povoado (Batata 2008) e que apresenta um fosso escavado na rocha, é “*praticamente inacessível por todos os sectores*” (Fonte, 2015, p.180).

Acessos: Na estrada municipal M548 , no sentido E – O (Pensalvos – Soutelo de Matos), ao aproximarmo-nos desta última aldeia, na Rua do Bairro Novo corta-se à direita, a norte, para um estradão de terra batida, que levará até à zona cimeira do povoado.



Figura 86 – Ao fundo, e ao centro, destaca-se o cume onde se implanta o Castelo de Pensalvos.



Figura 87 – Vista geral do Castelo de Pensalvos.

Estado de conservação: O povoado e respetivos acessos não se encontram monitorizado. A vegetação que cresce e domina o monte e a área onde se implanta este monumento



Figura 88 – Pormenor do aparelho construtivo.

FOTO: Albertino Sousa, Carta Arqueológica de Vila Pouca de Aguiar, p. 101.

Ameaças: Atualmente, a vegetação e o desconhecimento do estado de conservação, são as principais ameaças ao monumento.

Quadro 16 – Análise SWOT do Castelo de Pensalvos

PONTOS FORTES	PONTES FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Acrópole marcada por grandes penedos.</li> <li>● Vista para o Tâmega e para as aldeias de Monteiros de Bragado (e.g.).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Desconhecimento do estado atual do povoado.</li> <li>● Falta de estudos e publicações científicas.</li> <li>● Dificil acesso.</li> <li>● Envolvente alterada pela construção dos aerogeradores do Parque Eólico de Trandeiras.</li> <li>● Falta de monitorização.</li> <li>● Vegetação.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de requalificar turisticamente um importante sítio arqueológico.</li> <li>● Proximidade a vias de comunicação e às freguesias de Bornes de Aguiar e de Pensalvos e Parada de Monteiros.</li> </ul>	N/A

Referências bibliográficas:

Pereira 2001; Batata 2008; Fonte 2015.

#### 14. Crasto de Pensalvos (CNS 17823)

Divisão administrativa

Lugar: Pensalvos

Freguesia: Pensalvos e Parada de Monteiros

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.5585, W -7.6827 | Alt. 936m

Tipologia: Povoado Fortificado

Período cronológico: Idade do Ferro

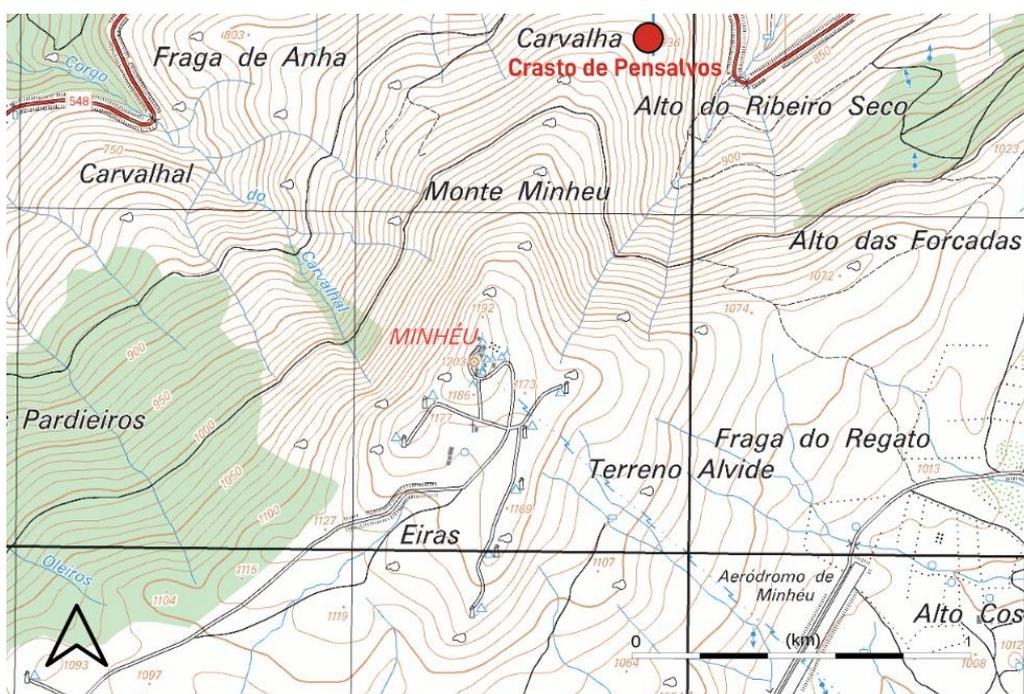


Figura 89 - Localização do Crasto de Pensalvos no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGeo, Ed. 3, 2013).

Historial: À semelhança do povoado fortificado do Castelo de Pensalvos, não se encontram referências na literatura científica anteriores a 2001 ao Crasto de Pensalvos, existindo apenas breves descrições (Pereira, 2001; Batata, 2008)

De igual modo, a cerâmica manual que se indica como estando depositada no Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar, não foi encontrada, não podendo assim, ser reavaliada.

Descrição física do local: Este povoado implanta-se num esporão na vertente norte da Serra do Alvão. Encontra-se sobranceiro, a O do Ribeiro do Castelo que alfei no Rio Avelames.

A zona de declive no qual se implanta, encontra no topo do cume o Monte Minhéu (figura 90), espaço onde permanece a anta do Monte Minhéu (CNS 3105), também esta alvo de avaliação no presente trabalho.

O substrato rochoso é constituído por granitos de duas micas sintectónicos, nomeadamente o granito de grão médio a grosseiro porfiróide (Granito de Santa Marta do Alvão) (Carta Geológica de Portugal 06-D).



Figura 90 - Vista de NNO para SSE, a partir da EM548, para o Monte Minhéu e Crasto de Pensalvos.

Descrição do sítio arqueológico: Apresenta um sistema defensivo monumental “*constituído por uma dupla muralha em granito e por um fosso na encosta Sudoeste*” (Fonte, 2015, p.180).

Acessos: No sentido E – O (Pensalvos – Soutelo de Matos), dirigindo pela M548, após passar esta última localidade, pelo estradão que sobe o monte. Após 310m, o povoado localiza-se do lado esquerdo do caminho, a 90m de distância.

A subida até ao monte tem de ser feita pedonalmente durante aproximadamente 300 metros, com uma inclinação superior a 20% (figura 91).



Figura 91 – Início da íngreme, e de difícil acesso, subida até à área do povoado.



Figura 92 – Pormenor do estado geral de um dos acessos ao povoado.

**Estado de conservação:** A densa vegetação, de pequeno e médio porte, com tronco grosso e tortuoso, e a vasta mancha de árvores, nomeadamente o pinheiro bravo, impossibilitaram traçar com sucesso qualquer caminho até ao povoado, não permitindo, igualmente, avaliar o estado de conservação deste sítio arqueológico.

Não tendo havido obras públicas / privadas, nem trabalhos arqueológicos na área onde se implanta o povoado, presumimos que a sua estrutura se mantenha sensivelmente idêntica à retratada na Carta Arqueológica (Batata, 2008).



Figura 93 – Pormenor do aparelho construtivo.

FOTO: Albertino Sousa

**Ameaças:** Atualmente, a vegetação e o desconhecimento do estado de conservação, são as principais ameaças ao monumento.

Quadro 17 – Análise SWOT do Crasto de Pensalvos

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Registos dão conta de um sistema monumental defensivo.</li> <li>● Vista sul para o Monte Minhéu e norte o campo de visão alcança Parada de Monteiros e o percurso do rio Tâmega.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Desconhecimento do estado atual do povoado.</li> <li>● Falta de estudos e publicações científicas.</li> <li>● Dificil acesso.</li> <li>● Envolvente alterada pela construção dos aerogeradores do Parque Eólico de Trandeiras.</li> <li>● Falta de monitorização.</li> <li>● Vegetação.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de requalificar turisticamente um importante sítio arqueológico.</li> <li>● Proximidade a vias de comunicação e às freguesias de Bornes de Aguiar e de Pensalvos e Parada de Monteiros</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <p>N/A</p>

Referências bibliográficas:

Pereira 2001; Batata 2008.

## 15. Castelo de Aguiar de Pena (CNS 2744)

Divisão administrativa

Lugar: Pontido

Freguesia: Telões

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.46949, W -7.68014 | Alt. 850m

Tipologia: Castelo

Período cronológico: Alta e Baixa Idade Média



Figura 94 - Localização do Castelo de Aguiar de Pena no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGEo, Ed. 3, 2013).

Historial:

É com os trabalhos de Mário Barroca e António Morais nos anos 80 no castelo de Aguiar de Pena e com a publicação de *A Terra e o Castelo – Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena* que se alarga o conhecimento histórico e arqueológico deste monumento e do espaço e tempo que o rodeiam.

Assim, sabe-se que as inquirições de 1220 dão já conta de uma construção castelar que controlava as terras de Aguiar de Pena (Barroca, 1986), sendo seguro que a sua fundação será, mais tardar, dos finais do século XII, inícios do século XIII, com a função de controlar as movimentações de bens e pessoas no importante território que ligava a Terra de Panóias – agora concelho de Vila

Real – a Chaves, e defender o espaço de invasores, em particular no período da reconquista (Barroca 1986).

Descrição física do local: O Castelo de Aguiar de Pena implanta-se num dos montes contrafortes da Serra do Alvão (figura 95) onde predominam os granitos de grão médio a grosseiro porfiroide (Carta Geológica de Portugal 06-D). Na verdade, os batólitos que emergem na paisagem servem igualmente de barreiras naturais de defesa, nomeadamente a E.

Nas frentes norte, este e sul o monumento ergue-se sobre o vale de Aguiar, estando a NO sobranceiro à aldeia homónima do Castelo e é envolvido por áreas de carvalho e castanheiro.

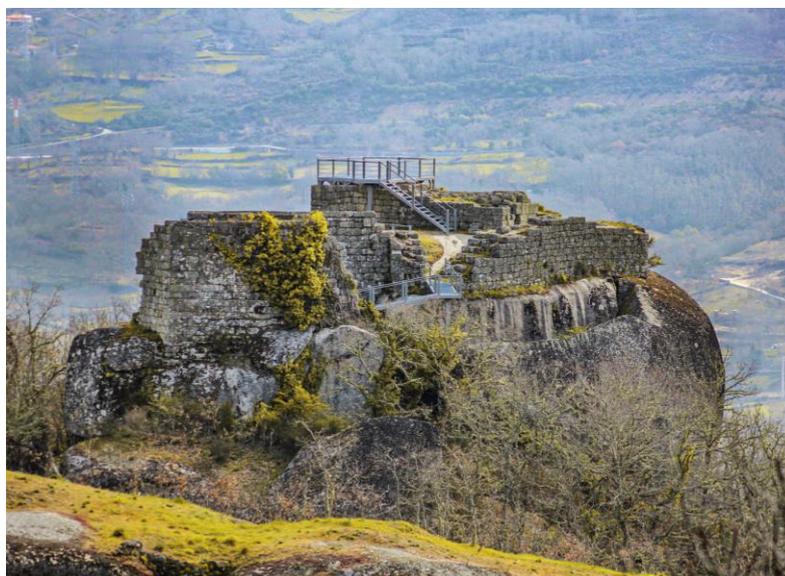


Figura 95 - Enquadramento do Castelo de Aguiar de Pena. Vista O – E.  
© município de vila pouca de aguiar

Descrição do sítio arqueológico: Castelo roqueiro que “*conjuga o aproveitamento dos afloramentos rochosos [...] com um dificultado acesso e um bom campo de visão*” (Barroca 1986, p. 35).

Ainda se reconhecem alguns vestígios de muralha e ainda se mantêm as áreas principais.

Encontramos atualmente a porta da traição, que antecede a entrada na barbacã (figura 96), a sala da seteira (figura 97), com vista para NO, e a zona da acrópole onde ainda sobrevive a cisterna e de onde nasceria a torre de menagem, cujas paredes originais são já inexistentes.

Acessos: Na estrada nacional EN2, no sentido N – S (Vila Pouca de Aguiar – Vila Real), após o km 41, corta-se à direita em direção à aldeia do Pontido pelo CM1160, percorrendo 2,9km até a um pequeno largo entre a Capela do Castelo e o Centro Interpretativo do Castelo.

Os restantes 200 metros que separam até ao Castelo deverão ser percorridos a pé, no sentido NO – SE.

Classificação: Monumento Nacional (Decreto n° 28/82, DR, 1ª série, n°47 de 26/02/1982).



Figura 96 - No plano inferior a barbacã e escada metálica que permite o acesso à sala da seteira.



Figura 97 - Vista (SE – NO) da acrópole para a sala da seteira. No canto superior esquerdo a aldeia do Castelo.

Estado de conservação: As paredes muralhadas e divisões que ainda se preservam da estrutura castelar são visitáveis – todo o ano – e beneficiaram de obras de apoio e segurança à visita (pontes e varandas metálicas). Algumas encontram-se incompletas e / ou derrubadas.



Figura 98 - Sinalização do trilho que conduz do Centro Interpretativo do Castelo ao monumento.

Ameaças: A vegetação que cresce nalgumas fendas e fissuras entre os blocos das muralhas contribuirá para acelerar o desmoronamento das paredes, se não removida com regularidade.

#### Quadro 18 – Análise SWOT do Castelo de Aguiar de Pena

PONTOS FORTES	PONTES FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Monumento Nacional classificado.</li> <li>● Monumento muito procurado no âmbito da rota da Estrada Nacional 2.</li> <li>● Sinalização adequada (figura 98).</li> <li>● Percurso pedonal até ao Castelo curto, e de baixo nível de dificuldade.</li> <li>● Visitável todos os dias e em autonomia.</li> <li>● Vista sobre o vale de Aguiar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Centro Interpretativo não se encontra em funcionamento.</li> <li>● Torre de menagem inexistente.</li> <li>● Blocos das paredes ameaçados pela vegetação.</li> <li>● Falta de monitorização global.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Inserido no recém-criado percurso pedestre de pequena rota “Trilho do Castelo”.</li> <li>● Contexto paisagístico muito interessante.</li> <li>● Possibilidade de criar eventos temáticos medievais.</li> <li>● Possibilidade de realizar eventos culturais no exterior e interior do monumento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Outras fortificações do distrito de Vila Real (Chaves e Montalegre) melhor preservadas e / ou musealizadas.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Barroca 1986.

## 16. Povoado do Castelo de Aguiar (CNS 2718)

Divisão administrativa

Lugar: Castelo

Freguesia: Telões

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.46985, W -7.67736 | Alt. 807m

Tipologia: Povoado Fortificado

Período cronológico: Calcolítico, Bronze Final, Ferro, Romano



Figura 99 - Localização do Povoado do Castelo de Aguiar no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGEO, Ed. 3, 2013).

Descrição física do local: Este povoado “*integra-se num esporão avançado da abrupta escarpa de falha que domina o vale do rio Corgo, no seu troço inicial entre Soutelo de Aguiar e Telões*” (Jorge, 1986, p.573).

Vira as costas à estrutura castelar medieval do castelo de Aguiar de Pena, mas permite fácil acesso à zona fértil do vale de Aguiar e a algumas linhas de água, afluentes do rio Corgo, como a Ribeira do Soutelo a E e o regato da Coruja a N, que poderiam ter “*desempenhado uma função importante*”

na alimentação de solos potencialmente agricultáveis e eventualmente utilizados pelos ocupantes do povoado” (Jorge, 1986, p.574).

Hoje, a área contém carvalhos, castanheiros, pinheiros e sobreiros, sendo usadas, ainda, algumas zonas para agricultura e pastorícia, essencialmente de gado bovino.

Tal como no Castelo de Aguiar de Pena, estando os dois sítios arqueológicos afastados somente cerca de 200 metros, predominam os granitos de grão médio a grosseiro porfiroide (Carta Geológica de Portugal 06-D)

É atravessado por dois percursos pedestres de pequena rota – o trilho interpretativo (PR1) da *veronica micrantha*, espécie de flora endémica do noroeste da península ibérica, e o trilho interpretativo (PR2) das aves de rapina, como a coruja-das-torres (*tyto alba*), a coruja-do-mato (*strix aluco*) e a águia-cobreira (*circaetus gallicus*).



Figura 100 - Vista para NO de uma das áreas protegidas pelos gigantes batólitos graníticos, a N do estradão que rasgou o povoado.

Descrição do sítio arqueológico: Povoado pré-histórico localizado a meia encosta, que apresenta diferentes fases de ocupação, sendo a mais antiga atribuída ao Neolítico Final / Calcolítico. Regista ocupações posteriores do Bronze Final, da Idade do Ferro e época romana (Jorge, 1986).

Atualmente não estão visíveis as estruturas expostas nas escavações dos anos 80, nem outras fora da área de 107m<sup>2</sup> que aí foi investigada.

Contudo, e dado se suspeitar que área do povoado se estenda para N e NE, “*provavelmente até a altitudes de 780 e 790 m*” (Jorge, 1986, p.574) é verosímil que futuras campanhas arqueológicas, a existir, possam contribuir não só para um maior conhecimento do povoado, como para novos pontos de interesse arqueológico musealizáveis.

Foram encontrados 721 fragmentos cerâmicos (267 decorados e 454 lisos) que se encontram na reserva do Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar e algum material lítico, constituído por treze pontas de seta, duas em xisto, quatro em sílex e sete em corneana, que se encontram ao cuidado do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto. Registaram-se ainda outras estruturas, um murete, buracos de poste e fossas.

#### Historial:

No decorrer da abertura de um estradão foram identificadas algumas camadas arqueológicas e estruturas pétreas, tendo a área sido alvo de intervenções arqueológicas, na década de 80 do século XX.

Referimo-nos às três campanhas arqueológicas realizadas entre 1982 e 1984 e dirigidas por Susana de Oliveira Jorge, o que permitiu detetar um povoado calcolítico, uma ocupação do Bronze Final e evidências romanas.

A obra *Povoados da pré-história recente da região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar, (Trás-os-Montes Ocidental) : bases para o conhecimento III<sup>o</sup> e princípios do II<sup>o</sup> milénios A.C. no Norte de Portugal*, apresentada como tese de doutoramento em Pré-história e Arqueologia à Faculdade de Letras do Porto em 1986, detalha todo o trabalho e resultados aí obtidos e é, até à data, o melhor e mais extenso documento sobre o conhecimento do povoado.

A ocupação da Idade do Bronze foi ainda estudada em dissertação de mestrado por Margarida Santos Silva (1999), caracterizada por se encontrar na vertente nordeste do monte e por uma fossa, um piso e uma eventual estrutura defensiva.

**Acessos:** Após sair da EN2, em direção à aldeia do Pontido, deve-se dirigir pela CM1160 em direção ao Castelo de Aguiar de Pena.

Termina-se o percurso viário no largo com sanitários de apoio que antecedem a restante subida para o Castelo e o Centro Interpretativo, e desce-se a encosta por um estreito caminho de terra batida, no sentido SE, cerca de 650 metros.



Figura 101 - Perspetiva da zona de declive. Ao fundo, no topo, o Castelo de Aguiar de Pena.



Figura 102 - Trabalhos arqueológicos no povoado – “em primeiro plano observa-se um murete, parcialmente cortado pelo estradão, datável de inícios do IIIº milénio a.C. ; em último plano, ergue-se uma muralha romana assente níveis proto e pré-históricos” Jorge 1986, Vol. II, Est..CCXV).

FONTE: Jorge 1986

**Estado de conservação:** Não estão visíveis, à superfície, quaisquer estruturas escavadas do povoado nos anos 80, pelo que podemos considerar que o estado de conservação é, tal como referido no portal do arqueólogo (Pereira, 2001), mau.

Contudo, salvaguardamos que, parte delas poderão ter sido cobertas pela vegetação e a parte do povoado que não foi escavada e conseqüentemente conhecida, esteja ainda por revelar.



Figura 103 - Caminho antigo de pedra que atualmente dá acesso ao local do povoado.

**Ameaças:** As estruturas estudadas nos anos 80 do século XX não estão à superfície, pelo que não há agentes naturais que possam acelerar a sua degradação.

Quadro 19 – Análise SWOT do Povoado do Castelo de Aguiar

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Zona de vale aprazível.</li> <li>● Estudo científico do sítio e conhecimento dos níveis de ocupação.</li> <li>● Existência dos materiais cerâmicos na reserva do Museu.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Inexistência de sinalética.</li> <li>● Estruturas do povoado não visíveis.</li> <li>● Perímetro não delimitado.</li> <li>● Desconhece-se paradeiro do espólio lítico – espólio cerâmico em reserva no Museu de Vila Pouca de Aguiar.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Inserido no recém-adaptado percurso pedestre de pequena rota da “Veronica Micrantha”</li> <li>● Proximidade ao Castelo de Aguiar de Pena.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Não existem políticas de valorização para este sítio.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Jorge 1986 ; Silva 1999; Pereira 2001

## 17. Complexo Mineiro Romano de Tresminas (CNS 3623)

Divisão administrativa

Lugar: Ribeirinha, Covas

Freguesia: Tresminas

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.49401, W -7.5233 | Alt. 841m

Tipologia: Mina

Período cronológico: Romano



Figura 104 - Localização do Complexo Mineiro Romano de Tresminas no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGE, Ed. 3, 2013).

### Historial:

Se as primeiras referências a Tresminas surgem no século XVIII com Jerónimo Contador de Argote nas *Memorias Para a Historia Ecclesiastica Do Arcebispado de Braga*, é nos inícios do século XX que o conhecimento científico sobre esta área mineira tem vindo a ser construído e sistematizado. Nesta etapa, os trabalhos debatem aspetos arqueológicos (Vasconcelos, 1937; Ferreira e Teixeira 1955, Russell Cortez, 1957) e mineralógicos, geológicos e de exploração mineira (Harrison, 1931; Skelton e Jones, 1938, Mackay, 1952, Domergue, 1987), entre outros.

Os trabalhos arqueológicos de Jürgen Wahl que arrancaram na década de 80 do século XX, e que permitiram caracterizar pela primeira vez “*todo o ciclo da produção aurífera, desde a extração do minério (desmonte), até à trituração e moagem, passando depois pela lavagem (separação por gravidade) e pelo tratamento pirometalúrgico*” (Batata, 2017, p. 46).

Nos últimos anos contam-se diversas publicações que contribuem para o estado da arte do *territorium metallorum* de Tresminas / Jales (Martins 2008; Wahl-Clerici 2017, 2021; Redentor 2010; Batata 2017; Martins 2011).

Descrição física do local: O Complexo Mineiro Romano de Tresminas localiza-se no extremo sudoeste da serra da Padrela.

Geologicamente, “*toda a área é constituída por terrenos metassedimentares xistosos da idade Silúrica, em que a mineralização aparece essencialmente nas lenticulas quartzíticas e xistos sericítico-cloríticos e respectivos encostos* (Martins *et. al.* 2011, p. 521).

As linhas de água mais próximas, e indispensáveis para a laboração mineira, são a Oeste o rio Tinhela, afluente do Tua, e a Este, o rio Curros que no seu percurso para sul entre “*vales fortemente encaixados e encostas muito marcadas*” (EIA- Valpaços – Vila Pouca de Aguiar 2010 p.15) desagua no rio Tinhela.

A vegetação é composta essencialmente por mato, com giestas, urzes, torga, tojo, carqueja e sargoaço, e uma área considerável que forma uma floresta de carvalhos. Observam-se com regularidade aves de rapina e diferentes espécies de morcegos que habitam as galerias.



Figura 105 – Corta de Covas, ladeada com as cores da urze roxa e da carqueja amarela.

## Descrição do sítio arqueológico:

Se “*os romanos foram os nossos grandes mineiros da antiguidade*” (Carvalho, Veiga Ferreira 1954 p.20), puderam traduzir o seu engenho e primazia tecnológica no Complexo Mineiro Romano de Tresminas que constitui uma das maiores minas romanas de ouro em jazida primária do Noroeste Peninsular e, “*seguramente, a mais importante do território bracaraugustano*” (Redentor, 2010, p. 122)

À semelhança de outras jazidas (a céu aberto), as estruturas mineiras em Tresminas são de três tipos: os sectores de exploração, formados sobretudo pelas cortas; as estruturas de evacuação e acumulação de materiais estéreis; a rede hidráulica (Sánchez-Palencia, 2015). Estas diversas infraestruturas possibilitavam e facilitavam a extração de ouro<sup>62</sup> destas enormes trincheiras<sup>63</sup>, de que a Corta de Covas e a Corta da Ribeirinha, e em menor escala a Corta de Lagoinhos, são testemunho deste gigantesco empreendimento levado a cabo entre os séculos I e III d.C. Os cerca de 15-20 milhões de toneladas de pedra removidos (Wahl, 1998) traduziram-se em 25 toneladas de ouro extraídas num período de cerca de 250 anos.

Ao sistema de cortas estavam associadas “*diversas galerias de transporte e drenagem de água*” (Batata, 2017), das quais a Galeria dos Alargamentos, que comunicava com a Corta de Covas, é hoje um exemplo visitável no âmbito das visitas guiadas promovidas pelas equipas do Complexo Mineiro Romano.

Porque a água era “*imprescindível a todo o processo de mineração*” (Martins, 2008, p. 66), a condução de água, desde a sua fonte ao local de trabalho, era realizada através de condutas, canais e aquedutos, por açudes e barragens. A Barragem das Ferrarias e a Barragem do Vale das Veias que transportam a água do rio Tinhela, ou os canais provenientes do Rio Curros, são vestígios inequívocos da dimensão e importância da rede hidráulica.

Fruto do elevado número de pessoas que envolvia o controlo, a gestão e o trabalho nas minas, conhece-se ainda outro edificado de apoio à vivência nesta área, como o povoado romano da Veiga da Samardã, a sudoeste da Corta de Covas, cujos trabalhos arqueológicos exibiram casas de habitação e diversos materiais de época romana (Wahl, 1986; Batata, 2017) e o espaço funerário da necrópole da Veiga da Samardã.

---

<sup>62</sup> Registaram-se alguns valores residuais para cobre e prata.

<sup>63</sup> Trincheira ou corta “*é qualquer tipo de vala alongada ou sub-circular, independente das suas dimensões e do tipo de trabalho que as originou e [...] pressupõe um desmonte lateral de um monte*” (Martins 2008 p. 50).

Por fim, através de reconhecimento geofísico por geo-radar (GPR), tem-se tentado afinar uma outra estrutura significativa<sup>64</sup>, localizada na frente de exploração da Corta de Covas, cujo “talude de forma elíptica com uma mais fraca definição na zona Sudeste-Este” (Martins *et. al.* 2011, p. 523) e outros dados obtidos indiciam “a possibilidade de se estar perante uma estrutura de anfiteatro” (Martins *et. al.* 2011, p. 524).

Paralelamente, compreende ainda um Centro Interpretativo - edifício composto por dois pisos e átrio interior, que albergam a área expositiva – e um segundo polo (polo da biodiversidade) que inclui um anfiteatro ao ar livre.



Figura 106 – Centro Interpretativo (Polo 1).



Figura 107 – Em destaque, anfiteatro ao ar livre, na área do polo 2. Observa-se à direita a Igreja de S. Miguel de Tresminas e o centro interpretativo (polo 1), bem como algumas habitações da aldeia de Tresminas.

---

<sup>64</sup> Identificada por Jürgen Wahl nos seus diversos trabalhos no território mineiro de Tresminas.

**Acessos:** Na direção O – E (Vila Pouca de Aguiar – Tresminas), o parque arqueológico, após a R206, é acessível tanto por Tinhela de Cima como por Tinhela de Baixo percorrendo o CM1162.

**Estado de conservação:**

O Complexo Mineiro Romano de Tresminas é um exemplar único no território nacional, sendo que as três cortas mineiras e as galerias encontram-se num estado muito próximo dos últimos trabalhos mineiros aí realizados nos finais do século III d.C.

**Ameaças:**

O Complexo Mineiro Romano de Tresminas está valorizado turisticamente, é monitorizado e possui uma equipa que de forma permanente assegura o seu bom funcionamento. Continua a receber obras de adaptação e melhoria da qualidade da visita como um edifício de apoio às cortas e galerias, aquisição de equipamentos de suporte às visitas guiadas, publicação de conteúdos científicos e estudo geotécnico das galerias subterrâneas.

Deste modo, não se prevê que haja qualquer deterioração das estruturas e ameaças relevantes à conservação da área do Complexo.

Quadro 20 – Análise SWOT do Complexo Mineiro Romano de Tresminas

PONTOS FORTES	PONTES FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sítio arqueológico único em Portugal.</li> <li>● Diversidade de estruturas do Complexo: Cortas mineiras, galerias, poços, canais, barragens, aquedutos, povoado, núcleo habitacional, necrópole</li> <li>● Existência de trilhos (autonomia e visita guiada).</li> <li>● Património natural da serra da Padrela.</li> <li>● Existência de Centro Interpretativo.</li> <li>● Possibilidade de visita guiada com guia.</li> <li>● Publicações científicas contínuas, recentes e em elaboração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sítio arqueológico isolado.</li> <li>● Inexistência de serviços como comércio ou restauração quer na área do complexo quer na aldeia de Tresminas onde se localiza o Cento Interpretativo.</li> <li>● Parte do percurso de difícil acesso a portadores de deficiências físicas.</li> <li>● Perda de sinal de rede de comunicações.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Integrado na EXARC, rede de Museus ao Ar Livre e de Arqueologia Experimental, com membros de 25 países.</li> <li>● Em análise proposta de classificação para ascender a Monumento Nacional.</li> <li>● Articulação para aumento de visitantes através de centros escolares, instituições e promotores de turismo.</li> <li>● Contexto paisagístico muito interessante.</li> <li>● Possibilidade de explorar em visita diferentes áreas científicas – arqueologia, geologia, biologia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Manutenção e gestão do parque arqueológico dispendioso.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Botelho 1907; Vasconcelos 1937, Skelton e Jones 1938; Ferreira e Teixeira 1955; Mackay 1957; Domergue 1987; Wahl 1986, 1993, 1998; Soares 2001; Batata 2008; Martins 2008; Martins et al. 2011; Sánchez-Palencia 2015; Wahl-Clerici e Helfert 2017; Wahl-Clerici 2021.

## 18. Castelo da Ferramenta (CNS 17999)

Divisão administrativa

Lugar: Valoura

Freguesia: Valoura

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.56805, W -7.5495 | Alt. 652m

Tipologia: Povoado Fortificado

Período cronológico: Idade do Ferro



Figura 108 - Localização do Castelo da Ferramenta no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 61 (IGEO, Ed. 3, 2013).

Historial:

A passagem de diversos arqueólogos pelo concelho de Vila Pouca de Aguiar nas primeiras décadas de noventa, onde se incluem Leite de Vasconcelos, permitiu, através dos seus textos, identificar algumas valiosas referências a alguns povoados fortificados com toponímia sugestiva – castelos, castros, monte).

Não é o caso no Castelo da Ferramenta em que a primeira publicação se encontra em 2001, por Mário Rui Soares, informação duplicada posteriormente em 2008 na Carta Arqueológica por Carlos

Batata. Indica este primeiro que apesar de não se terem encontrado materiais à superfície “*o tipo de povoado e de muralhas aponta para a Idade do Ferro*” (Soares, 2001).

#### Descrição física do local:

O Castelo da Ferramenta localiza-se a aproximadamente 750m SSO da aldeia de Valoura, ao qual é sobranceiro. Localiza-se em vertente voltada a nascente, na margem esquerda da ribeira do Freixo, que a N aflui à ribeira de Oura, afluente do Tâmega.

A S contacta com as aldeias de Barbadães de Cima e Barbadães de Baixo e a N são lhe próximas as aldeias de Valoura e Soutelinho. É um dos últimos territórios aguiarenses ao estabelecer fronteira com os atuais limites do concelho de Chaves, nomeadamente nas freguesias vizinhas de Oura e de Loivos e Póvoa de Agrações.

Estabelece-se em zona de granitoides biotíticos com plagioclase cálcica pós-tecónicos, nomeadamente, granito de grão médio a grosseiro porfiroide (Carta Geológica de Portugal 06-D)



Figura 109 – Ao centro, vista geral do monte onde se implanta o Castelo da Ferramenta.

Descrição do sítio arqueológico: Reconhece-se um povoado fortificado de médias dimensões, possuindo duas linhas de muralha, visíveis nos lados N e O (Soares, 2001).

O interior do povoado preserva “*numerosos e grandes rochedos graníticos, nalguns dos quais são bem visíveis buracos de poste, havendo várias plataformas no meio dos rochedos*” (Soares, 2001) Não tendo materiais associados que facilitem uma maior evidência cronológica, a tipologia do povoado é consentânea com outros identificados concelho de Vila Pouca de Aguiar, balizados na Idade do Ferro.

**Acessos:** Na estrada M547, no sentido N – S (Soutelinho do Mezio – Barbadães de Baixo), corta-se à esquerda para um trilho que deve ser percorrido pedonalmente. Após 130 metros, aproximadamente, na primeira bifurcação deste caminho de floresta, segue-se o caminho à direita, percorrendo, 280 metros até ao topo do monte onde se implanta o Castelo da Ferramenta.

Se o primeiro terço do caminho se encontra limpo, e é um percurso muito fácil e até aprazível, o restante encontra-se densamente preenchido com vegetação arbórea e arbustiva.

A subida até ao povoado, já difícil pela sua estratégica implantação, torna-se ainda mais dura e dificultada pelas giestas, ramos e árvores (pinheiros essencialmente) que cobrem toda a área.



Figura 110 - Pormenor da linha de muralha virada a NE adossada a grandes afloramentos.

FOTO: Albertino Sousa



Figura 111 – Vista E demonstrando a densa vegetação que dificulta o acesso à acrópole do povoado.

**Estado de conservação:** Algumas das estruturas permanecem bem preservadas, como parte das linhas de muralha, bem como os negativos deixados pelos buracos de poste no afloramento. Não existindo estudos.

**Ameaças:** Apontam-se os agentes naturais como os principais elementos agressores ao monumento.

Quadro 21 – Análise SWOT do Castelo da Ferramenta

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Linhas de muralha bem preservadas.</li> <li>● Vista para a serra da Padrela.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Inexistência de estudos científicos.</li> <li>● Sinalética e painéis informativos não existentes.</li> <li>● Extrema dificuldade de acesso a portadores de deficiências motoras - impossibilidade de fazer uma parte do percurso em qualquer tipo de veículo motorizado.</li> <li>● Desconhece-se espólio associado ao povoado.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de integrar itinerário temático de povoados fortificados do concelho.</li> <li>● Contexto paisagístico muito interessante.</li> <li>● Possibilidade de explorar em visita diferentes áreas científicas – arqueologia, geologia, biologia.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Não estão contempladas medidas de conservação do monumento e programas culturais / sociais para a sua valorização.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Soares 2001; Batata 2008.

## 19. Cidadelha de Aguiar (CNS 501)

Divisão administrativa

Lugar: Cidadelha

Freguesia: Vila Pouca de Aguiar

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.51636, W -7.65233 | Alt. 913m

Tipologia: Povoado fortificado

Período cronológico: Idade do Ferro

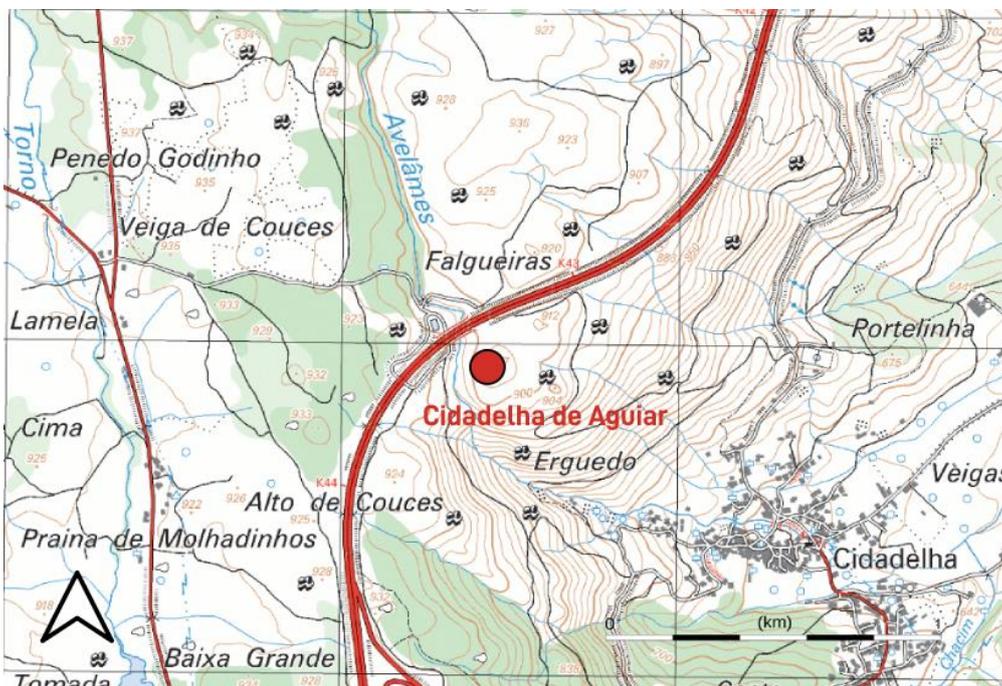


Figura 112 - Localização de Cidadelha de Aguiar no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGEO, Ed. 3, 2013).

### Historial:

Encontram-se as primeiras referências ao povoado fortificado de Cidadelha em meados do século XVIII, no “*Diccionario Geográfico*” do padre Luiz Cardoso, onde refere que “*em hum [monte], se achão ruínas de antiga povoação, cujos muros estão ainda em partes levantados espaço de cincoenta passos de distância: tem altura de oito pés, e em partes todos feitos de pedra louzada, bem fechados e fortes*” (Cardoso, 1747, p. 644).

Já no século XIX, na publicação de Augusto Leal “Portugal Antigo e Moderno”, vol. XI de 1873, o autor relata que o nome “*parece [...] revelar a existência d’uma povoação importante e fortificada n’aquelle sítio, em tempos remotos*” (Leal, 1873, p. 903).

Os trabalhos de Domingos Cruz na Serra do Alvão, em 1985, confirmam a existência e localização do sítio, onde era “*observável um troço da muralha, de pedra aparelhada e possança, em algumas zonas, de 2 metros*” (Cruz, 1985, p 402).

Os trabalhos desenvolvidos já nos inícios do século XXI (Soares, 2001; Dinis, 2001; Canha, 2004; Canha e Alves, 2005) se, por um lado actualizam o conhecimento sobre o povoado e o seu estado de conservação não acrescentam novos dados, nem dão conhecimento de materiais à superfície que com este se pudessem relacionar.

#### Descrição física do local:

O povoado fortificado localiza-se num cume de altimetria regular, cuja posição geográfica oferece-lhe uma ampla vista sobre o vale de Aguiar, ao qual é sobranceiro.

Posiciona-se ainda na margem esquerda do rio Avelames, afluente do Tâmega, onde são predominantes os granitos de grão médio a grosseiro porfiroide (Carta Geológica de Portugal 06-D).



Figura 113 - Cumeada aplanada do povoado - Vista E do povoado para o Vale de Aguiar.

Descrição do sítio arqueológico: Povoado fortificado com características que o inserem cronologicamente na Idade do Ferro. Este apresenta uma única linha de muralha, “*bem visível pelo seu grande talude de derrube*. (Batata, 2008) localizado na parte este e norte do monte.

A oeste, o local afigere de condições naturais de defesa concretizadas pelo declive existente em direção ao vale e pelos batólitos graníticos que se encontram no terreno.

Acessos: Pela estrada M555 na direção Vila Pouca de Aguiar – Afonsim, corta-se à direita na direção de Cabanes para a CM1155 e, cerca de 130 metros depois, novamente à direita para caminho de terra batida que irá levar a local próximo do povoado debaixo da A24.

Classificação: Imóvel de Interesse Público (Decreto nº 29/90, DR, 1ª série, nº163 de 17/07/1990)



Figura 114 - Vista geral da muralha, direção E – O.



Figura 115 - Pormenor da linha de muralha, direção E – O. Parece haver um bastião em primeiro plano.

**Estado de conservação:** A linha de muralha única encontra-se razoavelmente bem conservada, sendo legível o aparelho construtivo e parte do seu traçado. A vegetação arbustiva na linha de muralha e na zona interior do povoado limita bastante a visibilidade do sítio e, inclusive, o acesso ao mesmo.

**Ameaças:** O povoado, não fazendo parte atualmente de itinerários turísticos, não é visitado com frequência, pelo que a vegetação e a erosão serão os principais agentes perturbadores da sua longevidade.

Quadro 22 – Análise SWOT de Cidadelha de Aguiar

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Linha de muralha a N bem preservada.</li> <li>● Percorso pedonal até ao povoado curto e de baixa dificuldade.</li> <li>● Vista sobre o Vale de Aguiar.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Falta de estudos sistemáticos.</li> <li>● Falta de monitorização das ruínas existentes.</li> <li>● Sinalética e painéis informativos não existentes.</li> <li>● Extrema dificuldade de acesso a portadores de deficiências motoras - impossibilidade de fazer uma parte do percurso em qualquer tipo de veículo motorizado.</li> <li>● Perímetro não delimitado.</li> <li>● Desconhece-se espólio associado ao povoado.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de integrar itinerário temático de povoados fortificados do concelho.</li> <li>● Contexto paisagístico muito interessante.</li> <li>● Possibilidade de explorar em visita diferentes áreas científicas – arqueologia, geologia, biologia.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Não estão contempladas medidas de conservação do monumento e programas culturais / sociais para a sua valorização.</li> </ul>

**Referências bibliográficas:**

Cardoso 1747 ; Leal 1873; Cruz 1985 ;Soares 2001; Dinis 2001; Canha 2004; Canha e Alves 2005; Batata 2008 e dados inéditos.

## 20. Cruz do Coro (CNS 18000)

Divisão administrativa

Lugar: Lameira Longa

Freguesia: Vreia de Bornes

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.54708, W -7.5628 | Alt. 960m

Tipologia: Arte Rupestre

Período cronológico: Indeterminado

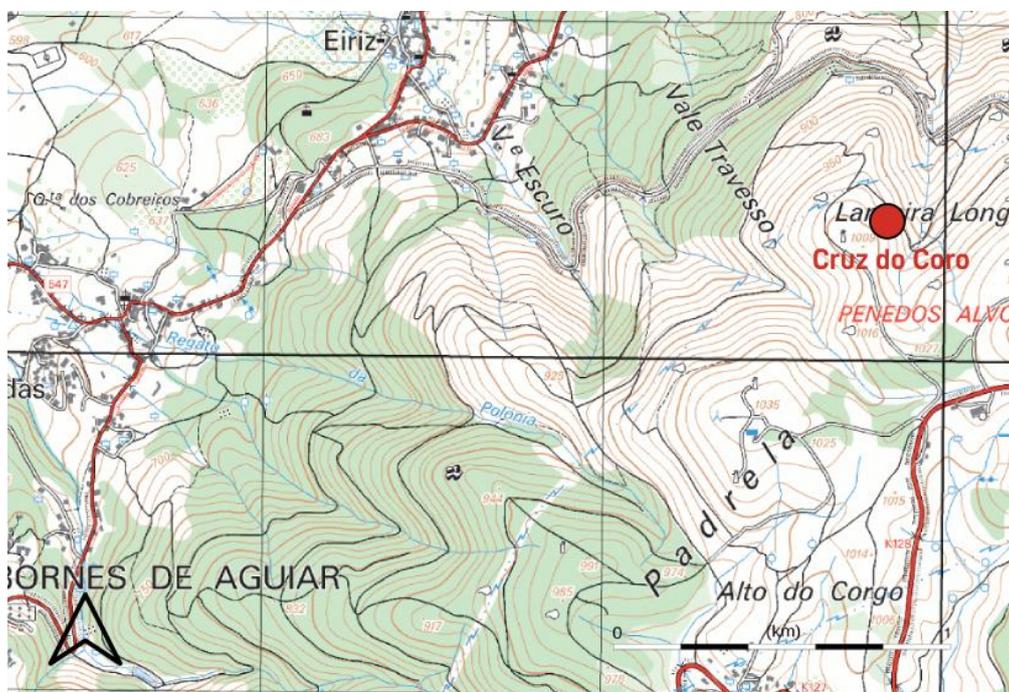


Figura 116 - Localização da Cruz do Coro no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 74 (IGeo, Ed. 3, 2013).

Historial:

As gravuras da Cruz do Coro são achados relativamente recentes, tendo sido descobertas em 2001 no âmbito dos trabalhos de reavaliação de sítios arqueológicos pela extensão de Macedo de Cavaleiros do já extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA).

É realizada uma descrição dos painéis encontrados e os principais motivos gravados.

Em 2008 Lara Bacelar Alves e Mário Reis revisitam o sítio e avançam com um maior número de painéis, passando de seis para catorze.

Para o presente trabalho, a nossa visita não pretendeu alterar o *status quo* desta estação, retificando somente a precisão da localização, nomeadamente as coordenadas geográficas, e descrever um melhor acesso pedonal que, com a construção do parque eólico, deixou de estar condizente com a descrição existente no Portal do Arqueólogo.

**Descrição física do local:** O conjunto de gravuras situa-se em plena serra da Padrela, numa íngreme encosta voltada a E e sobranceira a um pequeno curso de água, o regato da Amieira, que aflui ao rio Avelames.

Encontra-se muito próximo de um aerogerador pertencente ao parque eólico do Alto da Coutada, composto por um conjunto de 51 aerogeradores que atravessam, sensivelmente no sentido SO – NE, as freguesias de Vila Pouca de Aguiar, Tresminas, Bornes de Aguiar e Vreia de Bornes, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, pisando ainda as freguesias de Padrela e Tazém e a de Curros, no concelho vizinho de Valpaços.

No sentido Norte, há uma grande amplitude visual, observando-se a envolvente até largos quilómetros, nomeadamente diversas aldeias das freguesias de Vreia de Bornes, Sabroso de Aguiar e Bornes de Aguiar, em particular as mais próximas ao ponto de observação, como as de Barbadães de Cima e Barbadães de Baixo.

Excetuando nos novos acessos de terra batida que foram construídos para as diversas cumeadas da Serra da Padrela para acesso aos diferentes aerogeradores, a zona onde se localizam as gravuras da Cruz do Coro possui uma grande e densa mancha de pinheiro bravo e giestas.



Figura 117 - Com fraca visibilidade do caminho de terra batida, as gravuras escondem-se atrás da densa vegetação de pinheiros e giestas.

Descrição do sítio arqueológico: As gravuras da Cruz do Coro ocorrem num maciço rochoso de xistos-quartzíticos de cor avermelhada onde se inventariaram, em 2008, catorze painéis gravados (Alves e Reis, 2009). A superfície rochosa, muito irregular, estende-se cerca de 50 metros no sentido S – N (Soares, 2001).

Observam-se, nos motivos gravados, nomeadamente, “*duas grandes variantes tipológicas: motivos de contorno sub-retangular e quadrangular e [...] o que se pode considerar o típico motivo desta estação [...] o contorno subtriângular.* (Alves e Reis 2009 p.78). No topo de um dos blocos existem duas cavidades retangulares, com alguma profundidade, que poderiam ter servido de encaixe para uma outra estrutura (Alves e Reis, 2009). Nalguns locais distinguem-se ainda covinhas e motivos tendencialmente circulares.

Acrescentamos que poderá não ser conhecida a extensão total deste sítio arqueológico, sendo o terreno escarpado e a densa vegetação os dois grandes obstáculos aos trabalhos de registo e inventariação.

Acessos: Na estrada R206, no sentido SO – NE entre Balugas e Lagoa, em frente a uma vacaria, corta-se à esquerda para um caminho de terra batida em direção ao aerogerador nº10 (de acordo com o RECAPE) do parque eólico do Alto da Coutada.

Deste ponto, começa-se a descer o monte, circundando o aerogerador pelo lado direito, no sentido O – E. Após percorrer aproximadamente 400 metros, o afloramento com as gravuras encontra-se do lado esquerdo da estrada, a 15 / 20 m para o interior do vale.



Figura 118 – Painel gravado com arte esquemática.



Figura 119 – Painel gravado com arte esquemática, entre outros motivos.



Figura 120 - Encaixes retangulares.

Estado de conservação: As rochas permitem uma satisfatória leitura das gravuras sendo que, comparativamente a outras manifestações de arte rupestre pré e proto-históricas do território nacional, os sulcos e insculpturas aparentam boa delineação e estado de conservação.

Ameaças: Se a vegetação dificulta o acesso a estas e a áreas envolventes, também se impõe como barreira contra agentes naturais.

Quadro 23 – Análise SWOT da Cruz do Coro

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Exemplar raro no concelho.</li> <li>● Parte das gravuras os painéis bem destacadas e visíveis.</li> <li>● Vista sobre a Serra do Alvão.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Falta de levantamento dos motivos gravados e estudo exaustivo</li> <li>● Incerteza de cronologia.</li> <li>● Extrema dificuldade de acesso a portadores de deficiências motoras - impossibilidade de fazer uma parte do percurso em qualquer tipo de veículo motorizado.</li> <li>● Sítio de difícil acesso.</li> <li>● Densa vegetação, arbórea e arbustiva.</li> <li>● Não existem publicações dedicadas às gravuras da Cruz do Coro.</li> <li>● Não valorizado turisticamente.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Contexto paisagístico muito interessante.</li> <li>● Possibilidade de explorar em visita diferentes áreas científicas – arqueologia, geologia, biologia.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Exemplares com maior dimensão e valorização no norte de Portugal.</li> </ul>

Referências bibliográficas:

Soares 2001 ; Gomes 2002 ; Alves e Reis 2009 e dados inéditos.

## 21. Ponte do Arco (CNS 18008)

Divisão administrativa

Lugar: Alto da Prambeira

Freguesia: Vreia de Jales

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.40657, W -7.6081 | Alt. 697m

Tipologia: Ponte

Período cronológico: Época Romana

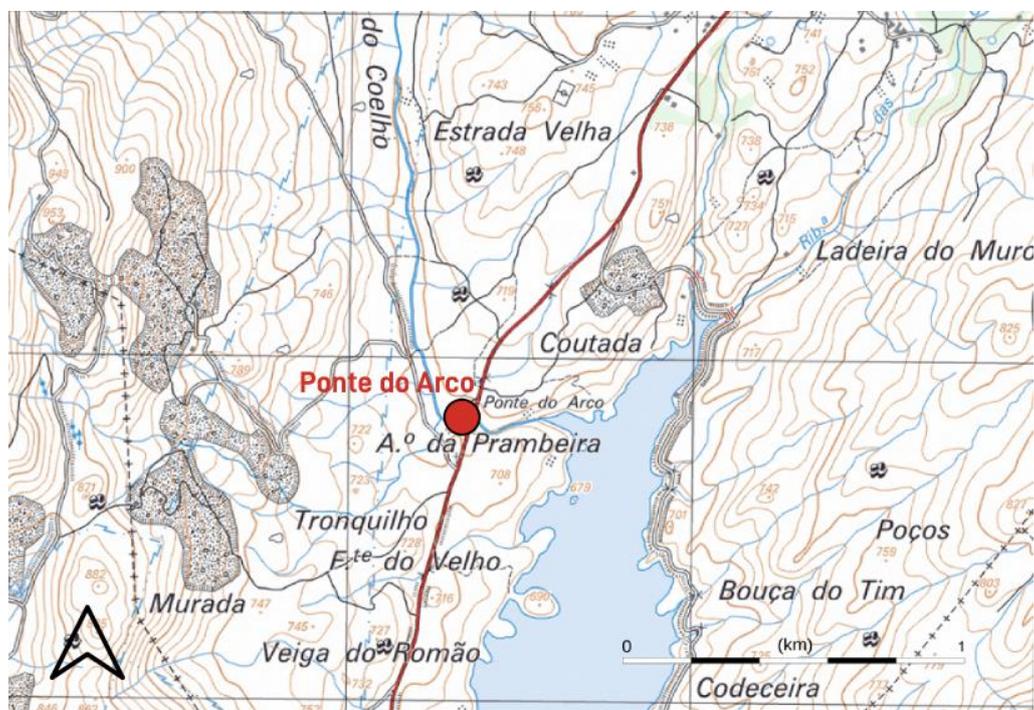


Figura 121 - Localização da Ponte do Arco no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 88 (IGeo, Ed. 3, 2013).

Historial:

A ponte do Arco é um elemento arquitetónico sobejamente conhecido das comunidades que têm habitado o planalto de Jales. Contudo, a sua cronologia romana e a importância no contexto da rede viária deste período e da sua relação com a exploração de recursos minerais no *territorium metallorum Tresminas / Jales* só recentemente se tem demonstrado e confirmado.

Alertava o *Diário Popular* a 27/11/1981 que esta ponte estava “*em riscos de destruição pela tentativa do seu alargamento. Também as pedras da via, que lhe dava acesso, estão a ser retiradas para a construção de casas*”. (D'Encarnação, 1983 p.246)

Os trabalhos de Jürgen Wahl, no final da década de 80 (século XX) e a publicação dos primeiros trabalhos na década seguinte (Wahl, 1993, Wahl,1998), a par com outros estudos de elementos patrimoniais da região (Lopes *et. al.* 1994) ofereceram uma visão mais assertiva das características deste monumento, contribuindo também, para uma maior proteção patrimonial ao mesmo.

**Descrição física do local:** A Ponte do Arco localiza-se numa zona relativamente planáltica, de vale muito aberto e assimétrico (Marcelino *et al.* 2010) atravessando o rio Pinhão.

A ponte faz a ligação entre freguesia de Vreia de Jales, a norte, e as freguesias de Sabrosa e Alijó, a sul.

Visualmente, os principais pontos são a Oeste, observando-se a Serra da Falperra, e Este encostando-se à barragem do Pinhão, integrada no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Testemunha-se uma grande variedade cromática na paisagem, onde a vegetação, com pinheiros, carvalhos e outras espécies arbustivas se inter cruzam com áreas agrícolas.

Predomina o denominado “granito de Águas Santas”, próprio desta zona de Jales, caracterizado como um granito moscovítico-biotítico, de grão grosseiro a médio e tendência porfiroide (Carta Geológica de Portugal 06-D).



Figura 122 - Vista geral (0) para a Ponte do Arco e a serra da Padrela como pano de fundo.

Descrição do sítio arqueológico: Ponte em granito de um só arco que atravessa o rio Pinhão com o tabuleiro orientado no sentido NNO – SSE.

Percebem-se claramente os diferentes momentos de construção / reconstrução da ponte. Do período romano preservam-se os pilares com aparelho isódomo, e o arco de volta perfeita (Soares, 2001).

A zona superior, com blocos de pedras irregulares e mal faceados (Teixeira e Amaral, 1996) e tabuleiro, tal como nos são dados atualmente a conhecer, são de cronologia posterior, possuindo algumas lages de grandes dimensões a cobrir o tabuleiro e muro e proteção / guardas.

Tal como a estátua-menir do Marco (CNS 18007), que se dista aproximadamente a 700 metros NO, a Ponte do Arco seria um dos elementos da antiga via romana que, neste território, ligaria *Emerita Augusta* a *Aquae Falviae*<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> A estátua-menir do Marco (CNS 18007) dista, aproximadamente, 700 metros para NO deste local indiciando que foi desde cedo local de passagem.

Acessos: Na estrada CM1237 – que sucede a M567 - no sentido N – S (Vreia de Jales – Barrela), após entrar na localidade de Barrela, percorre-se cerca de 2km até encontrar a Ponte do Arco no lado direito da estrada.

Classificação: Imóvel de Interesse Público (Portaria nº 403/2015, DR, 2ª série, nº111 de 09/06/2015)



Figura 123 - Vista geral para NNO.



Figura 124 - Pormenor do aparelho de construção da base, em contraste com a zona superior.

Estado de conservação: Da estrutura original, tal como referimos, só se preservam a base em silhares graníticos e o arco em volta perfeita.

Contudo, a par com outros blocos graníticos que lhe foram acrescentados em épocas posteriores, particularmente medieval e moderna, o monumento encontra-se bem conservado.



Figura 125 - Pormenor da sinalética e das lages constituintes do tabuleiro.

Ameaças: A vegetação que cresce nas juntas dos blocos graníticos, quer na base, quer na zona superior contribuem claramente para um acelerado desgaste e possível queda dos mesmos.

A ponte só é circulável pedonalmente, pelo que não constitui motivo de preocupação o tráfego viário.

Quadro 24 – Análise SWOT da Ponte do Arco

<p><b>PONTOS FORTES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Monumento bem identificado e com sinalização bem visível e regulamentada.</li> <li>● Monumento bem conservado.</li> <li>● Integrado no roteiro turístico da região do Alto Tâmega.</li> <li>● Local inteiramente acessível por caminhos viários e por veículos automóveis.</li> <li>● Proximidade a núcleos rurais.</li> </ul>	<p><b>PONTES FRACOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Inexistência de painéis com conteúdo explicativo.</li> <li>● Guardas parcialmente inexistentes.</li> <li>● Falta de monitorização - invasão arbustiva.</li> </ul>
<p><b>OPORTUNIDADES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Proximidade ao Centro Interpretativo de Jales</li> <li>● Possibilidade de integrar um itinerário de sítios / mmnumentos romanos.</li> </ul>	<p><b>AMEAÇAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Exemplares com maior dimensão e valorização no norte de Portugal: Ponte de Trajano (Chaves) Ponte Velha (Ponte de Lima) Ponte de Gimonde (Bragança)</li> </ul>

**Referências bibliográficas:**

Rodrigues 1895a ; Rodrigues 1895b ; Botelho 1904 ; D'Encarnação 1983; Wahl 1993, 1998; Batata 2008 ; Sousa 2014 e dados inéditos.

## 22. Estátua Menir do Marco (CNS 18007)

Divisão administrativa

Lugar: Barrela

Freguesia: Vreia de Jales

Concelho: Vila Pouca de Aguiar

Distrito: Vila Real

Coordenadas geográficas:

N 41.42199, W -7.6013 | Alt. 766m

Tipologia: Escultura

Período cronológico: Bronze Final / Ferro Inicial

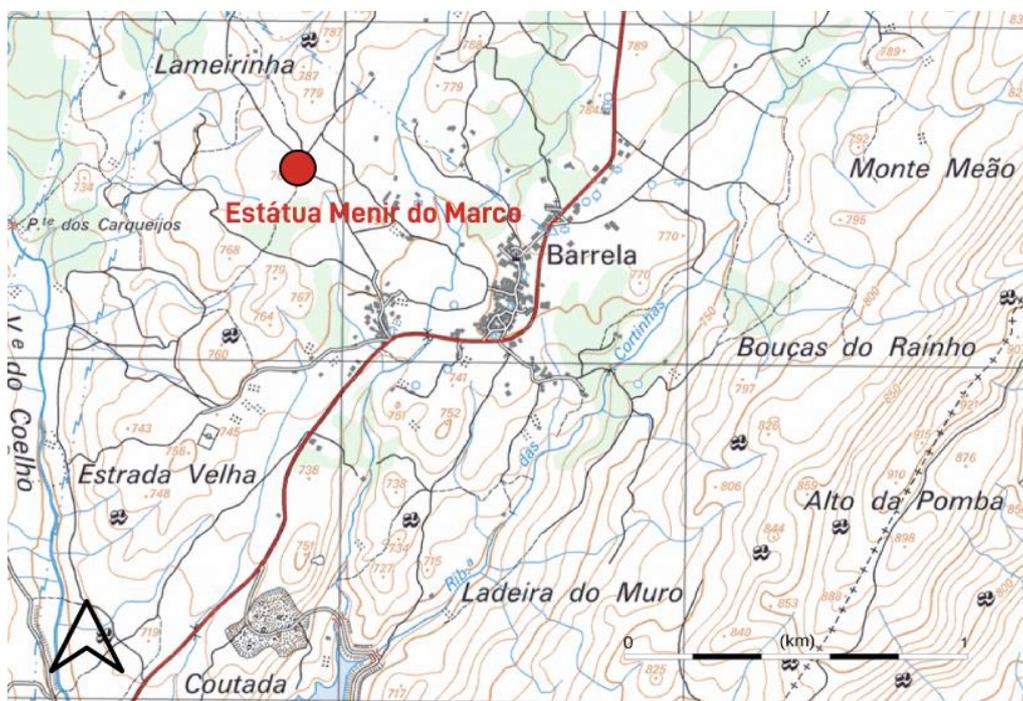


Figura 126 - Localização da estátua menir do Marco no extrato da Carta Militar de Portugal, à escala 1/25000, folha 88 (IGEO, Ed. 3, 2013).

Historial: A primeira notícia sobre a sua descoberta data de 1994 (Lopes *et. al.* 1994).

O conhecimento sobre este monumento tem-se construído também com outras publicações que, em enquadramentos diferentes, tentam decifrar e contextualizar a função e importância destas construções no panorama do Bronze Final / inícios da Idade do Ferro do território peninsular. (Jorge e Jorge, 1991; Bettencourt, 2005, 2013; Vilaça, 2011).

Descrição física do local: O local onde se implanta a estátua menir do Marco situa-se num planalto, entre a serra da Padrela, a noroeste, e a serra da Falperra, a sudoeste. Encontra-se na proximidade de linhas de água, nomeadamente ribeira das Cortinhas a E, e a ribeira de Rebolais a NO, ambas afluindo ao rio Pinhão.

Predomina o denominado “granito de Águas Santas” caracterizado como um granito moscovítico-biotítico, de grão grosseiro a médio e tendência porfiroide (Carta Geológica de Portugal 06-D). A alteração da rocha, em particular no mineral biotite “*corresponde a uma libertação de ferro seguida de posterior oxidação, dando à rocha uma cor amarelada característica*” (EIA – RT 2009) que por sua vez lhe dá a designação comercial de Granito Amarelo.



Figura 127 - Estátua Menir do Marco.  
FONTE: paisa2008 flickr

Descrição do sítio arqueológico: A estátua estela-menir do Marco é uma escultura em granito de consideráveis dimensões - 2.30 m de altura, 0.93 na base e 0.88 nos braços – com características antropomórficas. Os seus contornos deixam entender, de forma estilizada, uma cabeça, braços, e um tronco que se alonga para a base (Lopes *et al.* 1994).

Possui uma “*configuração típica de estátuas-estelas do noroeste [...] geralmente atribuíveis ao Bronze Final / 1º Idade do Ferro*” (Lopes *et al.* 1994 p.149) e não apresenta motivos gravados.

Parece estar ainda no seu local original de implantação “*fixado verticalmente com o soco calçado por pedras bem ajustadas*” (Lopes *et al.* 1994 p.149) e correlaciona-se um local de passagem que, mais tarde, deu origem à antiga via romana que cruzava as zonas mineiras de Jales, Gralheira e Tresminas e que ligava Mérida a Chaves (*Emerita Augusta – Aquae Flaviae*).

A construção desta estatutária – divindades, heróis, chefes – símbolo de prestígio e poder, poderá relacionar-se com a atividade bélica e guerreira e o “*processo de hierarquização social que conheceram as sociedades pré-históricas peninsulares desde o Neolítico até ao final da Idade do Bronze*”. (Fábrega-Álvarez *et al.* 2011, p. 251) ou assinalar “*loci de grande signiicação simbólica, que [...] materializam a importância de lugares de encontro e de passagem*” (Bettencourt 2013, p.166) que “*celebram lugares de alianças entre diferentes comunidades regionais e transregionais, existentes nas proximidades de recursos mineiros ou ao longo de vias de acesso a esses «recursos»*” (Bettencourt, 2013, p.166-167). Tratar-se-iam de construções que atestam “*a importância simbólica do corpo e do espírito de algumas personagens reais ou míticas*” (Bettencourt, 2013, p.166-167).

Encontra-se uma réplica, à escala, no Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real.

**Acessos:** No sentido N – S (Vreia de Jales – Barrela), pelo CM1237 corta-se à direita para o centro da aldeia de Barrela, situando-se a estátua-estela a cerca de 500 m. Este percurso final percorre-se parte em caminho de calçada, e o restante em terra batida.

**Classificação:** Imóvel de Interesse Público / Zona Especial de Proteção (Portaria nº 462/2012, DR, 2ª série, nº183 de 20/09/2012)



Figura 128 - Réplica da Estátua Menir do Marco, patente no MANVR.  
FONTE: Museu de Vila Real

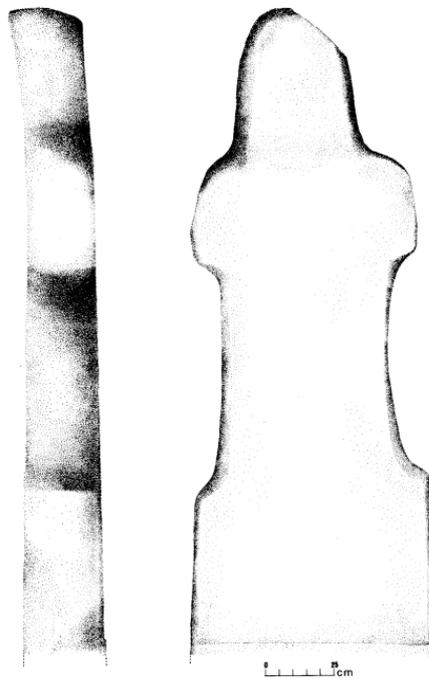


Figura 129 – Desenho da Estátua Menir do Marco.  
FONTE: Lopes, *et al.* 1994, p.149.

**Estado de conservação:** O monumento apresenta-se bem conservado, face ao conhecimento atual que dele se tem, e *in situ*, mantém-se um importante exemplar das estátuas-menir do norte de Portugal e do sul da Galiza com elevado valor patrimonial.

**Ameaças:** Dado o monumento não apresentar quaisquer motivos decorativos – gravuras ou pinturas – o desgaste deste bloco de granítico será tão agudo quanto as condições climatéricas e os agentes naturais o ferirem com o tempo.

Quadro 25 – Análise SWOT da Estátua Menir do Marco

<b>PONTOS FORTES</b>	<b>PONTES FRACOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Monumento de grandes dimensões e facilmente visível.</li> <li>● Acessível de veículo quase ao limite da área do monumento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sinalética e painéis informativos não existentes.</li> <li>● Percurso parcialmente de difícil acesso a portadores de deficiências motoras.</li> <li>● Monumento isolado.</li> <li>● Escultura sem motivos decorativos.</li> </ul>
<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>AMEAÇAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de criar visitas de âmbito escolar / académico / científico que se relacionem com o período cronológico-cultural da Idade do Bronze.</li> <li>● Proximidade aos Centros Interpretativos de Tresminas e de Jales.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Estátuas estelas de granito, com maior esquematismo iconográfico e representação de ornamentos musealizadas em concelhos vizinhos (e.g. Museu da Região Flaviense).</li> </ul>

**Referências bibliográficas:**

Jorge e Jorge 1991; Lopes 1994; Bettencourt 2005, 2013; Vilaça 2011; Fábrega-Álvarez, Fonte, González García 2011; Fonte, Costa-García 2016;

PARTE V. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO  
IDENTIFICADO

Nesta quinta parte do trabalho sintetizam-se os resultados exibidos na Parte IV, e são construídas propostas de valorização para os elementos patrimoniais aí identificados.

Assim, o primeiro momento visa apresentar uma análise SWOT global para os 22 elementos patrimoniais, com particular foco para o seu potencial turístico para de seguida, se desenharem as propostas concretas para a sua valorização através de itinerários.

São criados três exemplos tipo de itinerários: a grande rota com os 22 elementos patrimoniais, cruzando todas as freguesias e os períodos históricos mais relevantes do concelho, genericamente denominada de «roteiro arqueológico»; o percurso turístico dentro dos limites físicos de uma freguesia, com incidência nos elementos patrimoniais principais, mas aproveitando outros pontos de interesse; e os itinerários temáticos, interligando os sítios por afinidade cronológica / tipológica (ex. rota do megalitismo, rota dos povoados fortificados, rota das pontes, *e.g.*).

Paralelamente, como auxiliares informativos e de apoio à visita, projetam-se modelos-tipo de folhetos e mapas, aplicações para *smartphones* e visitas guiadas.

## 1. Discussão dos resultados

### 1.1 O património histórico e arqueológico no tempo e no espaço

Encontra-se uma clara predominância dos sítios enquadrados na Proto-história, muito devido à incidência dos povoados fortificados identificados e considerados visitáveis, bem como da Idade Média (necrópoles e pontes).

Apesar da quantidade de construções megalíticas que se terá verificado na área do concelho, tal como relatado em épocas anteriores (Rodrigues, 1895b), o número de monumentos deste período que nos chega até hoje é apenas de 52 ou 58 monumentos, se se considerarem os seis monumentos de Chã das Arcas<sup>66</sup> submersos pelo Aproveitamento Hidroelétrico do Alto Tâmega. De notar que aqueles que se encontram com os seus elementos pétreos satisfatoriamente conservados, e cuja conservação se considera regular, é ainda menor em número, ascendendo somente a 13<sup>67</sup>. À exceção da Mamoa do Alto do Cotorino, estes monumentos não entram no inventário, nem se usam nos percursos, por apresentarem muitas

---

<sup>66</sup> Monumento Nacional, Decreto de 16-06- 1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910

<sup>67</sup> Identificamos, de acordo com o Património Arqueológico, sinalizado no Plano Diretor Municipal: Alto do Cotorino; Penedos Alvos; Cima das Cortinhas 1; Cima das Cortinhas 2; Avessadas; Lameira da Vaca 1; Landeira / Chã de Vales; Alto do Lameirão; Vale de Bordões; Alto da Presa 2; Alto da Presa 3; Portela 1; Portela 2:

limitações e dificuldades para os visitantes, tais como estarem muito destruídos e abandonados, sendo não raras vezes difíceis de identificar e, estarem pouco estudados e conhecimento científico que deles se possui é extremamente reduzido ou inexistente.

Assim, dos 22 elementos avaliados, por ordem decrescente, nove são das Idades do Bronze e Ferro (Cidadelha de Jales, Castro de São Martinho, Três Castelos, Monte do Castelo, Castelo de Pensalvos, Crasto de Pensalvos, Castelo da Ferramenta, Cidadelha de Aguiar, Estátua Estela do Marco), seis da Idade Média (Bouça dos Pardieiros, Ponte das Romanas, Ponte da Ola, Areal, Outeiro de Parada, Castelo de Aguiar de Pena), três do período romano (Fraga do Quelho, Complexo Mineiro Romano de Tresminas, Ponte do Arco), dois do neolítico (Alto do Cotorino, Monte Minhéu), um do calcolítico (Povoado do Castelo de Aguiar), e um de enquadramento cronológico indeterminado (Cruz do Coro) (figura 130).

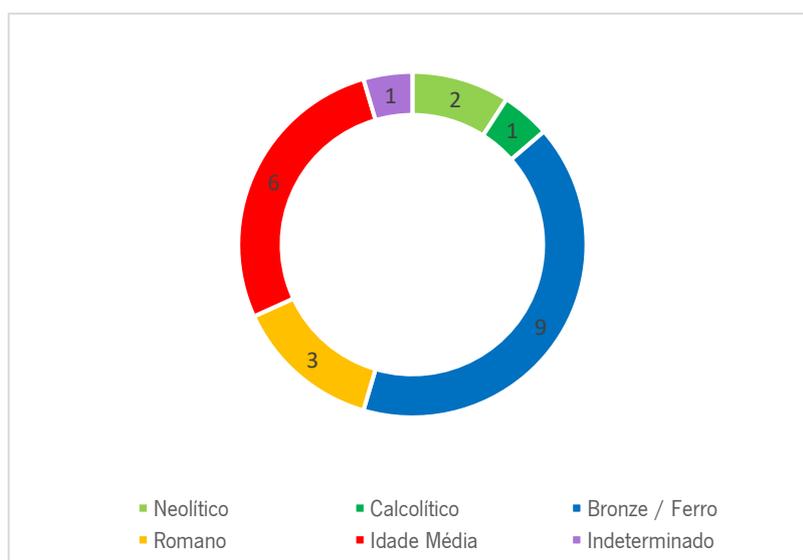


Figura 130 - Distribuição dos períodos cronológicos, com base na amostra de 22 locais.

Quanto à distribuição espacial dos sítios (fig. 131) foi possível, tal como projetado nos objetivos iniciais, eleger pelo menos um local de cada freguesia do concelho. Esta dispersão patrimonial, geograficamente inclusiva, permitirá idealizar e projetar parcerias em rede com diferentes operadores de variadas áreas do comércio e de serviços. Hotelaria, restauração, empresas de turismo, aventura, desporto, lazer, comércio local e artesãos, são algumas das áreas de atividade com quem se podem estabelecer parcerias para dinamizar o turismo cultural na região. Na posse

destes dados tornou-se pertinente efetuar uma análise swot para se aferir da sua possibilidade de valorização turística.

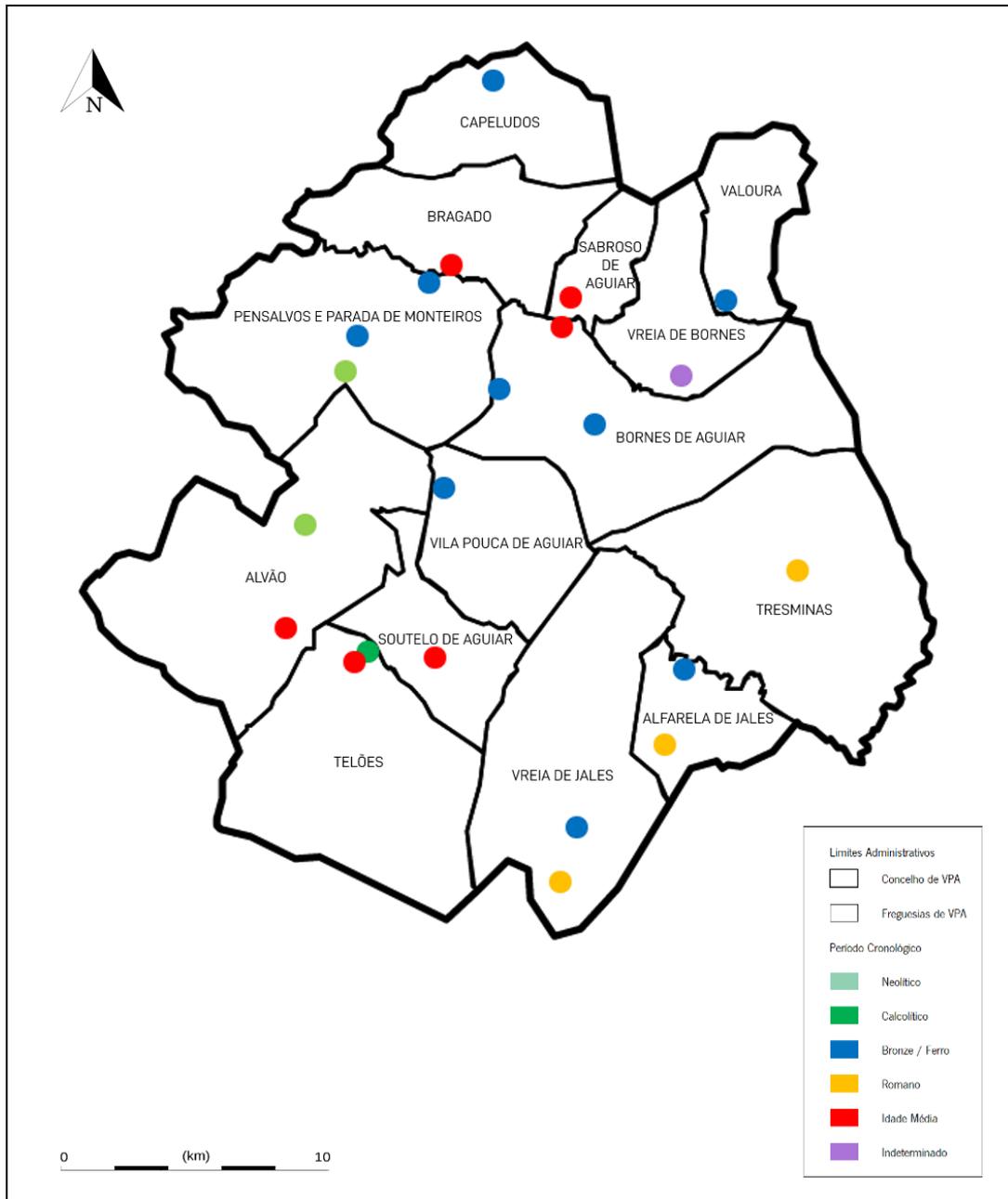


Figura 131 - Distribuição espacial dos elementos patrimoniais.

## 1.2 Polos turísticos

No contexto do turismo cultural no território aguiarense é imperativo dedicar um comentário aos três polos turísticos mais visitados no concelho.

Referimo-nos ao Complexo Mineiro Romano de Tresminas, na freguesia de Tresminas, ao Castelo de Aguiar de Pena, na freguesia de Telões e ao novo Centro Interpretativo Mineiro de Jales, na freguesia de Vreia de Jales.

O complexo mineiro romano, Imóvel de Interesse Público, contou com 1324 visitantes no ano de 2022, o Centro Interpretativo Mineiro de Jales com 3478 nesse mesmo ano. Para o Castelo de Aguiar de Pena, monumento nacional, de livre acesso, não há dados concretos dos visitantes, e mas numa análise empírica, sabe-se que é visitado regularmente, com grandes afluências no período estival.

É através destes, amplamente visitados sítios, que se podem promover os diferentes itinerários para outros sítios de interesse histórico e arqueológico da região. Estes três polos, para além de terem sido alvo de obras de requalificação, melhoria das suas infraestruturas e acessos, da qualidade da sua sinalética e respetivos centros interpretativos, são promovidos não só pelo próprio município, como cartão de visita, mas também alvo de diversas notícias e reportagens nos diversos meios de comunicação social de âmbito regional e nacional. São assim, a porta de entrada para o concelho e para o seu turismo cultural que pode e deve ser usado em proveito próprio.

As ferramentas propostas nas medidas de valorização (ponto 2 deste capítulo) tais como, sinalética, folhetos, aplicações podem ser aqui conhecidas em primeira mão pelos visitantes. Se os dois primeiros podem ver oscilar o número de visitantes sazonalmente dado serem sítios arqueológicos ao ar livre, o último contorna esta dificuldade oferecendo todo o seu núcleo museológico dentro de paredes.

Perspetiva-se que o futuro centro de educação ambiental sediado na Lagoa do Alvão, na freguesia de Soutelo de Aguiar, possa contribuir, igualmente, para o desenvolvimento do turismo cultural no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

**Quadro 26 – Quadro Geral dos 22 elementos patrimoniais avaliados**

Ponto	Local	Tipologia	Freguesia
1	Cidadelha de Jales	Povoado Fortificado	Alfarela de Jales
2	Fraga do Quelho	Arte Rupestre	Alfarela de Jales
3	Mamoá do Alto do Cotorino	Monumento Megalítico	Alvão
4	Bouça dos Pardieiros	Necrópole	Alvão
5	Castro de S. Martinho	Povoado Fortificado	Bornes de Aguiar
6	Três Castelos	Povoado Fortificado	Bornes de Aguiar
7	Ponte das Romanas	Ponte	Bornes de Aguiar
8	Ponte da Ola	Ponte	Bragado
9	Monte do Castelo	Povoado Fortificado	Capeludos
10	Areal	Necrópole	Sabroso de Aguiar
11	Outeiro de Parada	Arte Rupestre	Soutelo de Aguiar
12	Monte Minhéu	Monumento Megalítico	Pensalvos e Parada de Monteiros
13	Castelo de Pensalvos	Povoado Fortificado	Pensalvos e Parada de Monteiros
14	Crasto de Pensalvos	Povoado Fortificado	Pensalvos e Parada de Monteiros
15	Castelo de Aguiar de Pena	Castelo	Telões
16	Povoado do Castelo de Aguiar	Povoado Fortificado	Telões
17	Complexo Mineiro Romano de Tresminas	Mina	Tresminas
18	Castelo da Ferramenta	Povoado Fortificado	Valoura
19	Cidadelha de Aguiar	Povoado Fortificado	Vila Pouca de Aguiar
20	Cruz do Coro	Arte Rupestre	Vreia de Bornes
21	Ponte do Arco	Ponte	Vreia de Jales
22	Estátua-estela do Marco	Escultura	Vreia de Jales

### 1.3 Análise SWOT dos 22 elementos patrimoniais e comentário

Estratégia, etimologicamente, resulta da combinação de duas palavras gregas, «*stratos*» e «*agein*», em que a primeira significa exército, e a segunda liderar ou comandar. Assim, na sua origem, “a palavra «*estratégia*» significaria muito simplesmente a acção de conduzir ou comandar os exércitos, acção essa que como sabemos competia aos generais” (Martins, 1984, p.101). Da mesma maneira, no âmbito empresarial a estratégia são as decisões planeadas que se perspectivam tomar, é “o caminho escolhido para alcançar os objectivos” (Freire, 2000, p.21). Qualquer entidade ou organização que queira definir a sua estratégia e tomar as melhores decisões para aplicar os seus recursos, deve ter um plano estratégico. Este pode ser baseado em diferentes técnicas de análise tais como a análise SWOT, a PEST, STEER ou EPISTEL<sup>68</sup>.

A análise SWOT “tem sido aplicada ao Ordenamento do Território para realçar as qualidades intrínsecas de um espaço, as suas vocações e mitigar ou controlar os inconvenientes ou ameaças existentes” (Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra, 2014 pp. 79-80).

Se uma análise SWOT pretende dotar uma organização de uma linha orientadora formal e clara para o futuro (Moniz e Bishop, 2016), com a análise SWOT aos 22 elementos patrimoniais do presente trabalho, pretende-se refletir sobre as suas potencialidades turísticas e que áreas fortes podem ser exploradas e alavancadas e que pontos fracos precisam de ser corrigidos e minimizados e, com base neste conhecimento, desenvolver estratégias para a prossecução dos objetivos iniciais traçados.

---

68

SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, and Threats).

PEST (Political, Economic, Social, and Technological).

STEER (Sociocultural, Technological, Economic, Ecological, and Regulatory facts).

EPISTEL (Environment, Political, Informatic, Social, Technological, Economic and Legal).

Quadro 27 – Análise SWOT dos 22 elementos patrimoniais

PONTOS FORTES	PONTES FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Enorme variedade tipológica e cronológica</li> <li>● Estado bom e / ou regular do património</li> <li>● Diversos monumentos classificados (IIP, IIM, MN)</li> <li>● Diversos equipamentos culturais museológicos ou com áreas expositivas disponíveis: Museu Municipal, Biblioteca Municipal, Centro Interpretativo do Complexo Mineiro Romano de Tresminas, Centro Interpretativo Mineiro de Jales, Loja Interativa de Turismo; Museu Pedras Experience</li> <li>● Contexto paisagístico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Inexistência de sinalética informativa em muitos dos sítios inventariados</li> <li>● Alguns sítios / monumentos não fazem parte dos mapas / folhetos / programas turísticos promovidos pelas diversas entidades promotoras</li> <li>● Clima frio e áspero nos meses de Inverno</li> <li>● Vulnerabilidade de alguns sítios / monumentos, tanto a agentes naturais como antrópicos.</li> <li>● Falta de eventos que promovam produtos turísticos durante o Inverno.</li> </ul>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Possibilidade de criar diversos roteiros temáticos</li> <li>● Possibilidade de criar roteiros intramunicipais ou dentro da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso</li> <li>● Parte da área natural inserida na Rede Natura 2000.</li> <li>● Alguns produtos, eventos e marcas turísticas já desenvolvidas e consolidadas: Visit Alto Tâmega; Caminho de Santiago; Pedras Salgadas; Concurso de Saltos Internacional; Feira das Cebolas; Feira do Mel; Mostras Gastronómicas; Festas da Vila; Pedras Sounds.</li> <li>● Boas acessibilidades ao concelho, nomeadamente a A24 e a A7, bem como a EN2.</li> <li>● Diversos trilhos homologados que percorrem o concelho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sazonalidade do turismo, em particular na época estival.</li> <li>● Acessos (estradas e caminhos) deficitários e / ou insuficientes para dar comodidade viária ou pedonal até ao local</li> <li>● Grande distância entre os elementos patrimoniais mais relevantes.</li> </ul>

Tendo em conta os pontos fortes e as oportunidades, em maior número do que os pontos fracos e ameaças, entendemos que estes 22 elementos patrimoniais são passíveis de valorização, necessariamente tendo em conta a correção de alguns pontos fracos, como a inexistência de sinalética informativa em vários sítios e a falta da sua integração em elementos de promoção turística já existente.

A vulnerabilidade de alguns sítios / monumentos, tanto a agentes naturais como antrópicos, pode e deve ser combatida com estratégias públicas de monitorização. Quanto à grande distância entre os elementos patrimoniais mais relevantes, tal pode ser benéfico para a visita de elementos intermédios, se bem trabalhados. Já o clima frio e áspero, nos meses de Inverno, referido nas ameaças, não se pode combater, embora existam nichos de mercado que gostam de fazer caminhadas em condições difíceis e radicais. “*O número de pedestrianistas na*

*Europa é muito elevado [...] e o segmento mais importante do turismo de aventura do mercado europeu'* (Rodrigues, 2006, p. 85) centra-se exatamente nestes percursos pedestres, quer em versões mais fáceis (*soft*) como mais exigentes (*hard*). Este tipo de turismo exige, naturalmente, propostas concretas de sinalização de perigos, recomendações específicas do tipo de roupa a usar, advertências e meios de socorro apropriados. Nas ameaças a falta de eventos turísticos realizados durante o Inverno pode ser colmatada com a criação de eventos para determinadas datas, pelo menos, da primavera e outono.

A proposta de valorização passa por conceber um roteiro arqueológico com os 22 elementos patrimoniais identificados no trabalho (cf. ponto 2.1).

Visa-se melhorar ou promover a sinalética e outros meios de informação, tais como mapas, folhetos, aplicações.

## 2. Propostas de valorização

### 2.1 Roteiro Arqueológico

Um roteiro arqueológico é um importante instrumento de divulgação patrimonial e que, de forma sintética, procura dirigir-se e sensibilizar o público para o património arqueológico de uma região. Inclui, por norma, informação visual sobre a localização dos sítios e quais os melhores acessos para a visita, descrição e contextualização histórica e arqueológica, cientificamente validada, fotografias atuais dos locais e espólio associado, bem como local de depósito desses materiais e bibliografia de referência para aqueles elementos do público que queiram obter mais informação.

Uma proposta de roteiro arqueológico para o concelho de Vila Pouca de Aguiar, com base nos elementos patrimoniais avaliados no presente trabalho, permite, igualmente, aproximar o público ao património local facultando-lhe informação didática através de várias ferramentas de divulgação, pois este pode ser impresso e / ou estar disponível digitalmente. Também deve ser

publicitado em mapas turísticos, folhetos informativos, guias de viagem, aplicações para *smartphones*.<sup>69</sup>, entre outros.

O roteiro arqueológico deve ser editado em várias línguas, além do português, como o espanhol, o inglês e o francês, ou futuramente outras, caso maioritariamente a proveniência dos turistas que visita o concelho mude.

Por fim, dele deverá constar o inventário de sítios, já aqui efetuado, e pequenas sínteses sobre cada período cronológico-cultural.

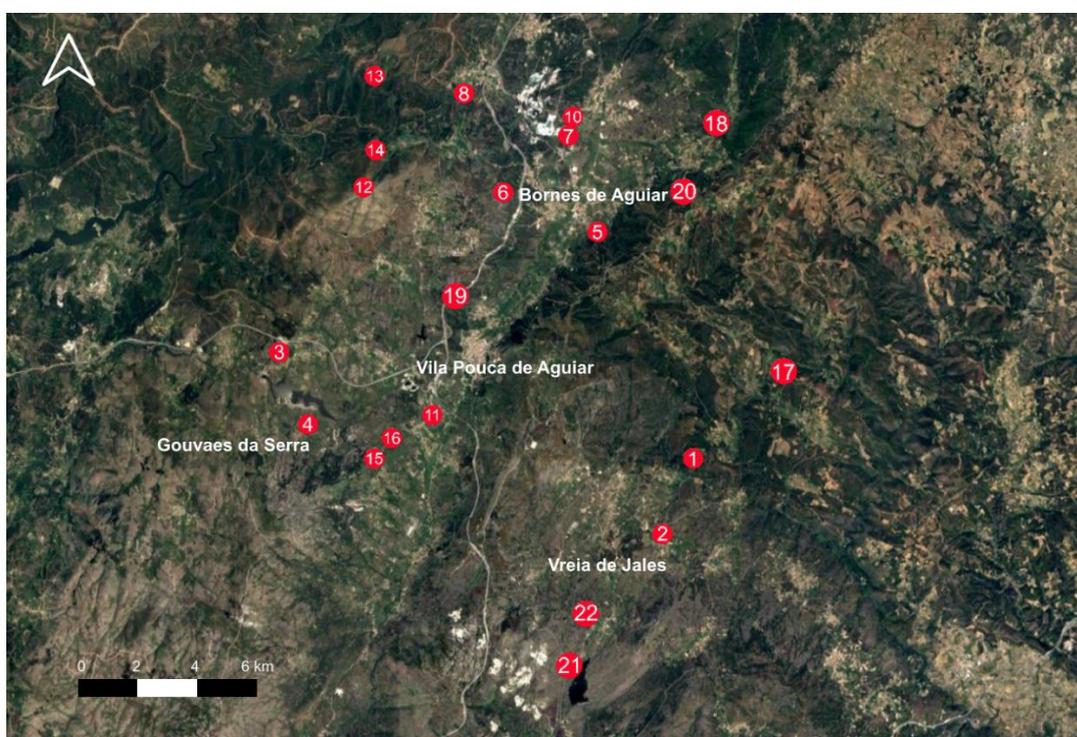


Figura 132 - Proposta do mapa de localização a inserir no Roteiro Arqueológico.  
FONTE: Georreferenciação em Google Earth

---

<sup>69</sup> Sobre a multiplicidade de possibilidades de reunir e partilhar informação, reserva-se o capítulo «4.5 – Informação – Apoio ao visitante».

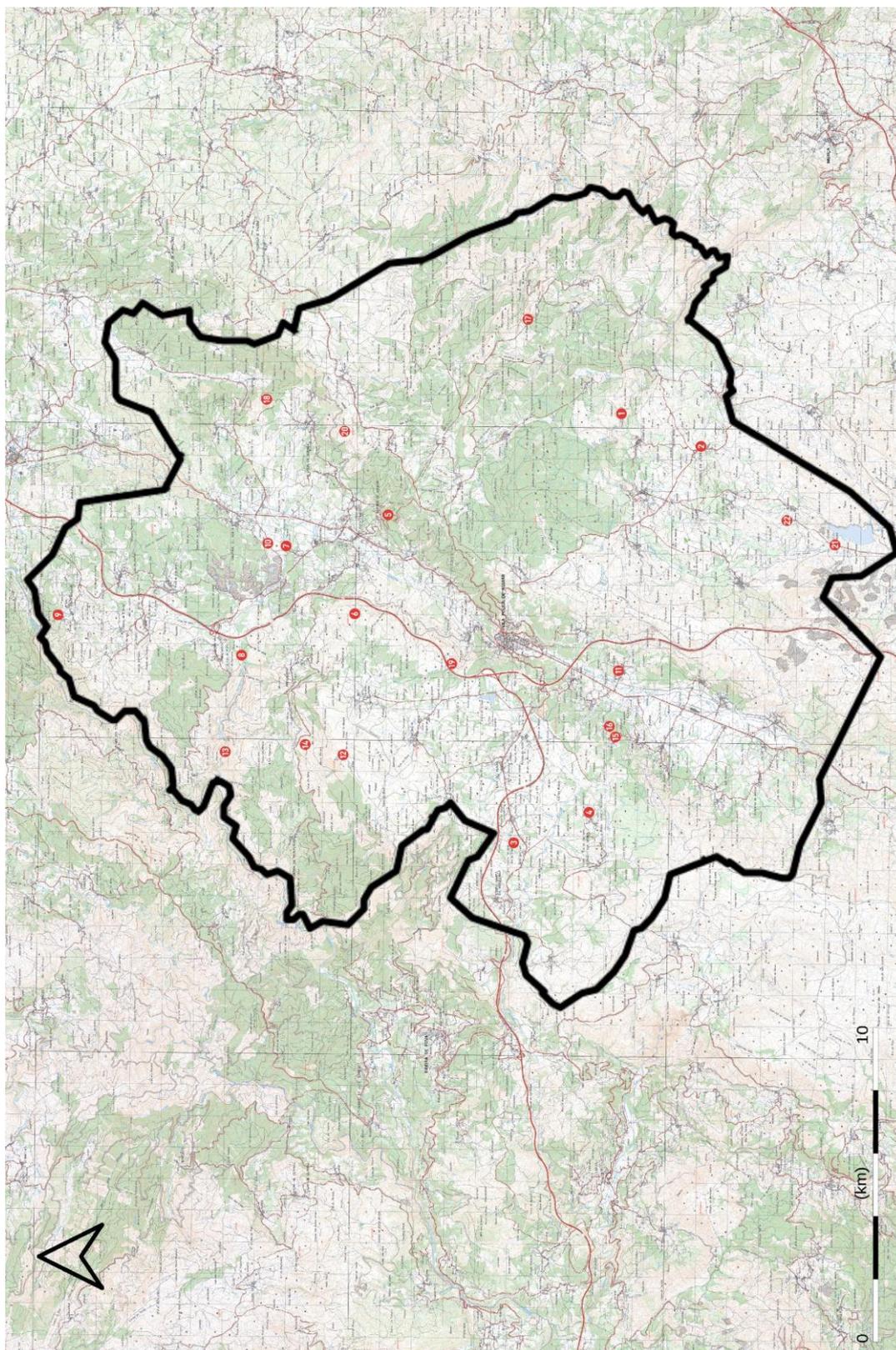


Figura 133 - Proposta do mapa de localização sobre Cartas Militares de Portugal a inserir no Roteiro Arqueológico, à escala 1/25000, folhas 59, 60, 61, 74, 75, 87, 88, 89 (IGeO, Ed. 3, 2013).

**Quadro 28 – Proposta do património a inserir no “Roteiro Arqueológico”**

Ponto	Local	Freguesia	Coordenadas WGS84	Período cronológico-cultural
1	Cidadelha de Jales	Alfarela de Jales	41.46710, -7.55765	Bronze Final / Ferro
2	Fraga do Quelho	Alfarela de Jales	41.44480, -7.56994	Romano
3	Mamoá do Alto do Cotorino	Alvão	41.49864, -7.7204	Neolítico
4	Bouça dos Pardieiros	Alvão	41.47727, -7.70907	Idade Média
5	Castro de S. Martinho	Bornes de Aguiar	41.53444, -7.59538	Idade do Ferro
6	Três Castelos	Bornes de Aguiar	41.53444, -7.59538	Bronze Final / Ferro
7	Ponte das Romanas	Bornes de Aguiar	41.56335, -7.60693	Idade Média
8	Ponte da Ola	Bragado	41.57612, -7.64843	Idade Média
9	Monte do Castelo	Capeludos	41.62861, -7.63312	Idade do Ferro
10	Areal	Sabroso de Aguiar	41.56893, -7.60514	Idade Média
11	Outeiro de Parada	Soutelo de Aguiar	41.46860, -7.65515	Idade Média
12	Monte Minhéu	Pensalvos e Parada de Monteiros	41.54711, -7.68679	Neolítico
13	Castelo de Pensalvos	Pensalvos e Parada de Monteiros	41.58158, -7.68421	Bronze Final / Ferro
14	Crasto de Pensalvos	Pensalvos e Parada de Monteiros	41.5585, -7.6827	Bronze Final / Ferro
15	Castelo de Aguiar de Pena	Tresminas	41.46949, -7.68014	Idade Média
16	Povoado do Castelo de Aguiar	Telões	41.47097, -7.67828	Calcolítico
17	Complexo Mineiro Romano de Tresminas	Tresminas	41.49401, -7.5233	Romano
18	Castelo da Ferramenta	Valoura	41.56805, -7.54950	Idade do Ferro
19	Cidadelha de Aguiar	Vila Pouca de Aguiar	41.51624, -7.65250	Bronze Final / Ferro
20	Cruz do Coro	Vreia de Bornes	41.54708, -7.56285	Indeterminado
21	Ponte do Arco	Vreia de Jales	41.40657, -7.6081	Romano
22	Estátua-Menir do Marco	Vreia de Jales	41.42199, -7.6013	Idade do Bronze

## 2.2 Rotas / Itinerários turísticos

### 2.2.1 Conceitos

Apesar do elemento cultural ainda ser “*minimizado nas propostas e reflexões turísticas, nas quais são valorizadas, numa ponta, as grandes manifestações da arquitetura histórica e, na outra, as muitas vezes estereotipadas manifestações folclóricas*” (Gastal, 2000 p.121), no âmbito do turismo cultural, as rotas turísticas têm sido um produto emergente e crescentemente procurado (Maia, Martins, Baptista, 2013) sendo uma prática que oferece ao turista uma série de atividades temáticas e atrações paralelas (Meyer, 2004).

As diferentes definições do conceito de rota entroncam na etimologia da mesma, que está associada à ideia de “rumo” ou “caminho”. Rota turística pode assim consolidar-se como uma “iniciativa, com um tema específico, que reúne uma variedade de atividades e atrações, com a finalidade de estimular oportunidades empresariais através do desenvolvimento de produtos e serviços auxiliares”<sup>70</sup> (Grefe, 1994 p.22)

De um modo geral, a maioria das rotas é construída com um ou mais objetivos em mente: disseminar os visitantes e dispersar a receita com o turismo; trazer atrações e características menos conhecidas para o negócio ou produto turístico; tornar um determinado destino mais apelativo; aumentar o tempo de permanência e de gastos pelos turistas; atrair novos turistas e atrair visitantes repetentes; aumentar a sustentabilidade de um produto turístico (Meyer, 2004).

As rotas turísticas podem ter uma grande variedade de propósitos e finalidades, por exemplo de foco cultural, religioso, gastronómico, patrimonial, enológico, de turismo industrial ou de turismo de natureza (quadro 29) As propostas podem ser tão diversas quanto os interesses dos viajantes e de quem as procura.

---

<sup>70</sup> Trad. Aut. “*initiative to bring together a variety of activities and attractions under a unified theme and thus stimulate entrepreneurial opportunity through the development of ancillary products and services*”

**Quadro 29 – Exemplo de divisão da tipologia das Rotas Turísticas**

Rotas	Subtipos
Específicas patrimoniais	Rotas do património etnológico Rotas do património histórico e/ou arqueológico Rotas do património natural Caminhos históricos e itinerários culturais
Específicas imaginadas	Literárias, cinematográficas, televisivas Personalidades históricas e personagens fictícias célebres Mágicas, esotéricas, míticas, legendárias
Genéricas e mistas	Mosaicos de recursos (rotas e circuitos)

FONTE: Mota 2011 p.12 elaborado a partir de J. Ramirez 2011, p.230.

No setor público, é o Instituto de Turismo de Portugal e Entidades e Polos Regionais, quem *define políticas, cria instrumentos e medidas de política, informa o mercado e divulga os produtos turísticos* (Figueira, 2013, p. 67). A título de exemplo, o sítio eletrónico do Turismo do Centro de Portugal apresenta 17 rotas temáticas, tal como a Rota da Cerâmica no Oeste, a Rota dos Castelos e Aldeias Históricas na Serra da Estrela ou o Roteiro do Gótico, que sistematizam e facilitam a informação aos visitantes destes bens e produtos locais.

### 2.2.2 Proposta de itinerários turísticos para o Concelho de Vila Pouca de Aguiar

No caso de Vila Pouca de Aguiar, o conhecimento e seriação do património histórico e arqueológico que se concentra nesta região permite, ainda, a criação de rotas e itinerários com diferentes focos temáticos, com variabilidade de duração, de extensão, de áreas geográficas, podendo até ser mais generalistas ou específicos na exposição dos conteúdos científicos.

De seguida apresentam-se as propostas trabalhadas e organizadas com base nos 22 elementos patrimoniais avaliados neste trabalho, que permitem abrir um vasto leque de oportunidades tipologicamente distintas.

Desenvolvem-se, assim, propostas para itinerários arqueológicos, que contemplam os 22 elementos patrimoniais, entre eles um itinerário dos castros / povoados fortificados e um itinerário turístico da freguesia de Bornes de Aguiar.

### 2.2.2.1 Itinerário dos Castros / Povoados Fortificados

Apresenta-se uma proposta para um itinerário com paragem em alguns dos povoados fortificados apresentados previamente. Dos nove povoados foram selecionados cinco para este itinerário modelo (Cidadelha de Aguiar, Três Castelos, Castelo da Ferramenta, Castro de S. Martinho, Cidadelha de Jales) justificando-se a escolha com base também em seis critérios preferenciais: estado de conservação; qualidade da informação científica; qualidade de acessos e acessibilidade; sinalética / sinalização; proximidade entre sítios; percurso realizável num dia.

O estado de conservação reporta-se à qualidade da preservação dos elementos constituintes do sítio ou monumento. Bom, regular, mau, destruído ou em perigo, são alguns dos termos convencionalmente usados na sua classificação.<sup>71</sup>

A qualidade de informação científica traduz os trabalhos e estudos publicados que atestam as características cronológicas e culturais dos sítios.

A qualidade de acessos e acessibilidade define as propriedades e condições físicas dos caminhos. Aqui priorizaram-se os acessos que disponibilizassem mais rede viária e de melhor pavimento e respetiva circulação até ao sítio e que o percurso pedonal fosse mínimo e de reduzida exigência física. Cria-se assim um itinerário para um público-alvo vasto e transgeracional.

A sinalética / sinalização constitui todos as placas de informação visual que ajudem a chegar a um determinado local e/ ou que facilitem a compreensão e interpretação de um sítio / monumento. Haverá informação dos locais de depósito do espólio, por forma ao visitante prolongar a viagem, se assim o desejar, com a visita às instituições museológicas. Considera-se ainda que, nos sítios em que esta for parca ou inexistente terão de ser instaladas novas placas.

---

<sup>71</sup> Entre diferentes guias e terminologias, esta é a sugerida pela DGPC na sua "Listas de termos para preenchimento dos campos da base de dados - Endovélico".

O fator proximidade entre sítios considerou o tempo de viagem gasto na deslocação entre os diferentes pontos no itinerário.

Por fim, delineou-se uma rota que fosse visitável num dia, período de manhã e tarde. A rota apresenta uma duração (ininterrupta) de 120 minutos que, mediante o tempo que cada visitante desejar despende em cada sítio, possibilita ocupar um ou mais períodos do dia. Para além da visita aos castros, sugere-se a visita ao Museu Municipal Padre Rafael Rodrigues que mantém na sua exposição permanente espólio arqueológico de diferentes sítios e períodos cronológicos do concelho.

O percurso proposto tem início no Museu Municipal Padre José Rafael Rodrigues, sito na Rua Padre Mário Ferreira Botelho, em Vila Pouca de Aguiar, e promove a visita aos sítios de Cidadelha de Aguiar, Três Castelos, Castelo da Ferramenta, Castro de S. Martinho e Cidadelha de Jales (quadro 30). Paralelamente, sugere-se a passagem noutros sítios de interesse patrimonial (natural e cultural) que se situam no caminho viário para cada local, e que não distem mais de 5 minutos. Este itinerário tem como objetivo dar a conhecer o local onde se implantaram povoados da Idade do Ferro, um período que se desenvolve entre os séculos VII a.C. a I d.C. tendo terminado com a ocupação romana do território (Martins, 1990). Tem ainda outro objetivo, o de dar a conhecer as ruínas dos seus locais habitacionais, o que auxilia na compreensão de como viviam, as suas capacidades construtivas, o seu nível tecnológico, etc.

Por fim, o povoado do Castelo de Aguiar, não tendo ruínas visitáveis e não estando eleito para este itinerário, dada a sua importância no contexto da ocupação humana no território aguiarense, é referido na exposição permanente do Museu Municipal, cuja reserva guarda muito do espólio cerâmico obtido nas escavações arqueológicas aí realizadas.

**Quadro 30– Proposta de sítios a incluir no itinerário dos Castros**

Ponto	Local	Freguesia	Coordenadas	Períodos cronológicos-culturais
1	Museu Municipal	Vila Pouca de Aguiar	41.46713, -7.55765	N/A
2	Cidadelha de Aguiar	Vila Pouca de Aguiar	41.51624, -7.65250	Bronze Final / Ferro
3	Três Castelos	Bornes de Aguiar	41.53444, -7.59538	Bronze Final / Ferro
4	Castelo da Ferramenta	Valoura	41.56805, -7.54950	Idade do Ferro
5	Castro de S. Martinho	Bornes de Aguiar	41.53444, -7.59538	Idade do Ferro
6	Cidadelha de Jales	Alfarela de Jales	41.46710, -7.55765	Bronze Final / Ferro

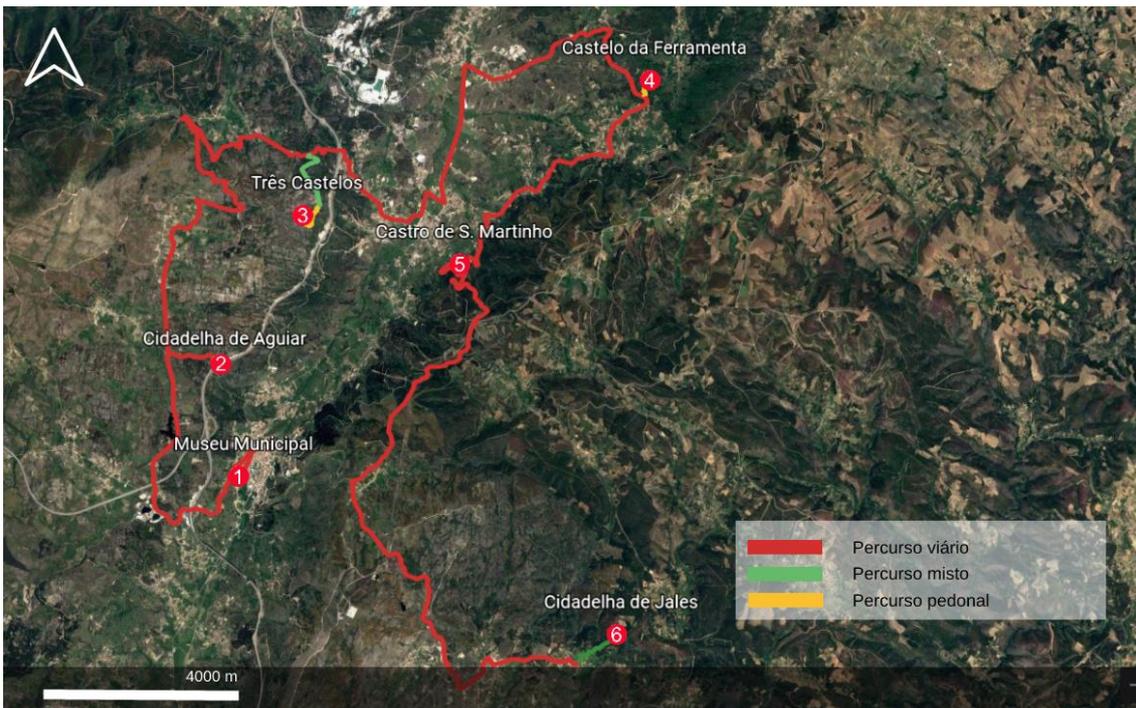


Figura 134 - Mapa dos pontos visitáveis no itinerário dos Castros.  
 FONTE: Elaborado sobre Google Earth.

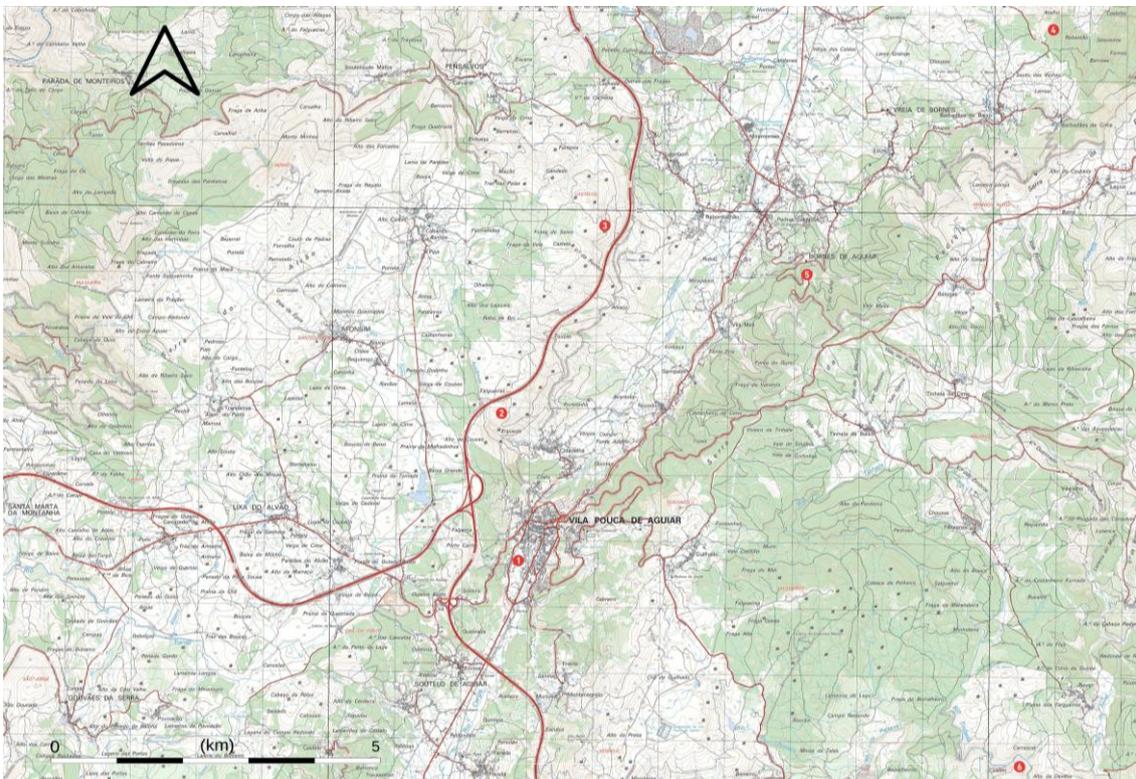


Figura 135 - Mapa dos pontos visitáveis no itinerário dos Castros sobre cartas militares de Portugal, à escala 1/25000.

## Percurso 1 – Museu Municipal Padre Rafael Rodrigues

O Museu Municipal Padre José Rafael Rodrigues, inaugurado em 2007 e edificado sobre a antiga e secular casa do condado, é um importante espaço museológico e cultural do concelho.

Divide-se em dois pisos, estando o inferior reservado para as exposições temporárias (figura 136) e o superior para a exposição permanente que, em quatro salas, organizadas cronologicamente, conta a história dos diferentes momentos de ocupação do concelho desde a Pré-história Recente até aos momentos mais relevantes do século XX.

Paralelamente, nas áreas dedicadas à Pré-história Recente - Calcolítico, Idade do Bronze e Idade do Ferro - pode ser visto algum espólio retirado de alguns dos sítios arqueológicos destes períodos (figuras 137, 138 e 139).



Figura 136 - Exposição temporária (Novembro de 2022).



Figura 137 - Pormenor da vitrina com raspadeira denticulada, pontas de seta, enxó polido e lascas do povoado de Rebordochão.



Figura 138 - Em destaque, réplica da estátua do guerreiro de Capeludos.



Figura 139 - Machado de bronze.

## Percurso 2 – Cidadelha de Aguiar

Local de Partida: Museu Municipal Padre Rafael Rodrigues

Loça de Chegada: Cidadelha de Aguiar

Extensão do Percurso: 8,72 km

Percurso viário: 8,20 km

Percurso viário: N/A

Percurso pedonal: 520 metros

Duração total aproximada: 17 minutos

### Quadro 31 - Pontos de interesse a visitar no percurso:

Designação	Tipologia	Coordenadas	Desvio da rota
Vila Pouca dos Pequeninos	Arte modelismo, miniaturas	41.50312, -7.64832	1 min.   350 metros
Oratório do Rosário	Património Religioso	41.50122, -7.64639	Sem desvio
Antiga Igreja Matriz	Património Religioso	41.50094, -7.64794	1 min.   120 metros
Lagoa do Alvão	Património Natural	41.50312, -7.66543	1 min.   230 metros

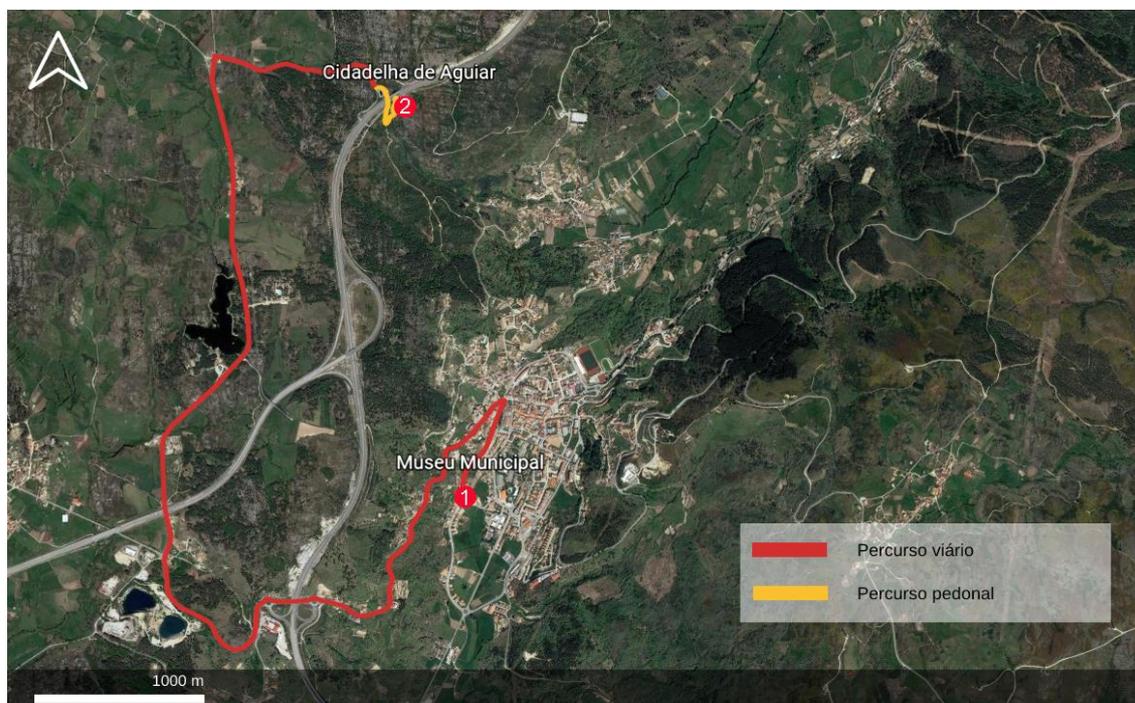


Figura 140 - Percurso viário e pedonal entre o Museu Municipal e Cidadelha de Aguiar.

FONTE: Elaborado sobre Google Earth.

### Percurso 3 – Três Castelos

Local de Partida:	Cidadelha de Aguiar
Loça de Chegada:	Três Castelos
Extensão do Percurso:	14,7 km
Percurso viário:	12,0 km
Percurso misto:	1,5 km
Percurso pedonal:	1200 m = 520 m [regresso ponto 2] + 680 m [acesso ponto 3]
Duração total aproximada:	32 minutos

#### Quadro 32 - Pontos de interesse a visitar no percurso:

Designação	Tipologia	Coordenadas	Desvio da rota
Museu Etnográfico de Cabanes	Património Etnográfico	41.53704, -7.66503	Sem desvio
Canastos de Cabanes	Património Arquitetónico	41.54077, -7.66561	1 min.   90 metros
Capela de Santo António	Património Religioso	41.54145, -7.66384	Sem desvio
Igreja de Santa Eulália / Igreja Paroquial de Pensalvos	Património Religioso	41.56221, -7.65448	3 min.   1100 metros

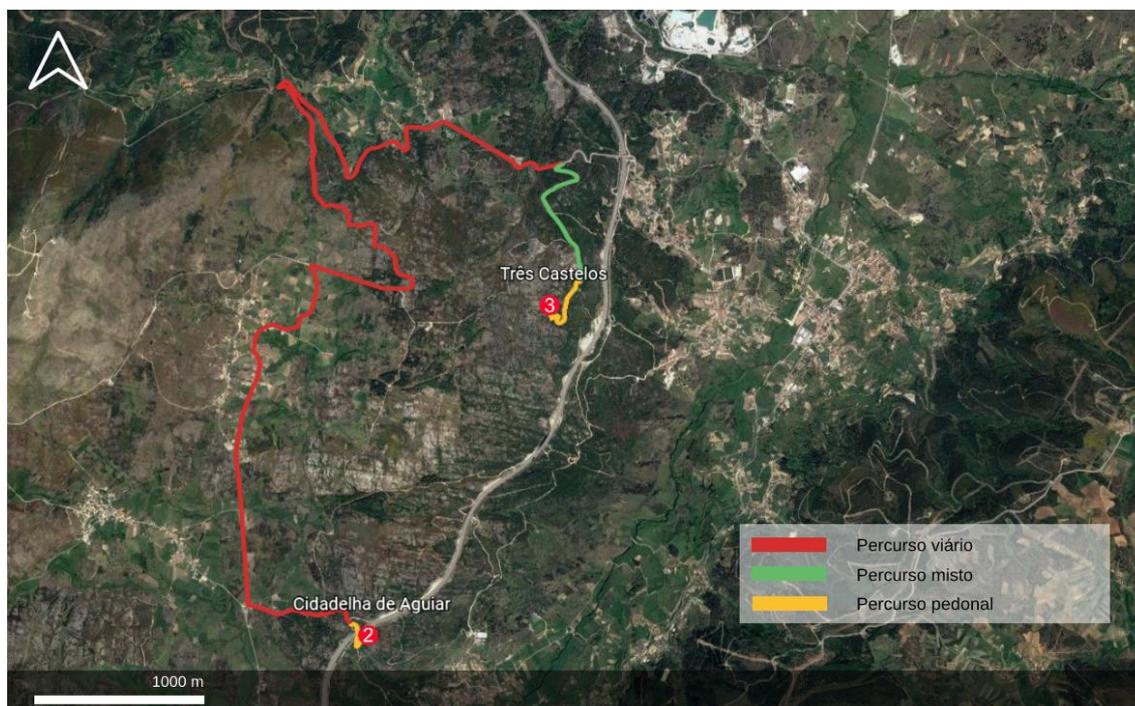


Figura 141 - Percurso viário, misto e pedonal entre Cidadelha de Aguiar e Três Castelos.

## Percurso 4 – Castelo da Ferramenta

Local de Partida:	Três Castelos
Loça de Chegada:	Castelo da Ferramenta
Extensão do Percurso:	15,1 km
Percurso viário:	12,5 km
Percurso misto:	1,5 km
Percurso pedonal:	1080 m = 680 m [regresso ponto 3] + 410m [acesso ponto 3]
Duração total aproximada:	31 minutos

### Quadro 33 - Pontos de interesse a visitar no percurso:

Designação	Tipologia	Coordenadas	Desvio da rota
Parque das Pedras Salgadas	Património Cultural	41.53704, -7.66503	Sem desvio
Museu Pedras Experience	Património Histórico	41.54539, -7.60603	Sem desvio
Ponte das Romanas	Património Arquitetónico	41.56335, -7.60693	4 min.   2100 metros
Areal	Necrópole	41.56893, -7.60514	2 min.   900 metros

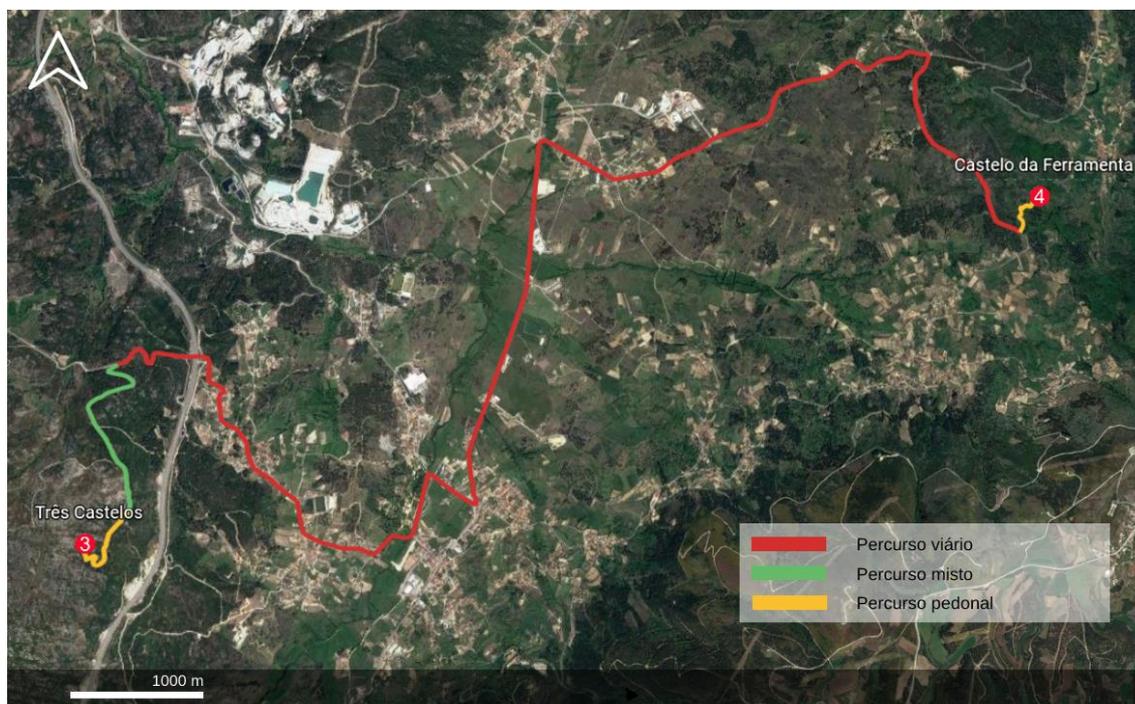


Figura 142 - Percurso viário, misto e pedonal entre Três Castelos e Castelo da Ferramenta.

## Percurso 5 – Castro de S. Martinho

Local de Partida:	Castelo da Ferramenta
Loça de Chegada:	Castro de S. Martinho
Extensão do Percurso:	8,2 km
Percurso viário:	7,8 km
Percurso misto:	N/A
Percurso pedonal:	400 m [regresso ponto 4]
Duração total aproximada:	16 minutos

### Quadro 34 - Pontos de interesse a visitar no percurso:

Designação	Tipologia	Coordenadas	Desvio da rota
Capela de Barbadães de Baixo	Património Religioso	41.55736, -7.56000	Sem desvio
Capela de Bornes de Aguiar	Património Religioso	41.54424, -7.59017	Sem desvio
Igreja de S. Martinho / Capela de S. Geraldo	Património Religioso	41.53630, -7.59547	Sem desvio
Ermida N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> dos Emigrantes	Património Religioso	41.55026, -7.57646	Sem desvio

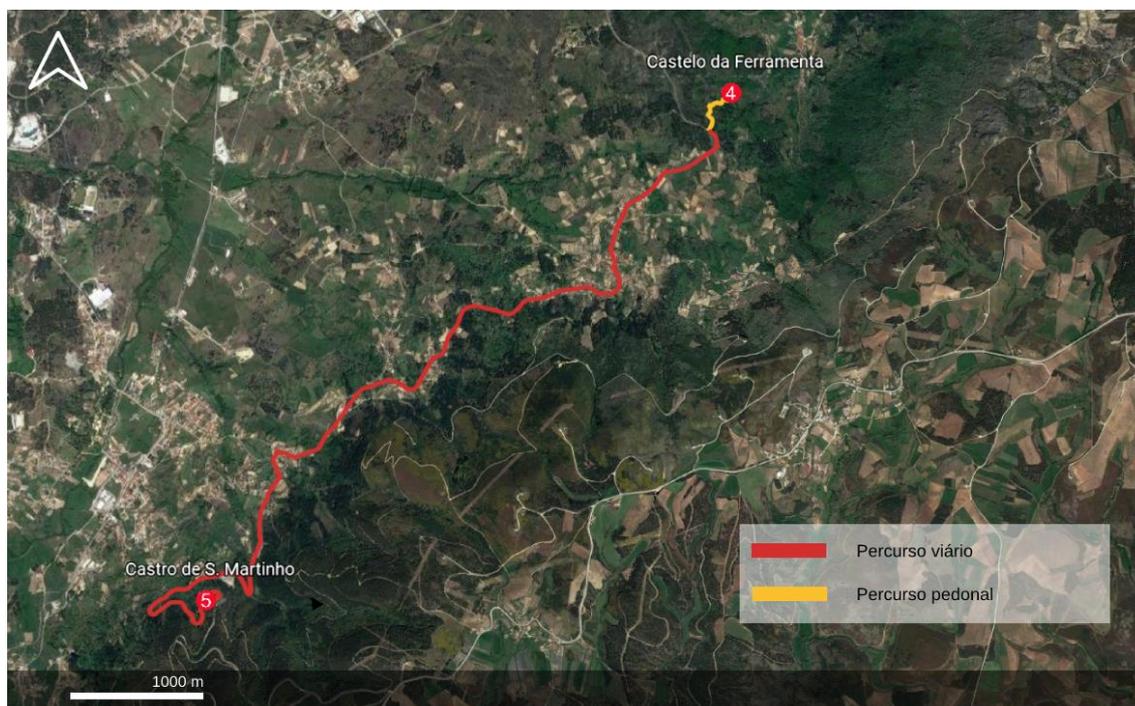


Figura 143 - Percurso viário e pedonal entre o Castelo da Ferramenta e o Castro de S. Martinho.

## Percurso 6 – Cidadelha de Jales

Local de Partida: Castro de S. Martinho

Loça de Chegada: Cidadelha de Jales

Extensão do Percurso: 15,9 km

Percurso viário: 15 km

Percurso misto: 900 metros

Percurso pedonal: N/A

Duração total aproximada: 24 minutos

### Quadro 35 - Pontos de interesse a visitar no percurso:

Designação	Tipologia	Coordenadas WGS84	Desvio da rota
Capela de Guilhado	Património Religioso	41.55736, -7.56000	Sem desvio
Barragem da Ferraria / Tinhela de Baixo Norte	Barragem Romana	41.51515, -7.57729	4 min.   2100 metros
Barragem de Vreia de Jales	Património Natural	41.47297, -7.60886	2 min.   700 metros
Centro Interpretativo Mineiro de Jales	Património Mineiro	41.46161, -7.59140	1 min.   50 metros



Figura 144 - Percurso viário, misto e pedonal entre o Castro de S. Martinho e Cidadelha de Jales.

### 2.2.2.2 Itinerário turístico do património cultural da freguesia de Bornes de Aguiar

Uma outra estratégia, que pode ser desenvolvida individualmente para cada freguesia é a de itinerário à volta dos elementos patrimoniais do seu território, com especial ênfase para o património histórico e arqueológico.

Como exemplo, selecionou-se a freguesia de Bornes de Aguiar e incluíram-se três dos sítios avaliados neste trabalho: o castro de S. Martinho, o povoado de Três Castelos e a Ponte das Romanas.

À semelhança da proposta anterior – itinerário dos castros - a estes locais acrescentaram-se outros pontos de interesse turístico e patrimonial (natural / cultural) de diversidade tipológica e cronológica que enriquecessem o itinerário. Os sítios mais antigos correspondem aos povoados das Idades do Bronze / Ferro, como os Três Castelos e o Castro de S. Martinho. Para o período romano enquadra-se a Barragem da Ferraria / Tinhela de Baixo – Norte. Ao período medieval são visitáveis a Ponte das Regateiras, a Ponte das Romanas e a necrópole da Cama dos Mouros e, por fim, edificado religioso da Idade Moderna e Contemporânea, como a Capela do Sagrado Coração de Jesus, a Igreja de S. Martinho / Capela de S. Geraldo e a Capela de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Anunciação.

Todos os sítios podem ser percorridos pela ordem que o visitante considerar mais oportuna ou interessante e todos permitem uma visita autónoma, isto é, sem obrigatoriedade de marcação ou de presença de guia.

De igual modo, analisam-se as possíveis parcerias com entidades das áreas da hotelaria, restauração e atividades turísticas.

O objetivo central deste itinerário é promover o património histórico e arqueológico da freguesia de Bornes de Aguiar não só ao turista nacional e estrangeiro, mas também para a comunidade local que, por diferentes motivos, não raras vezes desconhece o património da sua região.

**Quadro 36 – Proposta de sítios a incluir no itinerário do património cultural da freguesia de Bornes de Aguiar**

Ponto	Local	Tipologia	Coordenadas WGS84	Cronologias
1	Loja Interativa de Turismo	Posto de Turismo	41.54242, -7.60297	Séc. XX
2	Parque de Pedras Salgadas	Património Natural / Arquitetónico	41.54607, -7.6059	Séc. XIX
3	Museu Pedras Experience	Património Histórico	41.54530, -7.60589	Séc. XX
4	Ponte das Regateiras	Património Arquitetónico	41.54059, -7.60924	Idade Média
5	Três Castelos	Património Arqueológico	41.54363, -7.63279	Bronze Final / Ferro
6	Ponte das Romanas	Património Arquitetónico	41.56335, -7.60693	Idade Média
7	Capela do Sagrado Coração de Jesus	Património Religioso	41.54434, -7.59005	Idade Média
8	Cama dos Mouros	Património Histórico / Arqueológico	41.54112, -7.58833	Idade Média
9	Igreja de S. Martinho / Capela de S. Geraldo	Património Religioso	41.53630, -7.59547	Idade Média
10	Castro de S. Martinho	Património Arqueológico	41.53444, -7.59538	Idade do Ferro
11	Barragem da Ferraria / Tinhela de Baixo Norte	Património Arqueológico	41.51515, -7.57729	Romano
12	Capela de Nª Sª Anunciação	Património Religioso	41.51308, -7.58067	Idade Média / Moderna

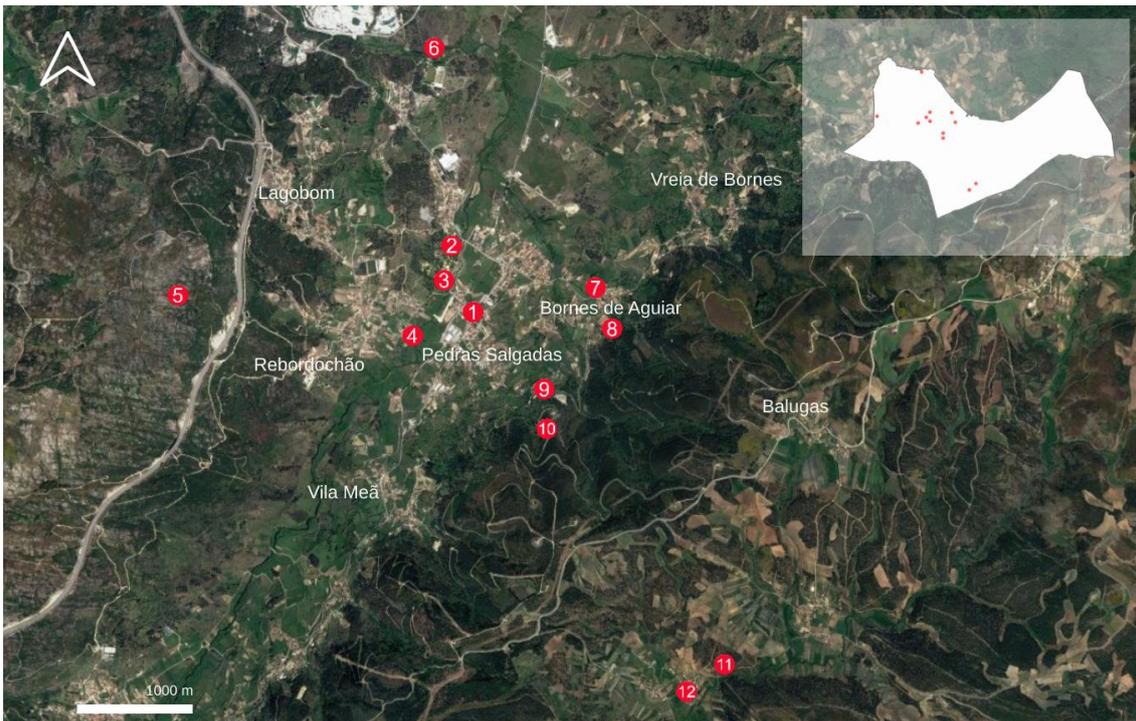


Figura 145 - Mapa dos pontos visitáveis na proposta do Itinerário turístico do património cultural da freguesia de Borne de Aguiar.

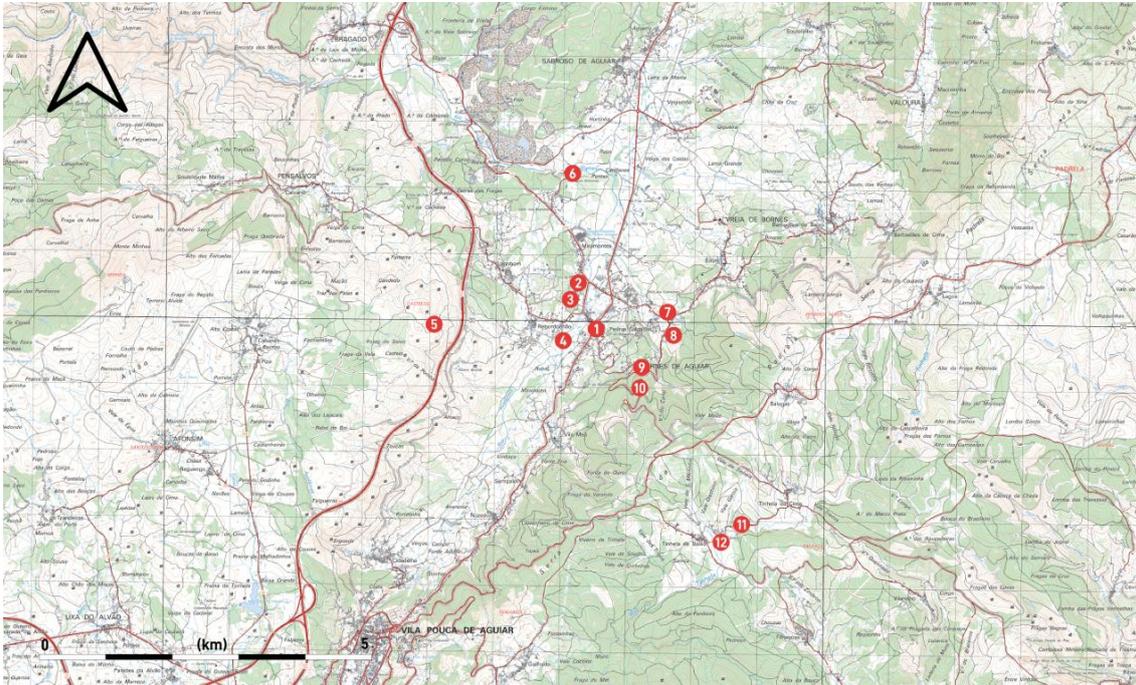


Figura 146 - Mapa dos pontos visitáveis na proposta do Itinerário turístico do património cultural da freguesia de Borne de Aguiar sobre Cartas Militares de Portugal à escala 1/25 000.

### 2.3 Propostas de redes e parcerias

Ao percorrer diversos sítios de uma área territorial fechada e circunscrita, como uma freguesia, são pertinentes e proveitosas as redes de parcerias entre as entidades gestoras do território, neste caso em particular entre a Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar e a Junta de Freguesia de Bornes de Aguiar, e os diferentes setores de atividade, comércio e oferta de serviços aí residentes.

As parcerias devem promover vantagens e gerar benefícios para ambas as partes. A diversidade na oferta deve atrair mais turistas e os “*produtos do destino* [devem ainda] *ser capazes de fazer com que os territórios visitados passem a fazer parte de uma experiência de vida que vai servir de portfólio de itinerários a divulgar junto de conhecidos e amigos*” (Santos, 2015, p.99). Nos quadros seguintes destacam-se alguns dos objetivos e vantagens das entidades gestoras na prossecução de protocolos que incentivem redes colaborativas e parcerias para o desenvolvimento do turismo em Vila Pouca de Aguiar e na freguesia de Bornes de Aguiar. Estas podem fazer-se com unidades hoteleiras, serviços de restauração, museus, lojas, centros equestres, etc. e devem possibilitar um *ambiente de satisfação, hospitalidade e segurança, que possa ser conjugado com elementos de participação efetiva, experiência e emoção partilhada* (Santos, 2015, p.99).

**Quadro 37 – Parcerias com entidades hoteleiras**

Entidade	Localização   Freguesia	Objetivos	Vantagens
Casa Fontes	Bornes de Aguiar	<p>Promover o itinerário e incentivar a visita ao território aos turistas que se alojarem nos seus espaços.</p> <p>Servir de ponto de apoio e esclarecimento de algumas dúvidas ao visitante.</p>	<p>Ao dispor de maior oferta cultural e espaços visitáveis, a possibilidade de permanência por mais tempo no território aumenta, sendo igualmente uma oportunidade de gerar mais receita para as entidades hoteleiras.</p>
Pedras Salgadas Spa & Nature Park	Bornes de Aguiar		
Quinchoso dos Bentos	Vila Pouca de Aguiar		
Hotel Europa	Vila Pouca de Aguiar		
Hotel Aguiar da Pena	Vila Pouca de Aguiar		
Alvão Village Camping	Alvão		

**Quadro 38 – Parcerias com entidades de restauração**

Entidade	Localização   Freguesia	Objetivos	Vantagens
O Refúgio	Bornes de Aguiar	<p>Promover o itinerário e incentivar a visita ao território aos turistas que realizarem as refeições nos seus espaços.</p> <p>Servir de ponto de apoio e esclarecimento de algumas dúvidas ao visitante.</p>	<p>Aumento de clientes concretizando-se num aumento de receita.</p>
Pizzaria Bellandré	Bornes de Aguiar		
O Monte Carlo	Bornes de Aguiar		
O Camponês	Bornes de Aguiar		
O Conde	Bornes de Aguiar		
Borges	Bornes de Aguiar		
Casa de Chá	Bornes de Aguiar		

**Quadro 39 – Parcerias com outros serviços**

Entidade	Tipologia serviço	Localização   Freguesia	Objetivos	Vantagens
Quinta do Lameiro	Passeio Cavalo	Bornes de Aguiar	<p>Promover o itinerário e incentivar a visita ao território aos turistas e oferecer-lhes atividades de lazer paralelas.</p>	<p>Aumento de clientes concretizando-se num aumento de receita.</p>
Centro Hípico de Pedras Salgadas	Passeio Cavalo Terapia	Bornes de Aguiar		
Loja Interativa de Turismo	Posto de Informações	Bornes de Aguiar		

## 2.4 Informação – Apoio ao visitante

A par com a seleção dos sítios a visitar, com a certificação da qualidade dos acessos e manutenção dos mesmos, podem ser desenvolvidas ferramentas que concentrem a informação sobre os sítios. Estas têm a função de auxiliar o visitante a chegar aos sítios de forma mais rápida e cómoda e a de fornecer informação cientificamente validade sobre cada sítio ou monumento que se está a visitar, por forma a estimular o gosto do visitante pelo passado e o respeito por este tipo de património.

Assim, propomos o desenvolvimento de sinalética, folhetos, mapas, aplicações /apps e visitas guiadas, em várias línguas.

### 2.4.1 Sinalética

A informação prestada ao público sobre a proximidade de sítios de interesse turístico e cultural, bem como a informação histórica e arqueológica sobre os mesmos, é de enorme importância. Se a primeira está regulamentada pelo decreto nº22-A/98<sup>72</sup> que se destina “*a transmitir aos utentes indicações sobre locais, imóveis ou conjuntos de imóveis e outros motivos que possuam uma especial relevância de âmbito cultural, histórico-patrimonial ou paisagístico*” e obedece a critérios específicos de cores e formas, o segundo já permite maior liberdade às entidades responsáveis. Devem, assim, ser tomadas todas as diligências para que os percursos viários e pedonais que permitem o acesso aos sítios estejam identificados e sinalizados de forma legível, bem como haja sinalética de informação *in loco*.

Os municípios que integram a ATLA – Associação Transfronteiriça Lago Alqueva<sup>73</sup> desenvolveram recentemente um projeto que

*“incluiu a colocação de placas de informação [...] com recurso a uma nova tecnologia que utiliza dispositivos eletrónicos (beacons), que irão fornecer informação atualizada aos turistas, através da aplicação “Iventrip”, não sendo necessário recorrer a guias em formato papel, para*

---

<sup>72</sup> Com as respetivas alterações no Decreto Regulamentar nº6/2019, Artigo 4º - Alteração dos quadros anexos ao Regulamento de Sinalização de Trânsito.

<sup>73</sup> Compreende os municípios de Alandroal, Barrancos, Moura, Mourão, Portel, Reguengos de Monsaraz, Serpa, Viana do Alentejo e Vidigueira e os municípios espanhóis de Alconchel, Cheles, Olivenza e Villanueva del Fresno.

além da informação inscrita nos mesmos. Esta aplicação destina-se a dispositivos de última geração, nomeadamente smartphones e tablets”. (Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz).



Figura 147 – Exemplo de sistema com beacon.  
FONTE: Inventur por Sismotur



Figura 148 – Exemplo de sistema com beacon.  
FONTE: Semanário Registo

## ECOSISTEMA DE DESTINO TURÍSTICO INTELIGENTE CONECTADO



QUANDO O TURISTA PASSA PRÓXIMO A UM SINAL OU ESTABELECIMENTOS COM UM BEACON OU ENTRA NUMA GEOBALIZA VIRTUAL, RECEBE NO SEU DISPOSITIVO MÓVEL

- )))  **Recursos próximos de si**
-  **Recursos ao seu redor**
-  **Proposta de um itinerário Inventrip**

Figura 149 – Funcionamento do sistema com recurso a *beacon*.  
Adaptado de Rafael Moreno, Santa Sussana Smart City Projet, Digital Tourist 2019.

Trata-se de uma aplicação com inúmeras vantagens, que concentra a informação<sup>74</sup> num único local, nas línguas que se predefinirem, com apoio a imagens, sistemas de orientação e navegação, e até sugerir itinerários ou visitas com base nas preferências e gostos do utilizador.

Poder-se-á projetar uma dinâmica de sinalética semelhante no município de Vila Pouca de Aguiar, abarcando não só sítios e monumentos, mas extensível a outros pontos de acesso pedonal e viário com interesse turístico e cultural. À semelhança da ATLA, o município pode concorrer ao Valorizar<sup>75</sup>, um programa de apoio à valorização e qualificação do destino turístico com linhas de financiamento específicas<sup>76</sup> que “*prevê a concessão de apoios financeiros a projetos de investimento e a iniciativas que tenham em vista:*

- *A regeneração e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo;*
- *A valorização turística do património cultural e natural do país, promovendo condições para a desconcentração da procura;*
- *A redução da sazonalidade;*
- *A criação de valor”.*

#### 2.4.2 Folhetos

Para que haja a eleição de um destino turístico é imprescindível que exista informação acessível a quem a procura em diferentes formatos e plataformas. Um dos “*dos fatores que influenciam a imagem que os consumidores têm de um destino são justamente as fontes de informação*” (Tojal, 2014, p.369). Assim, a comunicação das entidades promotoras com o público é fundamental e “*seria ingenuidade pensar que um local possa ser naturalmente turístico. [O] seu reconhecimento como [local] turístico é uma construção cultural*” (Castro, 1999, p. 81).

Os folhetos são uma ferramenta visual importante que informa e motiva o visitante a iniciar ou continuar a sua viagem e que podem, para além de locais habituais como postos de turismo ou equipamentos de gestão municipal, estarem disponíveis em muitos locais, como: espaços de

---

<sup>74</sup> Esta pode ser atualizada e revista ou eliminada a qualquer momento pela entidade gestora.

<sup>75</sup> Informação detalhada sobre o programa Valorizar pode ser consultada em:

[http://business.turismodeportugal.pt/pt/Investir/Financiamento/Programas\\_incentivos/Paginas/Valorizar-programa-de-apoio-a-valorizacao-e-qualificacao-do-destino.aspx](http://business.turismodeportugal.pt/pt/Investir/Financiamento/Programas_incentivos/Paginas/Valorizar-programa-de-apoio-a-valorizacao-e-qualificacao-do-destino.aspx)

<sup>76</sup> Linha de apoio ao turismo acessível; Linha de apoio à valorização turística interior; Programa de apoio financeiro à realização e captação de congressos e eventos; Linha de apoio à sustentabilidade; Linha de apoio à disponibilização de redes wi-fi.

restauração, hotelaria, comércio local, lojas de prestação de serviços, ou até distribuídos presencialmente.

Veja-se o exemplo da Rota do Barroco, promovido pelo município de Sátão:

**PR2 SAT** Rota do Barroco

**Início / Starting point**  
Capela de N.ª Sr.ª da Esperança / N.ª Sr.ª da Esperança Chapel  
GPS: 40°42'25.76"N, 7°14'22.177"W

**Distância / Distance**  
19,29 km

**Duração / Duration**  
5h15

**Tipo de percurso / Type of path**  
Circular

**Desnível Acumulado / Cumulative Gap**  
+418 m

**Descrição do percurso**  
Com início junto à Capela de N.ª Sr.ª da Esperança, em Abrunhosa, o percurso segue por entre carvalhos e campos de cultivo para Travasso. Depois da aldeia, entra numa vasta extensão de pinhal que se desvia para a esquerda em confins de grande porte na descida para o rio Sátão.

Já na vila, o trajeto contorna a igreja velha e o antigo Solar dos Albuquerque, atravessa uma área de edificação recente e sai junto à zona industrial para encontrar uma silenciosa mata de carvalhos pontuada de castanheiros, que liga à Capela de Sto. António. Junto ao antigo Mosteiro de N.ª Sr.ª de Oliva, inflete à direita por caminho, indo desembocar na Igreja de Míoma. Ligeiramente após cruzar novamente o Sátão, vira-se à direita e avança-se por pinhal cerrado por cerca de 4 km. A Torre da Matriz de Rio de Moinhos sinaliza o regresso à civilização. Recomenda-se pequeno desvio à Capela de N.ª Sr.ª da Fátima antes de se descer rumo à localidade. Servizaria e Lajeado para trás, o caminho faz-se notado de vinhedo e terrenos agrícolas, alcançando a malha antiga e a Capela de Sto. António de Abrunhosa imediatamente antes de regressar ao ponto de partida.

**Descrição of the route**  
Starting near N.ª Sr.ª da Esperança Chapel in Abrunhosa, the route follows towards Travasso in the midst of oaks and farming fields. After the village, it enters a large pine wood extension which, when descending to the Sátão River, also shows large sized coniferous trees.

Already in the town, the route walks around the old church and the old Albuquerque Manor House, crosses an area of recent buildings and exits near the industrial zone to find a quiet oak wood, punctuated by chestnut trees, which connects with Sto. António Chapel. Near the old Monastery of N.ª Sr.ª de Oliva it turns right on a path, arriving at Míoma Church. After once again traversing Sátão, we turn right and follow through a closed pine wood for about 4 km. The tower of Rio de Moinhos Main Church marks the return to civilization. Before going down towards the village, a small detour is recommended at N.ª Sr.ª de Fátima Chapel. Leaving behind the villages of Servizaria and Lajeado, the path is surrounded by vineyards and farming fields, reaching the old urban mesh and Sto. António de Abrunhosa Chapel just before returning to the starting point.

**Pontos de Interesse / Points of interest**

- 1 • Santuário de N.ª Sr.ª da Esperança / N.ª Sr.ª da Esperança Sanctuary
- 2 • Igreja Velha de Sátão / Sátão Old Church
- 3 • Solar dos Albuquerque / Albuquerque Manor House
- 4 • Capela de Sto. António / Sto. António Chapel
- 5 • Igreja de N.ª Sr.ª de Oliva / N.ª Sr.ª de Oliva Church
- 6 • Igreja Paroquial de Míoma / Míoma Parish Church
- 7 • Vista sobre Rio de Moinhos / View over Rio de Moinhos
- 8 • Igreja Matriz de Rio de Moinhos / Rio de Moinhos Main Church
- 9 • Capela de Sto. António de Abrunhosa / Sto. António de Abrunhosa Chapel

**Legenda / Caption**

- Capela de N.ª Sr.ª da Esperança / N.ª Sr.ª da Esperança Chapel
- Início do percurso / Starting point of the walking path
- Estrada enfiada / Paved road
- Núcleo pedonístico / Pedestrian network
- Sentido aconselhado do percurso / Advised direction of the path

**Escala aconselhada / Recommended season**

O percurso pode ser efetuado em qualquer época do ano. Recomenda-se utilizar roupa que tome algumas precauções com as elevadas temperaturas que se podem fazer sentir durante o verão e a precipitação intensa no inverno.

The tour can take place in every season. However, participants are advised to take some precautions regarding high temperatures which may occur in the summer and heavy rainfall in winter.

**Nível de dificuldade / Grading**

O grau de dificuldade é representado através de 4 níveis de cores, sendo cada um deles afetado numa escala de 1 a 3. Exemplo: 2/2 (Moderado) (The difficulty level is represented by 4 different symbols and each one ranges from 1 to 3, the most difficult)

**Localização / Location**

Figura 150 - Folheto da Câmara Municipal de Sátão – Rota do Barroco. Inclui-se descrição do percurso, elementos visitáveis, pontos de interesse e outras informações úteis.

Assim, com base neste folheto, propomos um para o itinerário dos castros, cujo conteúdo e *design* pode ser atualizado (fig. 151). Este contém a seguinte informação:

## Itinerário dos Castros

**Início / Starting Point**  
Museu Municipal Fr. José Rafael Rodrigues  
Local County Museum Fr. José Rafael Rodrigues  
GPS: 41°28'01.7"N 7°53'27.5"W

**Distância / Distance**  
64 km

**Duração / Required time**  
De / from 4h - a / to 6h

**Tipo de percurso / Type of trail**  
Linear

**Dificuldade / Difficulty Rating**  
Média / Average

**> Descrição do percurso**

O percurso inicia-se no Museu Municipal Padre José Rafael Rodrigues, sito na Rua Padre Mário Ferreira Botelho.

A passagem pelos diferentes povoados fortificados enquadros nas Idades do Bronze / Ferro, e espalhados por diferentes freguesias, permite conhecer a arquitectura castreja da região e usufruir das magnificas vistas que a paisagem aguiarense oferece.

A serra do Alvão, a serra da Padrela e o vale de Aguiar são alguns dos pontos de património natural que se impõem.

A elevada biodiversidade biológica e as características geomorfológicas e climáticas, favorecem a estada de diferentes populações de avifauna, mamofauna ou herpetofauna.

Instalado na antiga Casa do Condado desde Abril de 2007, o Museu Municipal de Vila Pouca de Aguiar proporciona a quem o visita uma viagem única pelo passado deste território, pautada, simultaneamente, pelo contacto com as pré-existências deste edifício histórico.

Ao longo do percurso, transmitem-se histórias e vivências passadas que identificam os aguiarenses com o seu território e com os recursos naturais que a região persiste em facultar. O espólio, constituído por colecções arqueológicas, reunidas ao longo das últimas décadas, transporta-nos para seis ambientes, para seis momentos particulares da ocupação do Concelho. Como eixo de ligação, a exploração dos recursos naturais propiciados pela região ao longo dos milhares de anos da sua ocupação: o granito, o ouro e as águas minerais

**> Pontos de interesse / Points of interest**  
Ao longo do percurso encontram-se diversos pontos de interesse de património natural, arquitetónico, religioso, histórico, arqueológico e etnográfico. (Ver Código QR)  
Along the route there are several points of natural, architectural, religious, historical, archaeological and ethnographic heritage interest. (Scan QR Code)



**> Description of the route**

The route begins at Fr. José Rafael Rodrigues' Local Museum, located on Rua Padre Mário Ferreira Botelho.

Passing through the different castros dating back to the Bronze / Iron Ages, and spread across different parishes, you will discover the castro culture and architecture and enjoy the magnificent landscape of Vila Pouca de Aguiar.

The Alvão and the Padrela mountain range and the Aguiar valley are some of the outstanding natural heritage sites.

The biological biodiversity and the geomorphological and climatic characteristics, favor the stay of different populations of avifauna, mammofauna or herpetofauna, that one can encounter during this route.

**Contactos úteis**  
Useful contacts

Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar  
259 419 100  
geral@cm-vpaguiar.pt

Loja Interativa de Turismo  
259 439 000  
turismo@cm-vpaguiar.pt

Museu Municipal Padre José Rafael Rodrigues  
259 403 103  
museu@cm-vpaguiar.pt

**QR CODE**



**Localização**  
Location



Figura 151 - Proposta de folheto para o Itinerário dos Castros.  
Inclui-se descrição do percurso, elementos visitáveis, pontos de interesse e outras.

### 2.4.3 Aplicações / Apps

Se há cerca de uma década se antecipava que os serviços móveis e aplicações web, que até então estavam a emergir, iriam ter um aumento significativo na quota de mercado, superando até o uso das plataformas em desktop (Portolan *et al.* 2011), hoje “*este segmento do mercado tornou-se um dos maiores sucessos na história do consumo em tecnologia*”<sup>77</sup> (Dias e Afonso, 2021, p. 114). A integração de *smartphones* nos hábitos diários das pessoas colocou-os em todas as esferas das suas vidas, tanto profissionais como pessoais (Dias e Afonso, 2021).

“*Recentemente os telemóveis evoluíram para smartphones, computadores totalmente funcionais com uma variedade de recursos de entrada e saída, que fornecem acesso à internet*”<sup>78</sup>. (Wang e Fesenmeier, 2013, p.58).

<sup>77</sup> Trad. aut. *this market segment became one of the greatest successes in the history of consumer technology*

<sup>78</sup> Trad. aut. *In recent years mobile phones have evolved into “smartphones” that are fully functional computers with a variety of input-output capabilities which provide reliable Internet access.*

O setor do turismo não é exceção. As vantagens espalham-se na possibilidade de obter informação de forma muito rápida sobre variáveis que afetam diretamente a sua viagem: alojamento, marcação de restaurantes, transportes, meteorologia, eventos, entre muitos outros.

Estas mesmas vantagens podem, e estão a ser aplicadas na gestão do património. Os sítios visitáveis podem incluir na sua sinalética códigos QR Code ou *links* para aplicações que forneçam toda a informação no *smartphone* do turista. Este pode recorrer a formato de texto, imagem, áudio-guia ou vídeo (figura 152).

Atualmente existem companhias de desenvolvimento de *software* especializadas em aplicativos móveis. As visitas turísticas criadas podem ser baixadas para qualquer dispositivo móvel, a qualquer momento, tanto para apoio no local de visita como de visita virtual no conforto de casa, onde se destacam as seguintes características<sup>79</sup>, segundo Marques (2022): visitas multimédia que incluem áudio, texto, imagens e vídeo; navegação suportada por Google Maps e GPS; narrações em áudio reproduzidas automaticamente quando o usuário chega a locais pré-definidos; possibilidade de ver ou rever informação offline, após conclusão da visita; publicitação de negócios e destinos locais; integração de partilha nas redes sociais; geração de mapas personalizados e *pins* que proporcionam uma experiência única e individual ao utilizado. Tal possibilita, ainda, a monetização da app ao colocar anúncios de diversos comércios e pontos de interesse.



Figura 152 - O património e as novas tecnologias.  
Imagem de autor.

---

<sup>79</sup> Características do *software Locatify*, com o produto *Locatify Smart Guide*. «[www.locatify.com](http://www.locatify.com)»

Este tipo de aplicação seria importante na aplicação do desenvolvimento e promoção dos itinerários de Vila Pouca de Aguiar.

#### 2.4.4 Visitas guiadas

As visitas guiadas dirigem-se a um público transgeracional que opta por este tradicional modo de visita ou por querer um maior entendimento do espaço que visita ou por não querer ou ter dificuldades no manuseamento de ferramentas eletrónicas.

O guia de turismo assume assim um importante papel, nomeadamente na capacidade de executar um conjunto variado de funções que facilitem a experiência do turista (Tetik, 2016). É um orientador geográfico, e é um mentor (Cohen, 1985) na qualidade em que seleciona e transmite informação e conhecimento.

As visitas guiadas podem ser estendidas a qualquer um dos itinerários supra citados e, para além da iniciativa autárquica, podem ser desenvolvidas e promovidas por entidades privadas

### 3. Considerações finais

O património cultural, associado ao turismo, tem oferecido, cada vez mais, um maior número de produtos e, não o substituindo, tem sido um complemento ao tradicional e ainda muito expressivo turismo de “sol e praia”.

Os territórios, como o de Vila Pouca de Aguiar, que são herdeiros e beneficiam de um importante e vasto património natural e cultural devem, por um lado, preservá-lo e valorizá-lo e, por outro perspetivar a melhor divulgação desses mesmos bens.

Entendemos que, tal como desejado no início dos trabalhos, os objetivos a saber, foram alcançados: identificação de alguns dos sítios e / ou monumentos históricos e arqueológicos mais relevantes do concelho de Vila Pouca de Aguiar; reavaliação do seu estado atual de conservação (através de análises swot) e criação de itinerários e percursos com vista à sua implementação, que possam contribuir para uma maior visibilidade deste património de importância cultural.

Foram ainda propostas as seguintes atividades ou ferramentas de difusão do património: um roteiro arqueológico, envolvendo os 22 elementos patrimoniais avaliados; um itinerário temático, com sugestão de visita a diferentes povoados fortificados, denominado itinerário dos castros; um itinerário turístico do património cultural da freguesia de Bornes de Aguiar que permite conhecer de forma aprofundada muito do património existente nesta freguesia, tal como o património arquitetónico, património histórico, património arqueológico, património religioso ou o património natural.

De salientar, igualmente, a proposição de redes de parceria para alargar a oferta de atividades ao turista com vista a melhorar a sua experiência e o seu grau de satisfação e, preferencialmente aumentar o tempo de permanência no concelho.

Encontraram-se algumas dificuldades, nomeadamente na relocalização e avaliação de alguns sítios históricos e arqueológicos, nomeadamente os povoados fortificados da freguesia de Pensalvos e Parada de Monteiros (Craсто de Pensalvos e Castelo de Pensalvos), o Castelo da Ferramenta, na freguesia da Valoura, uma das sepulturas do Areal, na freguesia de Sabroso de Aguiar e as próprias gravuras da Cruz do Coro na freguesia de Vreia de Bornes, todos devido à densa vegetação arbórea e arbustiva.

Creemos, contudo, que tal obstáculo pode ser facilmente superado no futuro com implementação de medidas de monitorização regulares.

Se, transversalmente, os diversos sítios possibilitam ações de valorização patrimonial, particular nota damos aos povoados fortificados da Idade do Ferro que, apesar da carência de estudos científicos, da atual dificuldade de acessibilidade a muitos deles e do estado de conservação que à superfície aparentam ter, cremos que com as medidas certas, e merecidas, de investigação, conservação e divulgação, podem tornar-se interessantes sítios visitáveis do concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Reconhecemos ainda as limitações deste estudo e que o trabalho desenvolvido não é um fim, mas uma ferramenta que pode e deve ser continuada no tempo.

Deseja-se que possa ser útil socialmente, em parte, ou na totalidade das suas propostas, e que uma eventual execução traga benefícios ao município e a todos os que o visitam e desejam conhecer a sua história.

Enquanto arqueólogo do município de Vila Pouca de Aguiar ambiciono, naturalmente, que o património cultural, nomeadamente o histórico e o arqueológico, possa ser valorizado, e que desempenhe um papel, cada vez maior, na identidade da comunidade local, na educação patrimonial e no desenvolvimento do turismo cultural.

## BIBLIOGRAFIA

- ACEDO, Abel, FESHARAKI, Omid, GARCÍA-FRANK, Alejandra (2020) Análisis comparativo de menciones al patrimonio paleontológico y otros tipos de patrimonio en los currículos de educación secundaria en España (período 1970-2020), *Revista de la Sociedad Geológica de España* 33 (2) pp. 41-62.
- AFKHAMI, Behrouz (2021) Archaeological tourism; characteristics and functions, *Journal of Historical Archaeology & Anthropological Sciences*, volume 6 (2), pp.57-60.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa América.
- ALARCÃO, Jorge de (1992) A Evolução da Cultura Castreja, *Conimbriga*, 31, pp. 39-71.
- ALARCÃO, Jorge de (1993-1994) A Arqueologia e o Tempo, *Conimbriga*, 32-33, pp. 9-56.
- ALARCÃO, Jorge de (1998) Ainda sobre a localização dos populi do conventus bracaraugustanos, *Anales de Arqueologia Cordobesa*, 9, pp. 51-57.
- ALVES, Lara Bacelar, REIS, Mário (2009) No Limiar das 'Artes'? – Questões em torno da permeabilidade de fronteiras temporais e espaciais da arte rupestre de Trás-os-Montes ocidental, *Revista Aquae Flaviae*, 41, pp.45 – 92.
- ARGOTE, Jeronimo Contador de (1734) *Memorias Para a Historia Ecclesiastica Do Arcebispado de Braga, Primaz Das Hespanhas*, Tomo Segundo, Livro III.
- BALLART, Josep (1997) *El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso*, Barcelona, Ariel Patrimonio Histórico.
- BARBOSA, Sandra (2001) O Crasto de Palheiros – Murça. Contributo para o entendimento do fenómeno campaniforme em contexto doméstico. *Estudos do Quaternário*, 4, pp.97-112.
- BARROCA, Mário Jorge, MORAIS, António Cardoso (1983) Sepulturas medievais na Terra de Aguiar de Pena, Vila Pouca de Aguiar, *Arqueologia*, 8, pp. 92-101.
- BARROCA, Mário Jorge, MORAIS, António Cardoso (1986) A Terra e o Castelo – Uma experiência arqueológica em Aguiar de Pena, *Portugália*, Nova Série, 6-7, pp. 35-116.
- BARROCA, Mário Jorge (2010-2011) Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho, *Portugália*, Nova Série, 31-32, pp.115-182.
- BATATA, Carlos, BORGES, Nélson, CORREIA, Heitor, SOUSA, Albertino de (2008) *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Pouca de Aguiar*, Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar, Ozecarus Serviços Arqueológicos, Lda.

BATATA, Carlos (2013) O Complexo Mineiro Romano de Tresminas e Jales, *Arqueologia em Portugal – 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.785 – 792.

BATATA, Carlos (2017) *A mineração romana no complexo de Tresminas e Jales (Trás-os-Montes, Portugal)* Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Arqueologia, Universidade de Évora.

BETTENCOURT, Ana M. S (2003) Expressões simbólicas e rituais da Idade do Ferro do Noroeste de Portugal, in Jorge VO (ed.) *Arquitectando espaços : da natureza à metapolis : 7ª mesa redonda de Primavera*, Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 131-149.

BETTENCOURT, Ana M. S. (2013) O Bronze Final no noroeste português. Uma rede complexa de lugares, memórias e ações. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20, Oeiras, Câmara Municipal, pp. 157-172.

BETTENCOURT, Ana M. S, SAMPAIO, Hugo A., CARDOSO, Daniela, SÁ, Sofia, RODRIGUES, Alda (2017) Rota de Arte Rupestre do Noroeste Português. Um projeto para o desenvolvimento de uma prática turística sustentável, *Holos*, 1, pp.3-20.

BLONDIN, Roland (1977) Le toponyme Conimbriga, *Conimbriga*, 16, pp. 145-159.

BOTTAINI, Carlo Emanuelle, (2012) *Depósito metálicos no bronze final (sécs. XIII-VII a.C.) do centro e norte de Portugal. Aspectos sociais e arqueometalúrgicos*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BRANDÃO, José Manuel, SILVA, Paulo Bravo (2006) Contribuição para a elaboração de um catálogo geral dos artefactos arqueológicos ligados à mineração e metalurgia antigas nas colecções dos museus geomineiros do INETI, *Actas do 3º Simpósio sobre mineração e metalurgia históricas no sudoeste europeu*, pp. 77-91.

BOTELHO, Henrique (1896) Antas no concelho de Villa-Pouca-de-Aguiar, *O Arqueólogo Português*, 1ª série, 2, pp. 81-83.

BOTELHO, Henrique (1897) Duas necrópoles no concelho de Villa-Pouca-de-Aguiar, *O Arqueólogo Português*, 1ª série, 3, pp. 256-257.

BOTELHO, Henrique (1904) Archeologia de Trás-os-Montes, 1. Antas no concelho de Villa Pouca de Aguiar (cont.) *O Arqueólogo Português*, 1ª série, 9, pp. 49-53.

BOTELHO, Henrique (1907) Lápides com inscrições romanas do districto de Villa Real, *O Arqueólogo Português*, 1ª série, 12, pp. 26-31.

BRANDÃO, José M. (coord.) (1998) *Museologia e Arqueologia Mineiras*, in Museu do Instituto Geológico e Mineiro, p. 57-68.

BRENHA, José (1903) Dolmens ou antas no concelho de Villa Pouca d'Aguiar, *Portugália*, 1, (1-4), pp. 691-706.

CASTRO, Celso (1999) *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

CARDOSO, Luiz (1747) Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751. - 2 t. em 2 vol.

CARDOSO, Mário (1954) A Propósito da lavra do ouro na Provincia de Trás-os-Montes durante a época romana, *Revista de Guimarães*, 64 (1-2) Jan.-Jun., pp. 113-141.

CARNEIRO, Sérgio, LOPES, Rui (2015) A praça forte de Chaves, estrutura e vestígios arqueológicos, *O Pelourinho, Boletín de Relaciones Transfronterizas*, 19 (2ª época), pp.147-176.

CMVPA, 2015-2019, “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila Pouca de Aguiar, Caderno I – Diagnóstico”. Gabinete Técnico Florestal. Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Vila Pouca de Aguiar.

CANHA, Alexandre (2004) Relatório Aprovado - EIA - RECAPE do Sublanço E1 - Falperra/Pedras Salgadas - IP3/A24 - Vila Real/Chaves e da Variante a Vila Pouca de Aguiar (Relatório policopiado).

CANHA, Alexandre; ALVES, Mafalda (2005) Relatório Aprovado - EIA - RECAPE do Sublanço E1 - Falperra/Pedras Salgadas - IP3/A24 - Vila Real/Chaves e da Variante a Vila Pouca de Aguiar (Relatório policopiado).

CARVALHO, J. Silva; VEIGA FERREIRA, O. da (1954) Algumas lavras auríferas romanas, *Estudos, Notas e Trabalhos*, 9 (fasc.1/4) pp. 20-57.

CARVALHO, Paulo M. (2010) Turismo Cultural, Património e políticas públicas em territórios rurais de baixa densidade: eixos vertebradores de revitalização e de construção de novas identidades? ILP, Edições Afrontamento, *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*, pp.123-140.

CARVALHO, Pedro; SALAZAR, Ana; NEVES, Joana (2011) A Imagem Percebida e o Perfil do Turista de um Destino Turístico Cultural: O Caso Do Alto Douro Vinhateiro, Património da Humanidade, in ETEA, Institución Universitária de la Compañia de Jesús, *Actas das XXI Jornadas Hispano-Lusas de Gestão Científica*, Espanha, Córdova, pp.1-18.

CHOAY, Françoise (2014) *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa.

COHEN, Erik (1985) The Tourist Guide: The origins, structure and dynamics of a role. *Annals of Tourism Research*, (12), pp. 5-29.

CORREIA, Virgílio Hipólito, RUIVO, José (2012-2013) Conimbriga: História, Gestão e Proteção de uma cidade Romana, *Arqueologia & História*, Revista da Associação Portuguesa dos Arqueólogos, (64-65), pp. 141-151.

CORREIA, Virgílio Hipólito (2017) *Conimbriga – Guia das Ruínas*, 3ª edição Revista. Direção Geral do Património Cultural.

Correspondência entre Martins Sarmiento e o Abade de Miragaia Pedro Augusto Ferreira (1953) *Revista de Guimarães*, 63 (1-2) Jan.-Jun, pp. 255-284.

CORTEZ, Fernando Russell (1957) Lápides romanas do Museu de Chaves, *Viriatis*, Viseu, 1:2, pp.99-113.

COSTA, Carlos Mendes da (1932) O turismo e os caminhos de ferro, *Gazeta dos caminhos de ferro*, nº 1070, 16.06.1932, Lisboa, pp. 336-337.

COSTA, Carlos Figueiredo da (2015) *Turismo na Serra da Estrela – Impactos, transformações recentes e caminhos para o futuro*, Tese de Doutoramento em Geografia, ramo da Geografia Humana, apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CRUZ, Domingos (1985) A Necrópole Megalítica da Serra do Alvão, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25:2-4, pp. 396-406.

CRUZ, Domingos (1995) Dólmen de Antelas (Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades, Viseu) *Estudos Pré-históricos da Beira Alta*, 3, pp.263-264.

CUNHA, Licínio (2010a) A definição e âmbito do turismo: um aprofundamento necessário, *ReCiL* – Repositório Científico Lusófona.

CUNHA, Licínio (2010b) Desenvolvimento do turismo em Portugal: Os primórdios, *Fluxos & Riscos*, 1, pp. 127-149.

D'ENCARNAÇÃO, José (1983) Noticiário Arqueológico, *Conimbriga*, 22, pp. 217-247.

DE ANDREIS, Frederico; CARIONI, Massimiliano (2019) A Critical Approach to the Tourism Management, *Open Journal of Applied Sciences*, 9, pp. 335-341.

DIAS, Sónia, AFONSO, Victor Alves (2021) Impact of Mobile Applications in Changing the Tourist Experience, *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation Journal Details*, 11, (1) pp. 113-120.

DINIS, António Pereira (2001) *EIA do IP3/A24 - SCUT Norte Interior - Lanço Vila Real/Chaves (Fronteira) - Estudo Prévio* (Relatório policopiado).

DOMERGUE, Claude (1987) - *Catalogue des mines et fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*. Madrid. Diffusion de Boccard, Publications de la Casa de Velazquez Serie Archeologie, 8

DURAN, Jean Y. (2006) Patrimónios/patrimônios, *A Função Social do Museu*, ed. Câmara Municipal de Montalegre: Ecomuseu do Barroso, pp. 41 – 53.

DUARTE, Luís Miguel (1995) A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média (Tentativa de síntese), *Revista da Faculdade de Letras*, 12, pp. 75-112.

DOMINGUES, Álvaro (2014) Patrimónios Desamparados, *Revista Património*, 2, Nov. pp. 6-15.

ESPINO, David González (2015) *Arqueoturismo o turismo arqueológico: actividade clave para potenciar el turismo cultural en el Peru*. Peru: Universidad Autónoma del Peru.

Estudo de Impacte Ambiental, Linha Valpaços – Vila Pouca de Aguiar, a 220 kV (2010) 2ª Fase – Projecto de Execução, Volume 1 – Resumo não técnico, REN Rede Eléctrica Nacional, S.A.

Estudo de Impacte Ambiental, Relatório Técnico, Pedreira do regato dos Medronhos, Ambiobjecto – Granitos, Estudos e Projectos, Lda. (2019).

FERREIRA, Octávio da Veiga; TEIXEIRA, A. Pires (1955) Sobre uma lucerna romana de bronze da Mina de Jales, *Revista de Guimarães*, 65 (3-4) Jul.-Dez. pp. 392-398.

FIGUEIRA, Luís Mota (2013) *Manual para a elaboração de roteiros de turismo cultural*, Instituto Politécnico de Tomar.

FONTE, João (2015) *Paisagens em mudança na transição entre a idade do ferro e a época romana no alto Tâmega e Cávado*, Tese de Doutoramento, Departamento de Historia I, Facultad de Xeografia e Historia, Univeridade de Santiago de Compostela.

FONTE, João, COSTA-GARCÍA, José Manuel (2016) Alto da Cerca (Valpaços, Portugal): Um assentamento militar romano na serra da Padrela e a sua relação com o distrito mineiro de Tresminas, *Estudos do Quaternário*, 14, APEQ, Braga, pp. 39-58.

GASTAL, Susana (Org.) (2000) Turismo & cultura: por uma relação sem diletantismos, *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*, Porto Alegre, ed. EDIPUCRS - Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pp.117-130.

GOMES, Mário Varela (2002) Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século, *Arqueologia & História*, Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal, 54, Lisboa, ed. Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp.139-194.

GOMES, Rosa Varela (2008) O Castelo de Silves – Contributos da investigação recente, XELB 9, *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve*, pp. 477 – 488.

GOMES, Rosa Varela (2011) O Castelo de Silves – Do Templo Cristão à Mais Antiga Fortificação Islâmica, Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular – *Encontros e Desencontros*, IAP – Instituto de Arqueologia e Paleociências, pp. 9-16.

GOMES, Maria Elisa Preto, RAMOS João Manuel Farinha (2018) Recursos minerais de Trás-os-Montes e Alto Douro, *Recursos Geológicos de Trás-os-Montes – Passado, Presente e Perspetivas Futuras*, in Carlos Balsa e João Sobrinho Teixeira (eds.), Instituto Politécnico de Bragança, pp. 17-53.

GOSCH, Stephen S., STEARNS, Peter N. (2008) *Premodern Travel in World History*, Routledge.

GREFFE, Xavier (1994) Is rural tourism a lever for economic and social development? *Journal of Sustainable Tourism*, 2, pp. 22-40.

GUEDES, César (2017) As sepulturas escavadas na rocha e as leituras de um possível território a sul do Douro, *Genius Loci Lugares e significados places and meanings*, 2, in CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 275-287.

GUERRA, Maria Filomena, TISSOT, Isabel (2022) New insight into Bronze Age goldwork from northern Portugal. Bracelets, spirals and torcs from the region of Vila Real. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 43, pp.103-477.

HARRISON, F. A. (1931). Ancient mining activities in Portugal. *The Mining Magazine*, 45, pp. 137-145.

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, Normais climatológicas (1981-2010) da Estação Meteorológica de Vila Real (566 e 567).

JORGE, Susana Oliveira (1986) *Povoados da Pré-História Recente (III.º - Inícios do II.º Milénios a. C.) da Região de Chaves V.ª P.ª de Aguiar (Trás-os-Montes Ocidental)*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de doutoramento, 3 Volumes.

L.C.C. (Livia Cristina Coito) (2003) Documentos para a história do MNA, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série 4, 21, pp. 339-346.

LOPEZ CUEVILLAS, Florentino, LORENZO FERNANDEZ, Joaquin (1938) Sobre a arqueologia do território dos Querquernos, *Revista de Guimarães*, 48, nº1-3, pp. 85 – 106.

LOPES, António, SILVA, Armando Coelho, PARENTE, João, CENTENO, Rui (1994) A estátua-estela do Marco (Vreia de Jales, Vila Pouca de Aguiar), Notícia Preliminar, *Portugália*, Nova Série, 15, pp. 147-153.

LICKORISH, Leonard; JENKINS Carson (1997) *An Introduction to Tourism*, Butterworth-Heineman.

MAIA, Sara, MARTINS, Uiara, BAPTISTA, Maria (2013) Turismo cultural no contexto urbano: rotas museológicas – Os casos de Aveiro e Ílhavo (Portugal), *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 7 (2), pp.192 – 208.

MANTAS, Vasco (2015) As vias de comunicação terrestres, fluviais e marítimas da Hispânia Romana, *História de Roma Antiga*, Volume II (coord. José Luís Brandão Francisco de Oliveira), Universidade de Coimbra, pp.493-510.

MARCELINO, João, MORAS, Manuel, RIBEIRO, Sotero (2010) Observação da barragem do Pinhão durante o primeiro enchimento, *12º Congresso Nacional de Geologia, Barragens e Obras Subterrâneas*, Guimarães, pp. 1057-1066.

MARQUES, Inês (2022) *Development of a Virtual Tour Guide Mobile Application*, Dissertação de Mestrado em Engenharia Informática e Computação, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

MARQUES, Jorge (2013) *Turismo de negócios, Convention & Visitors Bureau na região centro de Portugal*, Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MARTINS, Bruno, REBELO, Fernando, MORTÁGUA, Sandrina, CARDOSO, Catarina (2014) Inventariação e avaliação do património geomorfológico na área de Chaves-Telões, *Cadernos de Geografia*, 33, pp. 71-82.

MARTINS, H.C.B, SANT'OVAIA, H., NORONHA, F. (2007) Instalação de granitos pós-tectónicos controlada por falha Varisca profunda no Norte de Portugal, *Cadernos Lab. Xeolóxico de Laxe Coruña*, 32, pp. 221 – 235.

MARTINS, Carla Braz (2008) *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga.

MARTINS, Carla Braz, CARVALHO, Jorge, ALMEIDA, Fernando, CAVALHEIRO, Abílio (2011) Aplicação do Geo-Radar no reconhecimento de uma estrutura no complexo mineiro de Três Minas, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, *Povoamento e exploração dos recursos mineiros na europa atlântica ocidental*, in CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» APEQ – Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, pp.521-533.

MARTINS, João Baptista (1995) Arte Rupestre em Sanjurge, Aquae Flaviae (13), Chaves, pp.167-186.

MARTINS, Maria Manuela (1990) *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga: Universidade do Minho, *Cadernos de Arqueologia*, Monografias, 5.

MARTINS, Raúl François (1984) Acerca do conceito de estratégia, *IDN - Revista Nação e Defesa*, Ano 9, 29 (Jan-Mar 1984), pp.98-125.

MEYER, Dorothea (2004) *Routes and Gateways: Key issues for the development of tourism routes and gateways and their potential for Pro-Poor Tourism*, London, Overseas Development Institute.

MILHEIRO, Eva, MELO, Carla (2005) O Grand Tour e o advento do turismo moderno, *Revista Aprender, Turismo e desenvolvimento*, 30, Dezembro, Escola Superior de Educação de Portalegre, pp.114-118.

MÓNICA, Maria Filomena (1997) Um político, Fontes Pereira de Melo, *Análise Social*, 32, nº 143-144, pp. 731-745.

MONIZ, Kim, BISHOP, Trinidad (2016) *Principles and Techniques of Marketing Management*, College Publishing House, New York.

MOTA, Carlos (2020) *Avaliação das Rotas Turísticas em Portugal Continental*, Tese elaborada para obtenção do grau de Doutor em Gestão de Turismo, ISCTE IUL Instituto Universitário de Lisboa – Universidade Europeia, Lisboa.

MOUSAVI, Seyed Sina, DORATLI, Naciye, MOUSAVI, Seyed Nima, MORADIAHARI, Fereshti (2016) Defining cultural tourism, *International Conference on Civil, Architecture and Sustainable Development*, ed. DRCAEE, Londres, pp. 70 –75.

OSTERHAMMEL, Jürgen (2014) *The Transformation of the World: A Global History of the Nineteenth Century*, Princeton University Press

*Plano Estratégico - Fundação Côa Parque 2018-2022*, ed. Côa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa

PÉREZ-JUEZ GIL, Amalia (2006). *Gestión del Patrimonio Arqueológico*, Barcelona, Ed. Ariel, 3ª edição.

PINHO LEAL, Augusto (1873) *Portugal Antigo e Moderno. Dicionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande número de aldeias*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, (1-6).

PINTO, Paulo Costa (2008) A Rede de Castros do Noroeste – Um projeto em desenvolvimento, *Atas do 1º Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa* (Oppidum, número especial), pp.227-236.

PONTE, António (2020) Património a Norte, *Coleção Património a Norte*, 5, pp. 4-5.

PORTOLAN, Antonio, ZUBRINIC, Krunoslav, MILICEVIC, Mario (2011) Conceptual Model of Mobile Services in the Travel and Tourism Industry, in RS Publications (ed.) *International Journal of Computers*, Issue 3 (5) pp. 314-321.

PROTMAD – Plano Regional de Ordenamento do Território de Trás-os-Montes e Alto Douro (2006) Síntese de Diagnóstico, Sistema Biofísico, CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte

RAMIREZ, Javier (2011) Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerarios culturales. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 9 (2), 225-236.

RAPOSO, Jorge (2001) Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal, *Revista Al-Madan*, 2<sup>a</sup>, 10, pp. 100-157.

RAPOSO, Jorge (2016) Sítios arqueológicos portugueses revisitados, *Revista Al-Madan*, 2<sup>a</sup>, 20, pp. 70-196.

REDENTOR, Armando (2000) Povoados fortificados com pedras fincadas em Trás-os-Montes, *Conimbriga*, 39, pp. 5-51.

REDENTOR, Armando (2010) Aproximação a um esboço social da área mineira romana da Serra da Padrela (Tresminas e Campo de Jales), *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*, CITCEM, Porto, pp. 121-162

Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra (2014) Gabinete do Plano Diretor Municipal e Departamento de Cultura, Juventude e Desporto

RENFREW, Colin, BAHN, Paul (2016) *Archaeology, Theories, Methods and Practice*, Thames & Hudson, Seventh Edition

RODRIGUES, Manoel (1885) Pedras Salgadas, *Occidente – Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, 8, (222), pp. 46-47.

RODRIGUES, Raphael (1895a) Dolmens ou antas de Villa Pouca de Aguiar, *O Archeólogo Poruguês*, 1<sup>a</sup> série, 1, pp.36-37.

RODRIGUES, Raphael (1895b) Dolmens ou antas de Villa Pouca de Aguiar, *O Archeólogo Poruguês*, 1<sup>a</sup> série, 1, p.346-352.

RODRIGUES, Áurea (2006) Os trilhos pedestres como uma actividade de lazer, recreio e turismo – Uma análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal, *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6, pp. 83-94.

ROSA MENDES, António (2012) *O que é património cultural*, Ed. Gente Singular, Olhão.

RUIZ-ZAPATERO, Gonzalo (2021) Hacer arqueología: investigación, difusión y defensa del rigor e independencia disciplinar, *in* Município da Figueira da Foz, Departamento de Cultura e Turismo Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de Arqueologia (ed.), *Livro do Colóquio Santos Rocha, Arqueologia e Territórios da Figueira da Foz*, , pp. 16-43.

SANCHES, Maria de Jesus (2000-2001) O Crasto de Palheiros (Murça). Do Calcolítico à Idade do Ferro, *Portugália*, Nova Série, 21-22, pp.5-40.

SÁNCHEZ-PALENCIA, F. Javier (2015) La zona minera de Tresminas (Vila Pouca de Aguiar) Aportaciones a partir de la fotografía aérea, *Conimbriga*, 54, pp. 179-223.

SANTOS, Norberto (2015) SmartCoimbra: parceriais e tendências para o desenvolvimento do Turismo na região de Coimbra, *Cadernos de Geografia*, 34, FLUC, pp. 91-100.

SANT'OVAIA, H., RIBEIRO, M. A., Martins, H., Noronha, F. (2011) *Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000. Notícia Explicativa da folha 6-D (Vila Pouca de Aguiar)*, Laboratório Nacional de Energia e Geologia.

SEQUEIRA, Elsa Vaz de (2013) Da objectividade jurídica do património, *Estudos dedicados ao Professor Nuno Espinosa Gomes da Silva*, (1) Universidade de Lisboa, pp.297-326.  
<https://doi.org/10.34632/direitoejustica.2013.9883>

SILVA, Jorge Nuno, VINAGRE, Sandra (2019) Pedras que falam: Jogos matemáticos, *in* Mariana Soler, Mariana Valente, António Candeias (eds.), *Évora com Ciência: percursos*, , Universidade de Évora, pp. 109-122.

SALGUEIRO, Ângela (2008) *A Companhia real dos caminhos de ferro portugueses 1859-1891*, Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

SEVERO, Ricardo (1903a) As necrópoles dolménicas de Traz-os-Montes, *Portugalia*, 1, (1-4) pp. 687-690.

SEVERO, Ricardo (1903b) Commentario ao espolio dos dolmens do concelho de Villa Pouca d'Aguiar, *Portugalia*, 1, (1-4) pp. 707-750.

SEVERO, Ricardo (1908a) Novas descobertas de ourivesaria proto-historica, *Portugalia*, 2, (1-4), pp.109-110.

SEVERO, Ricardo (1908b) O bracelete d'ouro de Tellões, *Portugalia*, Tomo 2, 1-4, p.283.

SOARES, Filipe (2021) Dólmen de Antelas – Um Tesouro do Génio Artístico do Homem, *Boletim Informativo, Associação de Solidariedade Social dos Professores*, 222, 4º trimestre, p.20.

SOUSA, Albertino Saraiva de (coord.) *Monografia do concelho de Vila Pouca de Aguiar*, Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar (2012).

SOUSA, L. M. O., RODRIGUES, M. L. Q., RODRIGUES, S. A. S., MARQUES, D. G. (2014) Recursos minerais e ordenamento do território – os granitos de Vila Pouca de Aguiar, *Comunicações Geológicas*, 101, Especial II, pp.859-863.

SRIVASTAVA, Surabhi (2015). An Approach to heritage conservation and area development. *Global Journal of Engineering, Science & Social Science Studies*, 1, (2), pp. 31-42.

TAVARES, José (2016) Do Novo Património, *Revista Património*, 6, Nov. pp. 13-17.

TIMOTHY, Dallen J, TAHAN, Lina G (2020) Archaeology and Tourism: Consuming, Managing and Protecting the Human Past, in Channel View Publications, Bristol, Blue Ridge Summit *Archaeology and Tourism, Touring the Past*, ed., pp. 1-25.

TERESO, João Pedro, ALMEIDA, Ana, BROCHADO DE ALMEIDA, Carlos, REGO, Pablo Ramil, VAZ, Filipe Costa, SILVA, Rubim Almeida da (2010) Estudo Carpológico do Castro de São Lourenço (Esposende, Noroeste de Portugal): Primeiros Resultados, *Estudos do Quaternário*, 6, APEQ, Braga, pp.66-73.

TETIK, Nuray (2016) The Importance of Interpretation Role of Tour Guides in Geotourism: Can We Called Them as Geotour Guides? *International Journal of Education and Social Science*, 3, (2), pp. 41-53.

TOJAL, Manuel (2014) A importância dos folhetos e brochuras na construção da imagem de um destino turístico. Estudo comparativo de três casos: Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Esposende, *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 12 (2) pp. 369-382.

TORRES, Maria (2015) *Design empático no projecto de um mapa turístico temático de Lisboa*, Relatório de Projecto de Mestrado em Design de Comunicação Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Lisboa.

VASCONCELOS, José Leite de (1896) Dolmens do concelho de Villa Pouca de Aguiar, *O Archeólogo Português*, 1ª série, 2, pp.231-233.

VASCONCELOS, José Leite de (1902) Estátua de um guerreiro lusitano, *O Archeólogo Português*, 1ª série, 7, pp.23-26.

VASCONCELOS, José Leite de (1913) *Religiões da Lusitânia*, 3, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda.

VASCONCELOS, José Leite de (1917) Coisas Velhas, *O Archeólogo Português*, 1ª série, 22, pp.107-169.

VASCONCELOS, José Leite de (1937) Três inscrições inéditas do concelho de Vila Pouca de Aguiar, *Revista de Arqueologia*, 3, pp. 193-195.

- VIEIRA, Alexandra (2018) Sítios arqueológicos da idade do Bronze na bacia hidrográfica do Douro. Algumas considerações, in Zamora Protohistorica (ed.) *Arqueología en el valle del Duero. Del Paleolítico a la Edad Media*. 6, Ed., pp. 75-91.
- VILAÇA, Raquel (coord.) (2011) Estelas e estátuas-menires da Pré à Proto-história, *Actas IV Jornadas Raianas*, Ed. Sabugal+ EM.
- VILAÇA, Raquel, BAPTISTA, Pedro (2020) Reflexões sobre a mobilidade humana entre sociedades agrafas. Natureza, escalas, sinais e campos de ação, in Imprensa da Universidade de Coimbra, *Mobilidades na pré-história. Pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios*, pp. 15-50.
- VILANOVA, João (1992) *Subsídios para o Estudo do Fenómeno Megalítico*, Ed. Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.
- WAHL, Jurgen (1986). Resultados das pesquisas arqueológicas, efectuadas de 4/8 a 10/11/86, na zona das monas de ouro romanas de Três Minas (conc. Vila Pouca de Aguiar, distr. Vila Real). Vila Pouca de Aguiar, pp. 28.
- WAHL, Jürgen (1993) *Minas romanas de Três Minas, Vila Pouca de Aguiar*, ed. J. e R. Wahl ; colaboração com o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.
- WAHL, Jürgen (1998) Aspectos tecnológicos da indústria mineira e metalúrgica romana de Três Minas e Campo de Jales, Concelho de Vila Pouca de Aguiar, in Jürgen Wahl (ed.), *Actas do Seminário Museologia e Arqueologia Mineiras*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, pp. 57-68.
- WAHL-CLERICI, Regula, HELFERT, Markus (2017) A indústria mineira do territorium metallorum romano de Tresminas e Campo de Jales, *Actas do I Simposio Internacional, Territorium Metallorum Tresminas / Jales, Vila Pouca de Aguiar*, pp. 47-94.
- WAHL-CLERICI, Regula (2021) *Ouro Romano de Tresminas (Portugal) / Prospeção – Mineração – Tratamento*, Ed. Alfred Mutz-Stiftung, Basel.
- WANG, Dan, FESENMEIER, Daniel (2013) Transforming the travel experience: The use of smartphones for travel, in Cantoni L, Xiang ZP (eds) *Information and Communication Technologies in Tourism 2013*. Berlin, Germany: Springer, pp. 58-69.